



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
HISTÓRIA**

**THIAGO MACHADO SOUZA**

**A MISSÃO MILITAR AMERICANA: O PROCESSO DE  
CONTRATAÇÃO, A AQUISIÇÃO DE NOVOS  
EQUIPAMENTOS E A REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES  
DA ARTILHARIA DE COSTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO  
NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES BRASIL E EUA (1934-1942)**

**Niterói  
2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

S729	<p>Souza, Thiago Machado. A missão militar americana: o processo de contratação, a aquisição de novos equipamentos e a remodelação das instalações da artilharia de costa do Exército Brasileiro no contexto das relações Brasil e EUA (1934-1942). / Thiago Machado Souza. -- Niterói, RJ, 2024.</p> <p>xiv, 1-148p.; il., tabs. Numeração da publicação: [i] – xiv, 1-148p]. Referência(s): P. 142-148.</p> <p>Orientador: PhD. Fernando da Silva Rodrigues. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2024.</p> <p>1.Exército Brasileiro – História – Getúlio Vargas – 1934-1942. 2.Vargas, Getúlio, 1882-1954. 3. Missão militar americana - Artilharia de costa. I. TÍTULO.</p> <p style="text-align: right;">CDD 355.00981</p>
------	---

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

## THIAGO MACHADO SOUZA

### “A MISSÃO MILITAR AMERICANA: O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, A AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E A REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ARTILHARIA DE COSTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES BRASIL E EUA (1934-1942).”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 22 de fevereiro de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente



FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

Data: 22/02/2024 11:05:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente



VIVIAN CRISTINA DA SILVA ZAMPA

Data: 24/02/2024 10:02:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Cristina da Silva Zampa**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente



DENNISON DE OLIVEIRA

Data: 22/02/2024 13:17:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Dennison de Oliveira**

Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

THIAGO MACHADO SOUZA

Linha de Pesquisa II - POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

A Missão Militar Americana: o processo de contratação, a aquisição de novos equipamentos e a remodelação das instalações da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro no contexto das relações Brasil e EUA (1934-1942)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues.

Niterói  
2024

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais que me apoiaram e cuidaram dos meus filhos, quando estava escrevendo a dissertação aos finais de semana, em Maricá. Ao dileto professor orientador Fernando Rodrigues, sempre prestativo às perguntas nos primeiros contatos e me passou de pronto, as fontes que gostaria que fossem pesquisadas, tirando minha partida do zero. Ao longo do caminho percorrido, tive sérios problemas pessoais, mas prossegui com resiliência, sempre levando nos pensamentos um lema que aprendi muito cedo na mocidade militar: Orgulha de ti mesmo. Agradeço ao professor Doutor Antônio José dos Santos Júnior, professor titular do Colégio Militar do Rio de Janeiro, pela correção ortográfica do meu trabalho e aos que sempre me apoiaram nos momentos de desânimo e cansaço, ao conciliar as funções de pesquisador, professor, militar e pai de família, mesmo que no Brasil, os pesquisadores de História não sejam valorizados. A amiga Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira, doutoranda em História da Universidade Salgado de Oliveira, pela produção dos trabalhos científicos em conjunto, nesses anos de pós-graduação. Também sou muito grato aos integrantes do Arquivo Histórico do Exército, que sempre foram muito solícitos aos meus pedidos de pesquisa e me ajudaram de sobremaneira durante minhas várias visitas presenciais a este importante acervo de história militar. E os integrantes da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, que sempre me deram livre acesso aos Espaço Cultural. E por fim, agradecer aos meus amigos, os professores do Imperial Colégio Militar (1889), centenário educandário de prestígio na sociedade brasileira, que me substituíram em aulas, montaram provas e cobriram as aulas de reforço e de recuperação quando não pude estar presente devido esta pesquisa.

“... Você ainda não percebeu, tudo se relaciona com o Exército”  
(Oswaldo Aranha comentando com um diplomata estrangeiro ao fim da década de 1930).

## Lista de Figuras

Figura 1 - Importância estratégica do Nordeste Brasileiro no domínio do Atlântico Sul e nas ligações aéreas com Dakar.....	4
Figura 2 - Projetor Sperry 152 cm M940.....	14
Figura 3 - Canhões Vickers Armstrong 152,4 mm.....	16
Figura 4 - Centro de Instrução de Artilharia de Costa.....	20
Figura 5 - Telêmetro Estereoscópico Zeiss de seis metros de base .....	24
Figura 6 - Primeiros integrantes da Missão Militar Americana.....	28
Figura 7 - Adestramento da Artilharia de Costa com Krupp Flak 88 mm C/56 Modelo 18...33	
Figura 8 - Preditor Telêmetro óptico de coincidência Zeiss WIKOG 9SH18.....	39
Figura 9 - Alcance da Artilharia de Costa do Distrito Federal.....	40
Figura 10 - Projeto Geral para a Defesa da Barra e da Bahia do Rio de Janeiro.....	55
Figura 11 - Posições defensivas na Segunda Guerra Mundial.....	56
Figura 12 - Forte da Serra da Escama, Óbidos, Pará.....	57
Figura 13 - Soldados fascistas italianos com o lema ao fundo “Crer, Obedecer e Combater”.....	108

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Calibres e Alcances da Artilharia.....	10
Tabela 2 – Tabela III - Armamento de Artilharia de Campanha.....	18
Tabela 3 – Relação dos concludentes e Reprovados do CIAC (1934-1942) – Oficiais e Sargentos.....	24

## **Glossário/Lista de Abreviaturas**

1ª GM	Primeira Guerra Mundial
1ª RM	1ª Região Militar
2ª GM	Segunda Guerra Mundial
AAAe	Artilharia Antiaérea
AD	Artilharia Divisionária
ADN	A Defesa Nacional
ALN	Aliança Nacional Libertadora
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Art.	Artigo
Art Cmp	Artilharia de Campanha
Art Cos	Artilharia de Costa
CEP	Centro de Estudos de Pessoal
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CIAC	Centro de Instrução de Artilharia de Costa
DAC	Distrito de Artilharia de Costa
DC	Divisão de Cavalaria
DE	Divisão de Exército
DGA	Direção Geral de Artilharia

DI	Divisão de Infantaria
DMB	Diretoria do Material Bélico
EAC	Escola de Artilharia de Costa
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Estado-Maior do Exército
EEM	Escola de Estado-Maior
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
ETE	Escola Técnica do Exército
FEB	Força Expedicionária Brasileira
GIAC	Grupo Independente de Artilharia de Costa
GACos	Grupo de Artilharia de Costa
GACF	Grupo de Artilharia de Costa Ferroviário
GACosM	Grupo de Artilharia de Costa Móvel
M1	Modelo 1
MIAC	Missão de Instrução de Artilharia de Costa
MMA	Missão Militar Americana
MMF	Missão Militar Francesa
PA	Pará

PR	Paraná
PRP	Partido Republicano Paulista
RJ	Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Resumo

A presente dissertação é relativo à análise dos custos, dos materiais adquiridos e da montagem do novo sistema de defesa da costa brasileira, tendo como base a estrutura construída pela Missão Militar Americana, a partir de 1934 até entrada na Segunda Guerra Mundial, no contexto do estreitamento das relações Brasil-EUA. Devemos compreender que estas relações diplomáticas nunca foram de submissão, ou mesmo tutela e sim um pragmatismo de ambas nações. A Missão Militar Americana, mesmo com seu despontar modesto, iniciou o processo de mudança do paradigma doutrinário germano-francês para o estadunidense, iniciando os trabalhos com a montagem de um Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC). A montagem do novo sistema de defesa da costa brasileira tem seu pontapé com a referida missão, que inicia na instrução de novos quadros, técnicas e inspeções que ratificaram a obsolescência do nosso material e as fortificações existentes. Com a revolta paulista de 1932, o alto comando militar tinha a exata noção das nossas deficiências bélicas, a tropa politizada, com integralistas e simpáticos ao nazismo ou comunismo. Na era Vargas, formou-se a aliança com os militares, atrelada ao rearmamento e a industrialização nacional, ou seja, uma indústria bélica baseada em um complexo industrial brasileiro. As negociações diplomáticas Brasil-EUA não transcorreram em um ambiente fraterno, e sim de desconfiança e objetivos antagônicos. Os estadunidenses não conseguiam nem fornecer material bélico aos britânicos e aos russos, não podiam admitir que não tinham condições de fornecer armas aos brasileiros. As relações diplomáticas foram realmente tensas, em uma aura de desconfiança, os norte-americanos tinham receio desta “aliança especial”. Este somente terminaria com o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo. Oscilando entre o apoio aos países liberais e aos do eixo nazifascista, o período Varguista se aproveitou dessas disputas entre potências para auferir recursos para montagem, em 1941, de seu complexo siderúrgico, cujos efeitos se prolongaram por todo período dos governos militares pós-1964. Analisaremos os custos dos contratos e como foi a adequação do sistema de defesa costeiro do Brasil, os valores se foram vantajosos, se o armamento era moderno ou obsoleto, tudo isso no contexto de relações exteriores da Era Vargas, um tanto paradoxais, na execução de uma aliança entre a democracia americana e o governo autoritário do Estado Novo. Temos aí o cenário da montagem da defesa costeira brasileira, no contexto da Missão Militar Americana, que forneceu desde a doutrina até a técnica e o armamento empregado pelo Brasil no pós-guerra.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, Governo Vargas, Artilharia de Costa, Missão Militar Americana.

## Resumen

Esta disertación está relacionada con el análisis de costos, materiales adquiridos y montaje del nuevo sistema de defensa para la costa brasileña, a partir de la estructura construida por la Misión Militar Americana, desde 1934 hasta el ingreso de la Segunda Guerra Mundial, en el contexto de fortalecer las relaciones Brasil-Estados Unidos. Debemos entender que estas relaciones diplomáticas nunca fueron de sumisión, ni siquiera de tutela, sino más bien una cuestión de pragmatismo por parte de ambas naciones. La Misión Militar Americana, aún con sus modestos inicios, inició el proceso de cambio del paradigma doctrinal franco-alemán al americano, iniciando los trabajos con el montaje de un Centro de Instrucción de Artillería Costera (CIAC). Con la mencionada misión se inicia el montaje del nuevo sistema de defensa para el litoral brasileño, que comienza con la instrucción de nuevo personal, técnicas e inspecciones que ratifiquen la obsolescencia de nuestro material y fortificaciones existentes. Con la revuelta de São Paulo de 1932, el alto mando militar tomó conciencia de nuestras deficiencias militares, las tropas estaban politizadas, integristas y simpatizantes del nazismo o del comunismo. Durante la era Vargas se formó una alianza con los militares, vinculada al rearme y la industrialización nacional, es decir, una industria armamentista basada en un complejo industrial brasileño. Las negociaciones diplomáticas Brasil-Estados Unidos no se desarrollaron en un ambiente fraternal, sino de desconfianza y objetivos antagónicos. Los estadounidenses ni siquiera podían proporcionar material militar a los británicos y rusos, no podían admitir que no podían suministrar armas a los brasileños. Las relaciones diplomáticas eran realmente tensas, en un aura de desconfianza, los estadounidenses temían esta “alianza especial”. Esto sólo terminaría con la ruptura de las relaciones de Brasil con los países del Eje. Oscilando entre el apoyo a los países liberales y los del eje nazi-fascista, el período Vargas aprovechó estas disputas entre potencias para obtener recursos para montar, en 1941, su complejo siderúrgico, cuyos efectos se prolongaron durante todo el período post-liberal. 1964 gobiernos militares. Analizaremos los costos de los contratos y cómo se adaptó el sistema de defensa costera de Brasil, si los valores eran ventajosos, si las armas eran modernas u obsoletas, todo esto en el contexto de las relaciones exteriores durante la Era Vargas, algo paradójico, en la ejecución de una alianza entre la democracia estadounidense y el gobierno autoritario del Estado Novo. Aquí tenemos el escenario del montaje de la defensa costera brasileña, en el contexto de la Misión Militar Americana, que aportó desde la doctrina hasta la técnica y las armas utilizadas por Brasil en la posguerra.

Palabras clave: Ejército Brasileño, Gobierno de Vargas, Artillería Costera, Misión Militar Americana.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – A EFETIVA MODERNIZAÇÃO DA DOCTRINA, DO ARMAMENTO E DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM A REMODELAÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA.....</b>	<b>8</b>
1.1 Os armamentos da Artilharia de Costa que realmente se tornaram nossos.....	11
1.2 As mudanças na doutrina militar do Exército Brasileiro e da Artilharia de Costa.....	19
1.3 O Exército Brasileiro antes e depois da Missão Militar Americana.....	24
<b>Capítulo II – AS COMPRAS, FORMAS DE PAGAMENTO E A MONTAGEM DA NOVA ARTILHARIA DE COSTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....</b>	<b>27</b>
2.1 O pragmatismo militar na compra de materiais de Artilharia para o Exército Brasileiro: A compra de Artilharia da Krupp e os contratos militares de 1937, 1938 e 1939.....	29
2.2 A Missão Militar Americana: uma análise crítica dos contratos a partir de 1934 e do relatório americano sobre a defesa costeira e de pontos críticos da fronteira brasileira.....	34
2.3 A Defesa do Distrito Federal: Novos equipamentos, readequação das instalações e aperfeiçoamento da doutrina militar terrestre.....	50
<b>Capítulo III – O SURGIMENTO DA MISSÃO MILITAR AMERICANA.....</b>	<b>59</b>
3.1 O distanciamento dos Franceses e o prelúdio da MMA .....	59
3.2 Antecedentes e formalização da MMA: Um Debate Historiográfico acerca do tema.....	65
3.3 Os relatórios do Ministro da Guerra (1934-1939) e a Evolução da Artilharia de Costa.....	92
3.4 O Marechal José Pessoa na função de Comandante da Artilharia de Costa.....	97
<b>Capítulo IV – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-EUA.....</b>	<b>102</b>

<b>4.1 Ascensão dos regimes totalitários europeus e suas influências na equidistância pragmática.....</b>	<b>103</b>
<b>4.2 O contexto brasileiro entre os anos de 1930 - 1942 e nossas relações internacionais.....</b>	<b>112</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>141</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>143</b>
<b>BIBLIOGRAFIAS.....</b>	<b>143</b>
<b>Sites Eletrônicos.....</b>	<b>148</b>

## Introdução

O trabalho de pesquisa que realizamos foi uma análise dos custos, dos projetos, a forma de pagamento e as mudanças ocorridas durante a presença no Exército Brasileiro da Missão de Instrução de Artilharia de Costa, mais conhecida como Missão Militar Americana (1934). A missão atuou na instrução da Artilharia costeira, na montagem do sistema de defesa artilhada da costa, em especial no saliente nordestino, além de demais pontos estratégicos do nosso território, com planejamentos da defesa das fortificações nas fronteiras e na produção de relatórios que apresentassem soluções e oportunidades de melhoria na defesa do território nacional, principalmente, na década 1930, com a ascensão de regimes totalitários na Europa. Trabalharam no aperfeiçoamento da doutrina militar, no ensino e na técnica da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro, e tudo isso, culminou na assinatura dos acordos de cooperação militar entre o Brasil e os EUA e na montagem das futuras comissões mistas no Rio de Janeiro e em Washington, em 1942. Procuramos em nossa dissertação seguir um dos corolários do historiador Marc Bloch: ... renúncia ao “ídolo das origens” e a infrutífera “obsessão embriogênica”<sup>1</sup>, típicas características que o historiador manifesta durante sua análise histórica.

A influência militar francesa ainda se fazia sentir em quase toda a primeira metade do século XX no Exército Brasileiro, mesmo com a derrota, logo no início da Segunda Guerra Mundial, a oficialidade formada e aperfeiçoada neste período, ainda era muito afrancesada quando da chegada da Missão Militar Americana. As particularidades históricas na aproximação entre os estadunidenses e os brasileiros, ainda necessitam de maior aprofundamento, com enfoque na história militar e nas relações internacionais.

O contexto histórico em que se insere o aperfeiçoamento da artilharia costeira da força terrestre brasileira pelo Exército norte-americano seria a política da boa vizinhança dos Estados Unidos da América. Esta, começa a incidir com maior profundidade na sociedade brasileira durante os anos 1930, se materializando no meio militar com o contrato da Missão Militar Americana (MMA).

A importância da Missão Militar Americana para a defesa do litoral brasileiro através da mudança da doutrina da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro. Mais a influência geopolítica norte-americana no Brasil, em particular nas nossas Forças Armadas. A história e os detalhes das relações Brasil-EUA necessitam ser pesquisados e estudados, com enfoque na história militar e nas relações internacionais, como a citada missão de aperfeiçoamento da doutrina da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro pelos estadunidenses. O acultramento norte-americano imposto

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.24.

à cultura brasileira resultante dessas interações no período de 1934, mais especificamente, com o contrato da Missão Militar Americana (MMA), visando organizar a defesa de costa, até as primeiras negociações para uma aliança militar, em 1939, período da iminência do conflito mundial. Estes foram os principais pontos visitados em nossa pesquisa.

Nossa pesquisa abrange os anos de 1934 a 1942, e a escolha possui as seguintes justificativas: o início da Missão Militar Americana (MMA), ou seja, a formalização do intercâmbio militar entre as duas grandes nações americanas, e o intervalo final nos leva à conferência do Rio de Janeiro (1942), ocorrida após o ataque japonês a Pearl Harbour. Da temática relações internacionais, a criação dos conceitos da solidariedade continental e o pan-americanismo.

Após a conferência do Rio e o alinhamento inevitável com os EUA, os alemães já estão desenvolvendo as operações submarinas no Atlântico Sul. Estas levam ao afundamento dos navios mercantes brasileiros. Sucede-se o rompimento das relações exteriores e declaração de Guerra ao Eixo, em agosto de 1942. Empregamos na dissertação o método crítico-analítico, e durante os debates historiográficos, procuramos seguir a toada de “compreender o presente pelo passado”.

O marco espacial da dissertação seria as regiões estratégicas para a defesa do continente sulaamericano, caso tivesse alguma agressão do Brasil pelas potências do Eixo, ou seja, o Saliente Nordestino, em particular o triângulo Natal — Recife — Fernando de Noronha, as regiões fronteiriças defendidas pelas artilharias de costa, na foz do Rio Amazonas, a Base Aérea de Belém, a bateria independente de Óbidos, no Estado do Pará, que defende o ponto mais estreito do Rio Amazonas. As fronteiras meridionais e a área limítrofe entre o Brasil e o Paraguai. Atualmente, a região é ocupada pelo Forte de Coimbra e as cidades de Ladário e Corumbá. Por último, uma análise pormenorizada da defesa Estratégica da então Capital Federal.

Nossa dissertação possui por objetivos o que se segue: o objetivo principal da pesquisa é analisar o contrato da MMA, suas sucessivas renovações, como foi a aquisição de novos materiais de defesa costeira. A remodelação das instalações, suas melhorias e adequações ao novo cenário militar, que desembocou na Segunda Guerra Mundial. A política externa brasileira com o nosso futuro aliado, a partir de 1942, com ênfase nas negociações de venda de armamentos e seus apetrechos. Os empréstimos concedidos para custear a modernização da infraestrutura brasileira, em particular o projeto siderúrgico, entre os anos de 1934 a 1942.

Já os objetivos específicos seriam: avaliação das negociações no campo político-diplomático, das propostas e suas salvaguardas para a consecução da respectiva missão estrangeira. Os reais aperfeiçoamentos que ela promoveu no poder militar brasileiro. As

mudanças do nosso material militar e a criação de um estabelecimento de ensino afeto à missão. Analisamos o componente econômico dos acordos comerciais e a cooperação militar ratificados através contrato entre as nações do escopo do nosso trabalho. Como foram executados os pagamentos, se em artigos primários brasileiros ou através do padrão-dólar.

Os meandros dos acordos firmados, tanto para o erário brasileiro, como para a doutrina militar. Foram levantadas as principais contribuições para o processo de modernização e reforma da doutrina militar brasileira no transcurso da Era Vargas e a adoção do modelo americano como doutrina. Procuramos sempre antes de realizar a escrita desta dissertação, confeccionarmos o fichamento da bibliografia e do sites eletrônicos e a montagem de um catálogo digital das fontes encontradas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e no Espaço Cultural da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).

Em nossa dissertação tivemos como quadro teórico o contexto da “nova história militar”<sup>2</sup>, não centrado no estudo das batalhas, táticas e heróis militares, e sim contextualizada dentro de outras vertentes ou perspectivas de visão historiográficas, enredada de traços da Nova História Política<sup>3</sup>, onde campos de observação já adotados na História Política serão revisitados. Esse embasamento teórico tem por objetivo uma melhor compreensão da Era Vargas, no seu campo político e militar. As escolhas diplomáticas e preferências doutrinárias da Força Terrestre, sem nos reduzirmos aos meandros do governo central.

Na Nova História política, Rémond destacou que devido à ampliação do poder do Estado Republicano nas políticas públicas, o anterior estudo da história econômica e social isolado da política caiu por terra, ou seja, o retorno das conjecturas políticas ao campo de observação da historiografia, aconteceu com o aumento da ação pública em campos estratégicos da vida social.

E para compreender o papel da Instituição Exército Brasileiro no cenário nacional, iremos nos debruçar algumas obras do Brazilianista Frank McCann, no livro *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*<sup>4</sup>, publicado em 2007. Realiza uma análise crítica da instituição Exército Brasileiro, em suas continuidades e especificidades na formação e do seu papel nos principais eixos formadores do Estado Republicano Brasileiro, contendo a maior parte do corte temporal que será matéria do nosso estudo, indo até à decretação do Estado Novo, em um momento da história brasileira, onde atores políticos se confundem com os militares.

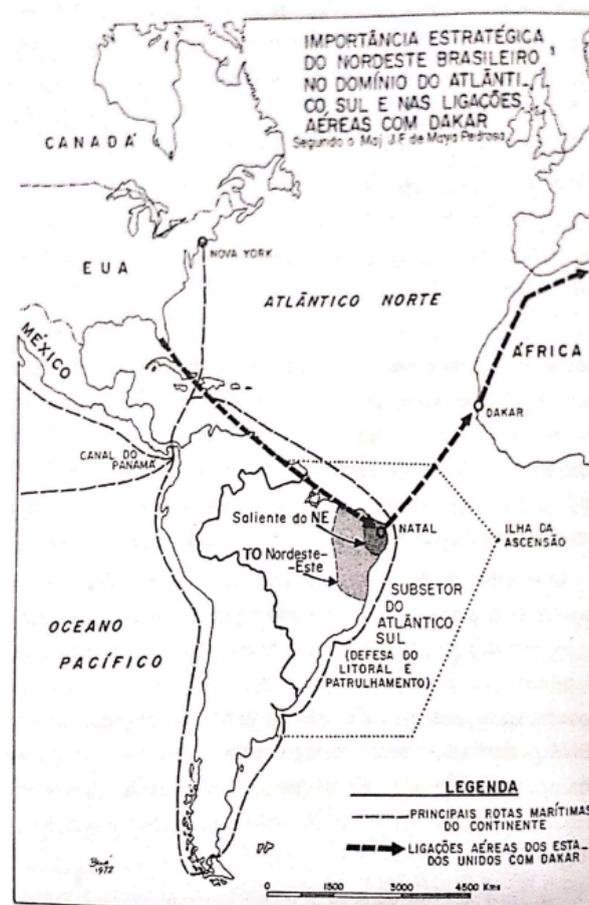
---

<sup>2</sup> Castro, Celso Et al. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 12.

<sup>3</sup> REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

<sup>4</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

Outro participante de nossa pesquisa, sobre o tema em tela, seria o cientista político Eduardo Svartman<sup>5</sup>, que apoiado no conceito de Gerson Moura<sup>6</sup>, de “equidistância pragmática”, explica a guinada nas décadas de 1930 e 40, em favor da transladação da cooperação militar para os americanos, entretanto bastante “seletiva e pragmaticamente negociada”. Haja vista, que as negociações comerciais e de cooperação militar ocorreram em ambiente de desconfiança e engodo. Já que, enquanto o Brasil estava com seu plano estratégico de defesa voltado para o cone sul, os estadunidenses estavam mais preocupados com a região do canal do Panamá, e que o foco brasileiro se deslocasse para o Saliente Nordestino<sup>7</sup>. Sem falar das questões de transferência de tecnologia e venda de insumos militares ao Brasil.



*História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo. Estado-Maior do Exército, página 828. Brasília: Gráfica do IBGE, 1972.*

<sup>5</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho 2008.

<sup>6</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>7</sup> O Saliente nordestino é a parte da América do Sul mais próxima da África, onde a região Nordeste do Brasil projeta-se para o meio do Oceano Atlântico. Os 2900 quilômetros entre os dois continentes são conhecidos como o “estreito do Atlântico”, cujos pontos estratégicos em cada lado são Natal e Dakar. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A importância do *check point* de Natal no controle aéreo e naval do Atlântico Sul. Revista de Escola de Guerra Naval. v. 23, n.2, p. 511-534, 2020.

Mais especificamente basilar para nossa historiografia, temos os artigos científicos do professor Fernando Rodrigues<sup>8</sup>, que apontam os aspectos de melhoria de nossa Artilharia de Costa e o abandono dos contatos alemães, firmando uma aliança definitiva em 1942, com os estadunidenses. Fernando faz um enlace dos panoramas interno e externo dentro do contexto político-diplomático, antes de esmiuçar sua investigação sobre as mudanças doutrinárias brasileiras ensejadas pelos norte-americanos.

Nesse sentido, nesta dissertação focamos no plano econômico-financeiro das relações entre as duas nações supracitadas e a vantajosidade das compras e cooperações militares desenvolvidas em conjuntos pelas nações americanas, que aumentaram ao longo das conferências entres os EUA e os países latino-americanos.

O historiador Fernando Velôzo<sup>9</sup>, realizou primeiramente uma caracterização da organização do Exército Brasileiro, antes da ida da Força Expedicionária Brasileira para 2ª GM, o mesmo constata que após este grande conflito, ainda possuímos unidades com treinamento militar a pé ou a cavalo, acreditamos que estas características tenham relação com o nível de desenvolvimento econômico do Brasil. O Exército só tomaria contato efetivo com toda organização para o combate, aos moldes da organização militar estadunidense, no transcorrer de sua preparação no Campo de Instrução de Gericinó, no Estado do Rio de Janeiro, com armamentos e processos de suprimento e manutenção já em solo Italiano, quando ainda estávamos nos adaptando ao modo de organização divisionário americano, sem familiaridade para se organizar para o combate com tropas mecanizadas e motorizadas. Tanto é verdade, que recebemos material de guerra ultrapassado dos estadunidenses em solo italiano, e o adestramento com armas estadunidenses em solo mediterrâneo. Nossa preparação em solo pátrio ocorreu com material militar obsoleto. Com o retorno da FEB, ainda éramos uma miscelânea de organização militar francesa, com algum aparato bélico estadunidense.

Para além de uma simples análise das condições geopolíticas da Era Vargas, aprofundamos um estudo econômico-financeiro das relações militares Brasil-EUA anteriores à Segunda Guerra Mundial. Assim, acreditamos que o aprofundamento nos principais temas abordados na dissertação, criamos condições favoráveis para a utilização de uma boa metodologia de pesquisa das fontes do Arquivo Histórico do Exército e das encontradas na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, Fernando Rodrigues, O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial: a aproximação com a Alemanha e o Alinhamento com os Estados Unidos da América (1934- 1942), Revista da Escola Superior de Guerra, v. 27, n. 54, p. 46-62, jan./jun. 2012.

<sup>9</sup> PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

No aspecto metodológico deste trabalho, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, tendo por base uma análise qualitativa da documentação afeta ao tema no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e no espaço cultural da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, em particular a seção que trata da artilharia de Costa. No AHEx, foi levantado um compêndio que trata exclusivamente sobre a Missão Militar Americana em 1934, contendo detalhes sobre os integrantes, os valores e demais documentos que darão ensejo a futuros acordos militares e comerciais do Brasil. Trata-se de estudos, pareceres e plantas para modernização e construção de defesas nas fronteiras terrestres e marítimas do Brasil produzidos pelo Estado-Maior do Exército (EME) e pelas Organizações Militares afeitas ao tema Artilharia de Costa.

A análise qualitativa das fontes terá como pontapé uma fase seletiva dos achados afetos à temática. Levamos em conta sua particularidade e a especificidade do tema. Temos por pretensão com isso, uma tratativa analítica das fontes, por meio de uma rigorosa análise de seu conteúdo, segundo o método crítico proposto por Marc Bloch<sup>10</sup>. Isto tudo proporcionará, a verificação da veracidade dos documentos, a elaboração de análise crítica do conteúdo das mesmas, pontuando, entre o espectro de assuntos abordado pelas fontes, a Missão Militar Americana, a partir de 1934, centrados na análise econômico-financeira até o ano de 1942.

Tal abordagem foi pensada tendo por prospecto a abordagem inicial da documentação para a feitura deste projeto, da especificidade do tema e da documentação pesquisada. Assim pretendemos, analisar a Missão Militar Americana, desde seus antecedentes, passando pelas tratativas diplomáticas, a execução do contrato propriamente dito, passando pelos acordos comerciais Brasil-EUA, e o processo da ida da FEB para a Itália no transcurso da Segunda Guerra Mundial. Além disso, especial atenção será dispensada ao período de 1934 a 1942, ponto nevrálgico da missão, e o ineditismo deste foco no estudo sobre a Missão Militar Americana no processo de reforma das Forças Armadas na primeira metade do Século XX.

A trajetória histórica dos militares brasileiros tem sido discutida por pesquisadores interessados em compreender o impacto da instituição na sociedade brasileira ou, ao contrário, como as contradições sociais a afetaram. Dentre os diversos fatos históricos identificados, muitos estão relacionados à complexidade da sociedade e da cultura brasileira, e em muitos deles

---

<sup>10</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit., 2001, p. 89-109. “Bloch nos esclarece que o propósito de dar a conhecer os motivos que justificam a presença do espírito crítico em toda a atividade do historiador [...] O principal intuito foi o de prevenir que a mentira “dos documentos” interferisse com o trabalho do historiador. Conforme as suas palavras, o bom senso está limitado pela superficialidade inerente à sua natureza, e um investigador verdadeiramente empenhado em verificar o seu ponto de vista empregará todo um conjunto de conhecimentos e técnicas específicas, e ao qual não bastaria apenas uma dose de prudência.”

considera-se que os militares têm um papel histórico decisivo. Segundo McCann<sup>11</sup>, os militares tiveram papel de protagonistas da história política e social do Brasil e tutelaram a sociedade entre os anos de 1964 a 1985. Ao longo das décadas, questões corporativas relacionadas a outros atores históricos levaram a decisões relacionadas à preservação e posterior ampliação do poder social do Exército.

A pesquisa que subsidiou nossa escrita foi montada tendo por objetivo entender as relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos da América e a possibilidade de modernização militar do Exército brasileiro, a partir da década de 1930, o que gerou internamente uma nova perspectiva política e profissional. Nesse sentido, teremos a preocupação de verificar se o discurso estatal se converteu em mudanças paradigmáticas e se realmente alcançamos a tão sonhada montagem do parque industrial militar brasileiro, dos vetores de modernização e excelência institucional, no contexto da América Latina após a crise econômica mundial de 1929.

---

<sup>11</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.10.

## Capítulo I - A EFETIVA MODERNIZAÇÃO DA DOCTRINA, DO ARMAMENTO E DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM A REMODELAÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA

Neste capítulo pretendemos explorar a efetiva modernização da doutrina militar, do armamento e do Exército Brasileiro baseada nas novas técnicas e táticas da Artilharia de Costa como projeto de defesa do litoral brasileiro. Verificar o que foi realmente levado na prática e o que apenas foi discurso estatal para manter a alta cúpula militar tranquila e gerar uma relativa segurança ao povo brasileiro.

A mocidade da artilharia costeira remonta aos idos de 1532, nas fortificações coloniais que barraram as entradas dos pontos estratégicos na futura Terra *Brasilis*, com tubos de ferro de alma lisa<sup>12</sup> nas fortificações ao longo do litoral, na fronteira sul, oeste e no distante Grão-Pará. Neste período não havia uma arma de artilharia, era a infantaria operando canhões, desde o período colonial fomos precários na defesa costeira brasileira. Segundo Hugo Borges, as origens da artilharia costeira remontam:

Nasceu dessa necessidade a decisão do Governador Gomes Freire de Andrade, em Ordem de 16 de abril de 1736, mandando o General Mello e Castro “conferenciar com o Brigadeiro José da Silva Paes sobre a formação de um regimento inteiro de artilharia, e ordenando ao mesmo tempo que, concordando ambos em ser assim conveniente, se a executasse logo”. Foi assim criado o Corpo de Artilharia do Rio de Janeiro, composto de dez companhias, destinado a guarnecer os fortes do Rio de Janeiro, o qual pela Resolução de Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de novembro de 1765 tomou a denominação de Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro.<sup>13</sup>

No fim do século XIX, os encouraçados mais modernos já possuíam canhões que já podiam atingir alvos situados a cerca de vinte quilômetros, sendo que algumas granadas com mais de 300 kg de peso e grandes estragos contra qualquer tipo de alvo.<sup>14</sup> Para termos uma ideia, no episódio da Revolta da Armada, o encouraçado Aquidabã, o navio capitânia rebelde, a mais forte embarcação da Marinha do Brasil, possui uma espessura de 280 mm.<sup>15</sup> Para as guarnições das fortificações, tínhamos nove batalhões de artilharia de posição, sendo três deles

---

<sup>12</sup> da artilharia de alma lisa: quando as primitivas bombardas evoluíram para os canhões de alma lisa, de bronze ou ferro fundido, que dispararam projéteis metálicos esféricos. Essa época, que vai da primeira metade do século XVI até meados do século XIX, coincide em parte com o período da colonização do Brasil pelos portugueses. CASTRO, Adler Homero Fonseca de; MORI, Victor Hugo. *A Evolução da Artilharia*. 2018, São Paulo. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2023.

<sup>13</sup> FORTES, Hugo Borges. *Canhões Cruzados*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército (Bibliex), 2001. p.17-18.

<sup>14</sup> *Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume I / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva...* [et. al.] Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022. p.495.

<sup>15</sup> Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

de seis baterias, e seis de duas baterias, além de seis baterias independentes.<sup>16</sup> Como contramedidas para defesa costeira, os novos fortes foram construídos com concreto, vergalhões de ferro e torres giratórias e casamatas em aço. Assim, adentramos o cenário brasileiro da artilharia costeira, ainda com os mesmos canhões de alma lisa em construções do Brasil-Colônia. Foram as reformas do Ministro da guerra Hermes da Fonseca, por volta de 1912, que tiraram a artilharia de costa do período colonial e adentramos o século XX com as primeiras fortificações de concreto e aço, e os contratos de aquisição de canhões Krupp com os sobressalentes, principalmente os optrônicos da Schneider. Com a evolução da arte da guerra, foram necessárias uma vultosa soma de recursos para adequar o sistema de defesa. A título de exemplificação, calcula-se que a construção dos fortes Imbuhy e Copacabana, entre os anos de 1902 a 1918, tenha custado aos cofres públicos mais de um bilhão de dólares em valores atualizados.<sup>17</sup>

Os pontos de modernização foram a chegada de Hermes da Fonseca à presidência (1910-1914), entretanto a política salvacionista retardou a profissionalização das Forças Armadas. Uma política estatal Hermista seria a promessa de contratos militares aos militares e era perfeitamente possível que para compensar seu recuo em contratar a missão militar alemã, e a compra de peças de artilharia. E coincidentemente, a Krupp novamente venceu o lucrativo contrato para a aquisição de canhões de costa contra o concorrente norte-americano da Bethlehem Steel.<sup>18</sup>

Os portos e pontos estratégicos mais importantes do centro-sul cafeeiro foram guarnecidos com os armamentos mais potentes. No Distrito Federal, instalaram os Krupp de 150 mm e a torre mais poderosa do Brasil no Forte de Copacabana de 305 mm. Para o principal escoadouro do café, o Porto de Santos era guarnecido por seis peças de 150 mm Schneider C/50 modelo 1902, com tiro rápido, e quatro obuseiros de Krupp 280mm C/16 modelo 1912, ou seja, no período da Primeira República, mesmo com altas somas a serem despendidas, a reforma das defesas existentes na capital e a construção de cinco novas fortificações com canhões até 305 mm, protegidos por cúpulas de aço com um metro e meio de espessura, se tornou a realidade nacional.

Durante o início do período republicano, a Artilharia conseguiu junto ao Ministério da Guerra importantes compras de canhões costeiros junto à Krupp, especialmente o Distrito

---

<sup>16</sup> Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume II, Op. Cit., 2022, p.293.

<sup>17</sup> Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume I / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva... [et. al.]Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022. p.496.

<sup>18</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 149 a 151.

Federal que tinha sido atacado durante a Revolta da Armada (1893-1894)<sup>19</sup>, demonstrando nossas deficiências na defesa do nosso litoral e o receio à possíveis invasões dos prováveis inimigos planejados pelo Alto Comando do Exército.

Entre os dois conflitos mundiais, a modernização das fortificações não atingiu o principal objetivo desta obra de engenharia, ser um ponto estratégico de defesa da fronteira nacional. Tanto que na Segunda Guerra Mundial, a inexpugnável fortificação de Eben Emael, na Bélgica, foi tomada pela nova forma de emprego e deslocamento de forças, um assalto de paraquedistas, para o qual nenhum forte estava preparado. Abaixo apresentamos a evolução dos calibres e alcances dos canhões da Artilharia, sendo que na Segunda Guerra Mundial, possuíamos em nossa Defesa Costeira no Rio de Janeiro o mesmo alcance e calibre do período da 1ª GM.

<b>CALIBRES E ALCANCES DA ARTILHARIA</b>				
<b>Ano</b>	<b>Peça</b>	<b>Peso da bala (Kg)</b>	<b>Calibre (mm)</b>	<b>Alcance útil (m)</b>
1620	Falcão	1,3 (sólida)	74	420
1730	Canhão/1730	11 (sólida)	148	2.000
1863	La Hitte	12 (explosiva)	121	4.100
1863	Whitworth	14,5(explosiva)	97	5.380
1895	Krupp	45,5(explosiva)	150	10.200
1914	Krupp	445 (explosiva)	305	23.000

Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de; MORI, Victor Hugo. A Evolução da Artilharia. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003 2018, São Paulo. p.48.

Após a Primeira Guerra Mundial, procedeu-se a uma crise financeira que agravou as desigualdades sociais, pois com a desvalorização da moeda, a qualidade de vida do brasileiro foi precarizada e o equilíbrio do Estado foi agravado com a diminuição das exportações das *commodities* e o aumento da dívida externa brasileira, impedindo a conclusão dos projetos das fortificações iniciados em 1908. No entanto, a Capital Federal foi aquinhoadada com o melhor da defesa costeira da América Latina. O porto de Santos e demais fortificações erigidas entre 1908 a 1914 foram terminadas e receberam os canhões adquiridos nos contratos com a Krupp antes da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, temos uma diferença do período imperial, este tinha suas defesas costeiras fixas à fortificação. Já em 1939, a defesa costeira tornou-se móvel,

<sup>19</sup> SIQUEIRA, Douglas Guimarães. As relações político-comerciais entre o Exército Brasileiro e a firma Fried. Krupp de Essen na aquisição de material bélico de Artilharia entre 1871 e 1942. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2023. p.244.

através de trilhos ou rodas. Isto aumentou o alcance na defesa da Capital, colocando-se a artilharia em pontos possíveis de desembarque, a uma distância razoável do Rio de Janeiro, como 1º Grupo de Artilharia de Costa Ferroviária (1º GACF, Maricá-RJ). Todavia, o custo-benefício de preparação da costa à guerra moderna, pela dificuldade de saber onde seria o desembarque do invasor. Foram organizados os Grupos de Artilharia de Costa Motorizado (GACosM). Onde teríamos pouca probabilidade de invasão, exemplo Belém ou Vitória, utilizava-se a Artilharia de Fixa.

Após a Segunda Guerra Mundial, as fortificações caíram em descrédito com as fortalezas voadoras (aviões bombardeiros) e os assaltos de tropas paraquedistas. Estes também levaram a obsolescência, os encouraçados, pois não adiantava possuir canhões de 305 mm, se os novos projetos de navios, menores, furtivos e mais rápidos teriam outros tipos de missão navais, e geralmente não seriam empregados para a missão de destruir fortificações. Um desbordamento de forças ou tropas seriam mais condizentes, por infiltração aérea em objetivos mais profundos à retaguarda do possível inimigo, ao invés de ficar lutando na costa com uma força expedicionária de desembarque com grandes baixas. Seria mais prudente ações de comandos ou sabotadores para destruir ou explodir as fortificações com canhões de 305 mm. As inovações tecnológicas testadas na Segunda Guerra Mundial acabaram com a principal tarefa de uma fortificação, retardar ou impedir uma invasão de uma grande força expedicionária invasora.

A proposta de defesa de todo o território nacional, em 1942, era um plano que cobria realmente toda a costa, mas não foi suprido de armas pelos estadunidenses, ou seja, o mundo em guerra estava mais voltado ao teatro de operações mediterrâneo, e o pacífico como as prioridades no momento. Devemos ter em mente que a proposta do comando do Exército para a defesa costeira, ou melhor, as regiões portuárias, a partir de 1942 seria materializada com a criação de novas unidades. No jargão militar foram intituladas “Grupos Móveis de Artilharia de Costa”.

Suas principais funções seriam a mobilidade para possíveis pontos de desembarque e ataques costeiros inimigos. Entretanto, tínhamos alguns óbices, pois seus transportadores ainda estavam equipados com rodas de aço, em particular em deslocamento por estrada de terra ou com paralelepípedos. Para acabar com essa deficiência, ocorreu a conversão com rodas de reposição e pneus de borracha, além de uma plataforma circular com um eixo central de apoio, de forma que a peça podia ser girada 360°. Assim, teríamos a possibilidade de disparar em todos os ângulos, igualando em potencial de utilização aos canhões fixos de artilharia de costa. Utilizava-se para os tratores sobre rodas Minneapolis Moonline GTX-147 6X6, recebidos dos

EUA em meados de 1941. Foram enviadas duas peças à Escola de Artilharia de Costa (EAC), entre os anos de 1942 a 1944, foi realizado o Curso de Emergência de Oficiais de Artilharia de 1ª linha, a fim de preparar artilheiros para a Segunda Guerra Mundial.

O crepúsculo da Artilharia de Costa foi antevisto pela Segunda Guerra Mundial, com o abandono das fortificações passivas e a adoção de uma artilharia com alta mobilidade. O término do conflito não alteraria a rotina operacional dos canhões ingleses, se mantendo em operação em suas bases originais.

Durante as décadas seguintes os canhões Vickers-Armstrong Modelo XIX 152,4 mm se mantiveram na missão de defesa e artilharia de costa. Mesmo com a dotação da Artilharia Brasileira dos estadunidenses obuseiros M1, com calibre de 155 mm, os canhões ingleses se mantiveram na linha de frente na missão de defesa costeira.

Nos anos de 1990, os Vickers-Armstrong estavam em operação a mais de 50 anos no Exército Brasileiro. Foram iniciados os processos administrativos de substituição, de forma gradual até 1994, das últimas peças para retirada do serviço ativo dos Vickers-Armstrong Modelo XIX 152,4 mm, os em melhores condições foram mantidos como monumentos em diversas unidades. Após a adoção do sistema de saturação de área com foguetes, o ASTROS II, as instruções de Artilharia de Costa foram encerradas, em 1998, do canhão de 152,4 mm VICKERS ARMSTRONG, material obsoleto e desativado do Exército Brasileiro.<sup>20</sup> Entre o final da Segunda Guerra e o término do século XX, os fortes foram sendo desguarnecidos e tornaram-se museus, pontos turísticos e entregues ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

### **1.1 Os armamentos da Artilharia de Costa que realmente se tornaram nossos.**

No início do século XX, a Artilharia de Costa era constituída por quatro grupos, pois a dotação orgânica do Exército Brasileiro dava prioridade à artilharia de campanha. Elas se encontravam em pontos críticos com ameaça de invasão por mar ou rios: a Capital Federal com dois grupos e dois pontos fluviais decisórios: Coimbra-MT e Óbidos-PA.<sup>21</sup>

Nos idos de 1934, o que havia de mais moderno na Artilharia de Costa ainda era a modernização e a expansão do sistema defensivo da Capital Federal da virada do século XX.

---

<sup>20</sup> DEFESA. Ministério da. Histórico da EsACosAAe. Publicado: Segunda, 04 de Abril de 2016, 17h24 | Última atualização em Segunda, 13 de Abril de 2020, 15h33. Disponível em: Acesso em 31 de novembro de 2023.

<sup>21</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p.115.

Para defesa mais externa da Baía de Guanabara, os fogos dos canhões Krupp do Forte Imbuhy e do Forte de Copacabana (sua obra foi finalizada em 1914), com alcances entre dezoito a vinte e três quilômetros, cumpriam suas finalidades. Em empregados doutrinariamente, os fogos mergulhantes eram uma técnica utilizada para se evitar a couraça reforçada dos navios de guerra. Entre 1913 a 1919, 4 peças krupp 280 mm foram instaladas nos fortes do Pico São Luiz (Niterói) e no Forte Duque de Caxias, no Leme (Rio de Janeiro), onde treinava-se o uso da técnica dos fogos mergulhantes, já que as posições dos canhões eram abrigadas em ambos os fortes e isto, dificultava a localização por parte da força invasora e buscava-se atingir o deque do navio e não sua lateral como a técnica básica empregada pelo Forte Copacabana. As possíveis embarcações que ultrapassassem a entrada da Barra da Guanabara sofreriam com os fogos das fortalezas de Santa Cruz (Niterói), nesta instalação a missão americana idealizou a instalação de tubos lança-torpedos. Já as Fortalezas de São João (Urca - Rio de Janeiro) e o Forte da Laje, foram instalados canhões mais modernos entre 1896 a 1906.

Durante a Era Vargas, as aquisições com a fábrica Krupp tinham por objetivo aumentar o número reduzido de canhões disponíveis, a maior parte obsoleta, e sem os suprimentos para realização de tiro real. Com essa grande aquisição, o objetivo foi padronizar o material de artilharia do Exército Brasileiro.<sup>22</sup> Com o bloqueio naval da 2ª GM, não tivemos outro fornecedor que não os estadunidenses, mas tudo que foram capazes de fornecer foram os obsoletos canhões de artilharia de costa e alguns poucos holofotes.<sup>23</sup> O historiador Dennison fez uma boa síntese do que representou o Lend Lease, com relação ao recebimento de material bélico, proporcionado ao nosso Exército, se comparados com o fornecimento dos alemães:

Para os gestores brasileiros deveria ser chocante o contraste entre os fornecimentos encomendados juntos aos alemães em 1937 e 1938, quase todo composto de armas de última geração, a maioria aliás empregada efetivamente em serviço ativo por parte das próprias forças armadas da Alemanha naquela mesma ocasião, em comparação com a obsoleta, incompleta e inservível artilharia que era oferecida pelos estadunidenses.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p. 43.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p. 44.

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p. 47.

Com a reorganização do Exército de 1938<sup>25</sup>, temos em teoria a motomecanização<sup>26</sup> de algumas divisões estratégicas e o aumento dos efetivos em cerca de 100% entre 1930 a 1945, este se organiza em tempo de guerra em: Divisões, eventualmente Grupos de Divisões e Corpos de Cavalaria (art. 40), acreditamos que hoje esta organização se assemelha às Forças Tarefas, constituições temporárias, de acordo com a missão atribuída; Exércitos e Grupos de Exércitos, ainda temos a eventualidade de uma Reserva Geral. Neste decreto, aparece o planejamento da Unidade Elementar do Exército: a Divisão, que dependendo da constituição da tropa será motorizada ou mecanizada (art. 42). Em comparação com a organização de 1934<sup>27</sup>, temos apenas que a Unidade elementar do Exército, em tempo de guerra, é a Divisão de Infantaria, que as demais a complementam, se tornando uma Divisão de Cavalaria quando esta arma tiver maior quantidade de elementos que a Infantaria (Art. VI).

Neste interregno, foi implantada a artilharia antiaérea brasileira, e que grande parte deste material foi adquirido nos acordos teuto-brasileiros, entre os anos de 1938 a 1939, no contexto político mundial, de aproximação das nações latinas com os regimes totalitários da Europa<sup>28</sup>, principalmente pela venda de material bélico, da formação doutrinária do Exército e da modernização da estrutura militar de ensino. Isto tudo, dentro do contexto das relações militares entre Alemanha e Brasil, nos anos de 1938 a 1942. Quando foram adquiridos os 60 canhões Krupp 88 mm, da Alemanha, sendo que apenas 28 chegaram realmente. A primeira leva de canhões antiaéreos 88 mm junto com munição, foram 4, em navio mercante brasileiro, no primeiro semestre de 1939. Depois disso, e para evitar que o material completo fosse apreendido pelo bloqueio naval inglês, as remessas foram enviadas em partes, ou seja, os tubos dos canhões foram remetidos em um navio, e os reparos em outro, e em datas distintas, nos navios Siqueira Campos e o último carregamento dos vinte oito ocorreu no segundo semestre de 1941, já a bordo do navio brasileiro “Bagé”<sup>29</sup>. Isto tudo devido ao bloqueio britânico da Segunda Guerra Mundial, tendo sido os primeiros canhões entregues ao Grupamento-Escola de Defesa Contra Aeronaves

---

<sup>25</sup><https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-413-6-maio-1938-348746-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>26</sup> Na terminologia militar brasileira, motorização significa o emprego de veículos automóveis, enquanto mecanização significa o emprego de veículos levemente blindados. Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume II / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva...[et. al.]Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022. p.300.

<sup>27</sup><https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23977-8-marco-1934-516424-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>28</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial: a aproximação com a Alemanha e o Alinhamento com os Estados Unidos da América (1934- 1942), Revista da Escola Superior de Guerra, v. 27, n. 54, p. 46-62, jan./jun. 2012.

<sup>29</sup>Krupp Flak 88 mm C/56 Modelo 18, Emprego no Exército Brasileiro.. Disponível em: <<https://www.arnasnacionais.com/2023/11/krupp-flak-88-mm-c-56-modelo-18.html>>. Acesso em: 28 Nov. 2023.

(GEDCA), com destino para o 1º Grupo do 1º Regimento de Artilharia Antiaérea (I/1º RAAAe), ambos localizados no Rio de Janeiro - RJ.

Sobre as aquisições de armamentos estadunidenses, terminado o ano de 1941, o Brasil não havia recebido nenhuma promessa de entrega de armamentos modernos e nossas relações militares com os EUA se assestavam mais. No referido ano, a boa notícia foi as primeiras entregas de bases aéreas em Belém e Natal, construídas pela Pan Am em acordos secretos com o Brasil. De acordo com Moreira<sup>30</sup>. Em março de 1931, a Panair iniciou operações comerciais aéreas entre Belém e o Rio, posteriormente ligou aquela cidade à Manaus, em 1933. Em 1937, moderniza sua frota aérea com os *Clippers* e *Lockheed Electra*, dominando os voos para todo saliente nordestino, seguindo também para Belo Horizonte e Porto Alegre.

Sobre a atuação da PANAIR do Brasil S.A, empresa criada para secretamente construir as bases aéreas no Saliente Nordeste, o “Corredor da Vitória”, um grande via aérea que apoiou em suprimentos os aliados no Pacífico, temos os relatos orais do major brigadeiro do ar Ivo Gastaldoni<sup>31</sup>.

A infra-estrutura aeronáutica brasileira, como vimos, era extremamente precária. Nenhum dos nossos aeroportos merecia ser assim chamado [...] o plano americano de defesa hemisférica incluía a necessidade, para o desdobramento de sua aviação em direção ao Sul, de cerca de 55 aeródromos na América Central, no Caribe e na costa atlântica da América do Sul. Para levar a termo esse empreendimento, o Departamento da Guerra criou o Airport Development Program e negociou a construção das bases com a Pan American Airways. Tudo foi bem nos demais países envolvidos, mas o representante brasileiro considerou que a vinda da Pan American Airways poderia ferir suscetibilidades e o artifício encontrado foi o da empresa aérea americana passar os recursos para a sua subsidiária brasileira, a Panair do Brasil, cabendo a esta contratar a construção dos aeroportos no Brasil.

No segundo semestre de 1942, a organização da defesa costeira ainda não havia recebido material bélico complementar, ao já existente, e foram desviados recursos da fabricação de munição de pequeno calibre para a produção de munições do Vickers-Armstrong.<sup>32</sup>

Na defesa do Nordeste, foi montado a defesa costeira no arquipélago de Fernando de Noronha e no Saliente Nordeste, com a incerteza do que poderia ocorrer no segundo semestre de 1941 ainda indefinido, e uma possível ameaça de um ataque alemão. O plano do Teatro de Operações Nordeste, protocolado no Ministério da Guerra, em 30 de maio de 1942, após o

---

<sup>30</sup> MOREIRA, Bruno Holtz da Nova. Transporte Aéreo: A inserção da Região Nordeste Brasileira nas artérias da Globalização. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Salvador, 2006. p.55.

<sup>31</sup> História oral do Exército na segunda guerra mundial / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2001. Tomo. 8. p.165.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p. 56.

planejamento da Comissão Mista, propunha a seguinte composição de forças: [...] um Centro de Resistência em Fernando de Noronha<sup>33</sup>, ou seja, a ilha foi declarada zona militar. A partir de 1942, o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, com comando de general, recebeu tropas de infantaria, artilharia de campanha, artilharia de costa e artilharia antiaérea, com seus respectivos apoios. A artilharia de costa de Fernando de Noronha era a seguinte: ... 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, uma unidade recém formada, criada há apenas quatro meses na cidade do Rio de Janeiro<sup>34</sup>, e possuía duas baterias de canhões a duas peças cada uma, com o Vickers-Armstrong 152,4mm, e uma seção de projetores Modelo Sperry, destinados a iluminar os alvos.



Projetor Sperry 152 cm M940  
Fonte: Arquivo pessoal na EsACosAAe

Sobre aquisições norte-americanas para modernização da artilharia de costa brasileira, infelizmente entre 1934 a 1942, somente nos foram repassados para o Brasil, as noventa e nove peças Vickers-Armstrong de 6 polegadas (152,4 mm), modelo 1917, para os Grupos de Artilharia de Costa Motorizada (GACosM), sendo criados onze grupos de duas baterias móveis entre 1942 a 1944, estes foram retirados dos portos da costa leste dos EUA que estavam estocados após a modernização da artilharia costeira norte-americana. Esta artilharia costeira

<sup>33</sup> DUARTE, Paulo G. O Nordeste na II Guerra Mundial: antecedentes e ocupação. Rio de Janeiro: Record, 1971. p.144.

<sup>34</sup> DARÓZ, Carlos Carvalho. A artilharia brasileira e a defesa de Fernando de Noronha durante a 2ª Guerra Mundial. Tiempo y Espacio. Nº 67, Vol. XXXVI. Enero-Junio, 2017. p.35..

rudimentar, após a Segunda Guerra Mundial, permaneceu em serviço e com instruções na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea até 1998, devido à chegada do sistema de lançadores de foguetes ASTROS II, isto foi que levou à desativação no Exército Brasileiro do treinamento e instrução com o canhão de 152,4 mm VICKERS ARMSTRONG. Adler homero ainda justifica que o não fornecimento de munição e o método de fabricação das munições do canhão de 152,4mm seria que os estadunidenses o utilizaram até acabar as munições e venderam ao Brasil porque não poderiam mais os utilizar, já que haviam perdido os desenhos das granadas<sup>35</sup>, considero isso um pouco estranho. Acredito que houve boicote no avanço de nossa indústria bélica, eles seriam *expert* no atraso da industrialização dos latino-americanos.



Arquivo Veteranos Artilharia de Costa

Fonte: Disponível em: Armas Nacionais.

<<https://www.armasnacionais.com/2021/06/canhoes-vickers-armstrong-1524-mm.html>>.

Acesso em 25 set 2023.

Sobre o assunto em tela, podemos ver a opinião de Dutra ao Presidente da República e citado por Dennison em seu livro:

“Recebemos até agora 99 canhões “Vickers” de 152,4 mm em processo de revisão e montagem e o aguardo dos rodados, sendo providenciada a fabricação da munição no Brasil. Também 12 tubos de calibre 178 mm para via férrea, todos sem culatras ou reparos, ainda nos EUA. Também se pretende fabricar munição no Brasil.”<sup>36</sup>

Outros canhões costeiros norte-americanos, cotados a serem adquiridos durante a Segunda Guerra Mundial, foram os canhões de sete e doze polegadas, para sua instalação no porto de Santos, na Ponta da Monduba, atual Forte dos Andradas, no Guarujá, Estado de São Paulo. Sendo ela, a última fortificação costeira construída no Brasil, seus canhões foram adquiridos e instalados em dispersão pela mata atlântica, diferentes dos fossos de aço dos

<sup>35</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p.123.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.152.

Fortes São Luiz e Duque de Caxias. No ano de 1938, o Forte de Copacabana (3º GACos) ganhou uma bateria auxiliar com quatro canhões suíços *Oerlikon* 20 mm, apreendidos na navegação de cabotagem em direção ao Sul do país, com destino a localidade com possíveis focos de insurreição contra o Estado Novo.

Mas não podemos deixar de abordar que a partir das comissões mistas Brasil e EUA, que negociaram as padronizações de armas e equipamentos para o Exército Brasileiro, os estadunidenses sempre buscaram que o Brasil abandonasse qualquer padronagem europeia e assumissem a americana, contudo, não tínhamos uma contrapartida no mesmo nível. Apenas 1% dos recursos do Lend Lease, foram realmente para aquisição de material bélico e maquinário para nossa indústria de guerra. Além disso, os projetos considerados pelos norte-americanos como “estratégicos”, como o fornecimento aos brasileiros das tecnologias de última geração, como o fuzil Garand M1<sup>37</sup> eram vetados. Os nossos blindados da FEB recebiam gasolina de pior qualidade. O boicote ao envio de maquinário para produção de munição aos Vickers-Armstrong, vendidos pelos EUA ao Brasil em 1941. O adiamento constante do envio de 50% da dotação de uma Divisão, para o treinamento dos escalões a serem enviados à Força Expedicionária Brasileira (FEB), pois o Departamento de Estado objetivava que gastássemos nossas reservas de armamento e munição dos depósitos brasileiros.

O historiador Dennison de Oliveira muda um dos paradigmas que a academia possui, de que na Era Vargas, éramos um exército sem armas e munições. Após seus estudos no NARA II, ele encontra nas correspondências entre as comissões mistas que mesmo que os EUA armassem todas as seis divisões planejadas a serem enviadas à FEB, o estoque de armas portáteis aumentaria um pouco mais de 8%.<sup>38</sup>, ou seja, com relação fuzil, pistolas e munições no padrão europeu estávamos bem, mas a guerra moderna se vence através da mecanização de suas forças e armamentos de grosso calibre. Tínhamos a capacidade de formar uma tropa com o equipamento básico, todavia sem capacidade de operar com sistemas de armas, comunicações e logística do século XX. E não recebemos os materiais principais para mobilizar uma poderosa divisão blindada ou motorizada. Em várias ocasiões, as autoridades estadunidenses desfiguraram os documentos de entrega de armamento para repassar modelos de armas mais antigas e menos poderosas do que as que haviam sido originalmente encomendadas com a documentação das Comissões Militares Mistas Brasil-EUA<sup>39</sup>.

Isto levou por um bom tempo, mesmo com a americanização do pensamento militar e

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.78.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.85.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p. 106.

da doutrina, a produção de fuzil e munições alemães Mauser, e as metralhadoras e munições da dinamarquesa Madsen.<sup>40</sup> Acredito que esta política de defesa nacional brasileira tenha relação com a percepção de que os EUA estavam interessados em liberar seus estoques de armas obsoletas em nossas forças armadas.<sup>41</sup>

Para termos uma noção do desarmamento do Exército Brasileiro, em armas de grosso calibre, vou apresentar o relatório do Ministro da Guerra, general Dutra de 1942, conforme tabela abaixo<sup>42</sup>, a tabela abaixo deve ter realmente assombrado o Ministro Dutra ao perceber que possuímos apenas 4 canhões de 155mm com mobilidade em um litoral de 9.000 km:

**Tabela III – Armamento de Artilharia de Campanha**

Espécie	Total
Krupp 75 C/14 T.R. 1906	24
Krupp 75 C/28 T.R. 1905	32
Krupp 75 C/28 Transf. T.R.	34
Krupp 75 C/28 T.R. 1908	105
Saint-Chamond 75 C/36 T.R. 1920	12
Schneider 75 C/18,6 1919	95
Krupp 75 C/26 T.R. 1937	100
Krupp 75 C/34 T.R. 1940	64
Krupp 105 C/14 T. R. 1908	20
Schneider 155 curto 1917	4
Krupp 88 C/56 antiaéreo	28
Obs. Únicos 75 mm utilizáveis são Krupp C/26 e C/34	

**Fonte:** BRASIL, 1942. p. 13

Antes da chegada dos armamentos alemães entre os anos de 1937 a 1938, o Exército Brasileiro possuía 24 peças ou canhões de calibre maior que 75 mm, originárias do primeiro contrato com a Krupp do início do Século XX e 69 armas coloniais de artilharia de costa nas fortificações e que deveriam defender 9.000 km de litoral e fronteiras estratégicas com tão fraca dotação de meios de grosso calibre<sup>43</sup>. Um assunto que Dennison de Oliveira comenta em seu livro e podemos considerar como um campo aberto ao estudo, era o receio de possuir um país industrializado no cone sul, por conta da sua má vontade em fornecer os projetos do desenho do

<sup>40</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.95.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.105.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.160.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.172.

Garand M1 e o financiamento para instalação de indústrias para produzir os sobressalentes dos canhões Vickers-Armstrong, mesmo estes, sendo obsoletos pelo mundo, e não mais fabricado o referido canhão.<sup>44</sup> Mas temos que lembrar que a burocracia brasileira também atrasou as entregas dos armamentos pelo Lend Lease: “Dizem que envios iniciais do Lend Lease permanecem em armazéns no Rio em confusão por um ano”.<sup>45</sup> Até os oficiais do Exército Brasileiro, servindo no Nordeste, relataram que o EB não possuía meios para a guerra: “... cada dia que o EB perde em organizar um calendário de treino intensivo e muito tempo valioso perdido. Foi pontuado que o Brasil tinha falta de equipamento de artilharia pesada e outras necessidades da guerra moderna...”<sup>46</sup>

Giovanni Latfalla resume bem as relações de entrega de armamentos e sistemas de armas e o contraponto norte-americano: “As entregas de material bélico dos EUA ao Brasil, nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, foram pífias<sup>47</sup> [...] eles cobravam a montagem da defesa do saliente nordestino, mas não entregavam os recursos e meios ao Brasil para tal intento.

Podemos concluir neste subtópico, que o planejado na aquisição de armamento novo para a Artilharia de Costa não se concretizou com a aliança Brasil-EUA, mesmo com a entrada na guerra por parte dos EUA, somente receberíamos canhões inservíveis e de custosa manutenção, mesmo com a ida da FEB para a Itália, continuamos ultrapassados nesta especialidade e em seus sistemas de armas. Esta aliança mal sucedida em termos de rearmamento e industrialização do parque bélico explica o voto contrário de Dutra para romper relações com a Alemanha e declarar guerra somente em 1942, pois ainda não estávamos armados e nosso principal apoio externo boicotava os planos militares de Dutra e Góes Monteiro desde 1939. Uma informação positiva sobre a artilharia, porém bem tardia em comparação aos acordos alemães de 1937 e 1938, foi a entrega para treinamento da FEB na guarnição do Rio de Janeiro de 12 obuseiros de 105mm e 6 obuseiros de 155mm que foram usados pela Artilharia Divisionária da FEB<sup>48</sup>, e até a atualidade garante alguns grupos de artilharia do Exército Brasileiro e dos Fuzileiros Navais.

## **1.2 As mudanças na doutrina militar do Exército Brasileiro e da Artilharia de Costa.**

O marco temporal de nossa pesquisa inicia nos trabalhos da pequena Missão Militar

---

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p. 151.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.203.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.228.

<sup>47</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.73.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.191.

Americana, criada para suprir as deficiências da Missão Militar Francesa, para o ensino de técnicas de Artilharia de Costa<sup>49</sup>. Os Estados Unidos da América era o país mais avançado nesta técnica antes da Segunda Guerra Mundial. O contrato com os norte-americanos fez o governo brasileiro se desvincular da exclusividade na aquisição de armamento com os franceses, em especial, artilharia de grosso calibre, metralhadoras e canhões antiaéreos. Além de criar um estabelecimento de ensino para a busca de soluções para a defesa da costa, após a ratificação do contrato em 1936, foi inserido a formação dos engenheiros militares brasileiros, sendo que este teria por missão realizar as reformas e adequações das fortificações para a guerra moderna, com novas técnicas e posições de tiro com os canhões. O trabalho de reforma pelos nossos engenheiros foi iniciado depois da apresentação dos relatórios críticos da MMA que apresentaram os pontos fracos de nossa defesa e o que deveria ser feito para solucionar, seus trabalhos se desenvolveram até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Primeiramente, os instrutores e alunos utilizaram as instalações da Fortaleza de São João, e construíram um prédio específico para o CIAC, conforme foto abaixo, que abriga atualmente a Escola Superior de Guerra (ESG), com verba específica em Rs\$50:000,00<sup>50</sup>.



CIAC, atual ESG, no Forte São João. Fonte: Espaço Cultural da EsACOSAAE.

Havia uma diferenciação nos cursos de oficiais e sargentos, devido às especificidades de função e atividades desempenhadas no treinamento e na instrução aos quadros. Além dos cursos regulares, foram criados estágios para operar específicos telêmetros, no levantamento de alvos, para elaboração de boletins meteorológicos e dependia do material do forte a qual o militar foi designado. Uma das novidades que a MMA trouxe para a artilharia de costa brasileira foi a concepção e construção de um sistema de direcionamento do tiro, sua usinagem

<sup>49</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. 119.

<sup>50</sup> FORTES, Hugo G. Borges. Canhões cruzados. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 174.

e montagem foi realizada no Arsenal de Guerra e na Oficina mecânica da Fortaleza de São João, entrou para a história como Sistema Hohenthal. Foram criados 4 manuais no CIAC: Métodos de Instrução, Manual da guerra química, Manual de emprego técnico da Artilharia de costa contra alvos móveis e Organização Estratégica e tática de defesa de costa.<sup>51</sup>



Telêmetro Estereoscópico Zeiss de seis metros de base.

Fonte: Arquivo pessoal na EsACosAAe

No ano de 1939, o CIAC recebeu a visita do general Marshall, quando da sua vinda ao Brasil e pelo Decreto Ministerial Nº 1735, o centro recebeu a denominação de Escola de Artilharia de Costa (EAC). No mesmo ano, a MMA teve que retornar ao solo pátrio, com a decretação de mobilização total do Exército dos EUA após o início da 2ª GM, deixando o Brasil em meados de 1940. Permaneceu no Brasil apenas o coronel Miller como adido militar e posteriormente na função de integrante da Comissão Militar Mista de 1942, entre as duas nações. Em 1941, todos os instrutores eram oficiais brasileiros no corrente ano de ensino na EAC e o último regime normal, já que no outro já nos encontramos em estado de beligerância e a realização de um curso específico até o final de 1944, o Curso de Emergência de Oficiais de Artilharia de 1ª linha, a fim de preparar artilheiros para a Segunda Guerra Mundial. A questão doutrinária realmente muda para o padrão americano com a vinda de grandes efetivos estadunidenses junto à Comissão Mista dos EUA para apoiar a montagem de Escolas de Instrução e Unidades de tropa (Escola) na guarnição da Vila Militar (RJ), tudo com o objetivo de conversão acelerada e maciça aos padrões, normas, doutrina, armas e munições ao estilo americano. Elas se tornaram na segunda metade do século XX, a Escola de Instrução Especializada (EsIE), Escola de Comunicações, a Escola de Material Bélico e 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), todas no Rio de Janeiro, tendo instrutores americanos nos anos

<sup>51</sup> FORTES, Hugo G. Borges. Canhões cruzados. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 173.

1940 e 1950.<sup>52</sup>

Durante a Segunda Guerra Mundial, mantivemos a utilização, a produção de munição, o estudo e doutrina tradicional do Vickers Armstrong, canhão inglês obsoleto, dos Grupos de Artilharia de Costa Motorizada (GACosM). Devido ao não envio de material mais moderno de artilharia de costa pelos EUA durante nossa “Aliança especial”. O mesmo somente foi aposentado com adoção do Sistema de Saturação de Área ASTROS II, de produção nacional. A mudança da nossa organização e doutrina ocorreram, em realidade, a partir da colaboração militar assinada pelo Brasil-EUA nos acordos de cooperação e das comissões mistas Rio-Washington de 23 de maio de 1942. A mobilização e toda a logística da FEB dependeram dos EUA para chegarmos à Itália. Primeiramente, os americanos estavam ansiosos para que as forças armadas brasileiras realmente deslocassem as tropas do Sul para o Nordeste do Brasil. Entretanto, com a derrota do Exército de Rommel em El Alamein e o desembarque anglo-americano no norte da África, em 8 de novembro de 1942, a sombra do eixo sobre o Saliente Nordestino evaporou entre as dunas do Saara.

O Exército Brasileiro com apoio da Comissão Mista prosseguiu na sanha da obtenção dos sistemas de armas prometidos desde 1939. Nesse ínterim, tivemos o encontro de Natal, em 1943, e a formação de uma força brasileira para atuar em operações extracontinentais ganha força, no alto comissionado poder americano não se desejava enviar os brasileiros para atuar na guerra. Recebendo a proposta de substituir as forças portuguesas na defesa dos Açores, Madeira e Cabo Verde. Contudo, algumas autoridades militares e o departamento de estado dos EUA não estavam interessados no envio das nossas tropas ao front africano e no mediterrâneo.<sup>53</sup>

A partir da segunda fase das operações aliadas na 2ªGM começa-se a delinear os futuros vencedores. Praticamente não tivemos uma instrução padrão e com qualidade no território pátrio e não-entrega da metade da dotação da primeira divisão acordado em reunião das comissões mistas. Também tivemos problemas na escolha do local do treinamento, o teatro de operações que os pracinhas realmente irão. Isto foi arditosamente usado por Vargas para enfatizar a cobranças da entrega das armas por parte dos Estadunidense o envio da Força Expedicionária. Ao final da atuação, o Brasil foi sondado para tornar-se força de ocupação na Áustria.

Podemos considerar o pior erro militar, por questões políticas óbvio, a total desmobilização da FEB, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Lembrando que os militares

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.81.

<sup>53</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.144..

norte-americanos das comissões mistas eram contra. Deveria se manter um núcleo de treinamento conduzidos pelos pracinhas veteranos com um embrião modernizador da força terrestre e também útil reserva treinada para possível defesa hemisférica e ser empregada como força de paz da recém-criada Organização das Nações Unidas<sup>54</sup>. Até os militares de artilharia tiveram sua evolução atrasada, com a desmobilização de elementos especializados da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação da FEB, esta era composta por elementos da FAB e de observadores aéreos da arma de Artilharia que corrigiam os tiros da Artilharia Divisionária (AD) da FEB.<sup>55</sup>

Durante todo o conflito da Segunda Guerra Mundial, mesmo com a aliança com os EUA, continuamos com debilidades militares em armas automáticas, forças motorizadas, blindadas e armas de grosso calibre, Dutra sempre conciso e atento aos objetivos estratégicos durante a grande contenda nos alerta: “Nos setores de artilharia de costa e artilharia antiaérea, caríssimas e complexas aparelhagens bélicas modernas, nossa eficiência é, em face do amplo litoral a defender e dos centros vitais a proteger...<sup>56</sup>”, ou seja, os militares tinham total ciência da penúria das forças armadas e não se deixaram deslumbrar com a propaganda e os discursos do Departamento de Estado e as Forças Armadas estadunidenses. Podemos então inferir que o pragmatismo do Estado Novo está completamente ligado ao assessoramento militar nas decisões políticas varguistas até 1945.

Assim, todos os Grupos e Baterias de Artilharia de Costa Motorizada passaram a adotar o Sistema ASTROS, em 1995, ficando obsoletos na defesa costeira por 55 anos. Podemos imaginar o hiato tecnológico criado nas forças armadas brasileiras no transcurso da segunda metade do século XX, mas não podemos deixar afirmar que ocorreu uma real transformação doutrinária do pensamento da Artilharia de Costa Brasileira, com a estada da MMA no Centro de Instrução de Artilharia de Costa, tanto que prosseguiu a atitude da mobilidade e tomada rápida do dispositivo dos costeiros com o Grupo ferroviário e o motorizado, característica essencial do Exército Americano em sua organização já na Segunda Guerra Mundial.

Após a pesquisa do Espaço Cultural da ESACosAAe, encontramos na pesquisa quantitativa uma pasta com a relação dos concludentes do Curso de Artilharia de Costa<sup>57</sup> e

---

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.111.

<sup>55</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p. 260.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015. p.155.

<sup>57</sup> BRASIL. Escola Artilharia de Costa. Relatório de concludentes Oficiais e Sargentos (1934-1962). Rio de Janeiro. 1962. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1MpC6zjC0jfr88OPfCYQXoKhpffRzTc6Q/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1MpC6zjC0jfr88OPfCYQXoKhpffRzTc6Q/view?usp=drive_link)

compilados na tabela abaixo:

### **Relação dos concludentes e Reprovados do CIAC (1934-1942) – Oficiais e Sargentos.**

Ano	Oficiais	Sargentos	Reprovados
1934	19	18	-
1935	21	17	-
1936/37	12	14	-
1938	25	15	-
1939	12	13	1
1940	13	20	-
1941	11	-	-
1942	10	13	1

Fonte: Espaço Cultural da ESACosAAe

Algumas informações que podemos inferir da consulta desta fonte primária seria: o índice de reprovação era baixo. Acreditamos que dever-se-ia ter um zelo com os gastos públicos e a reprovação de um aluno gera danos ao erário. A reprovação acredito que tenha sido mais desistência do curso. Uma informação que chamou atenção foi a quantidade de concludentes serem maior de oficiais do que sargentos. Geralmente nos cursos militares, a quantidade de concludentes em boa medida são os praças. A cultura organizacional da Artilharia e o prestígio com o término do curso, deveria ocorrer mais com os oficiais do que com os Sargentos.

### **1.3 O Exército Brasileiro antes e depois da Missão Militar Americana**

No período aqui pesquisado, o Exército Brasileiro permaneceu uma miscelânea dos modelos militares alemão e francês, somente com a participação na FEB, que parte da Força Terrestre absolveu algumas características da doutrina estadunidense.<sup>58</sup> Durante toda a Segunda Guerra Mundial, os exércitos vanguardistas se apoiavam em tropas motorizadas e mecanizadas. Enquanto isso, o Exército Brasileiro possuía suas principais forças a pé ou rebocadas a cavalo, principalmente as tropas de Artilharia, Engenharia e toda a logística da força terrestre. Tínhamos

<sup>58</sup> PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p.21.

apenas um núcleo de disseminação das tropas mecanizadas e blindadas de origem italiana.<sup>59</sup>

Como podemos perceber nos debates dos capítulos anteriores, o Exército Brasileiro adotava sua organização para a batalha tendo por base a Divisão de Exército (DE), geralmente somente no nome, pois eram com efetivos reduzidos e dotação de material incompleta, as aquisições de 1937 a 1938 com os alemães e o *Lend Lease* com os estadunidenses vai tirarmos de um estado de penúria completa, mas devemos recordar que as autoridades militares dos EUA não queriam a presença de tropas do Brasil no norte da África.<sup>60</sup> Além de o próprio sistema de inteligência estadunidense ter plotado que a FEB estava sendo usada politicamente e para obter mais armamento pelo *Lend Lease*.<sup>61</sup>

Após a FEB, o Exército tentar incutir em todo seu corpo militar, através dos estabelecimentos de ensino, a doutrina militar norte-americana, resultado do esforço de transformação da cultura militar empreendido pelas comissões mistas Rio-Washington, persuadindo os oficiais brasileiros da necessidade de adotar conceitos doutrinários, técnicas e equipamentos norte-americanos. Devemos então analisar se realmente ocorreu modernização contundente e ampliação do poder de combate do Exército Brasileiro e de desenvolver uma doutrina militar própria. As instituições militares tendem a ser conservadoras. Isso decorre, em grande medida, da índole conservadora dos militares.<sup>62</sup> Devido à constante pressão de a qualquer momento poder ser empregado em um combate real:

Embora para a maioria das forças armadas a guerra seja uma experiência eventual, a educação militar e a instrução das tropas enfatizam permanentemente a assustadora realidade dos conflitos armados. Como corolário, a educação da oficialidade e o treinamento da tropa incentivam a reprodução de comportamentos e práticas militares consagradas, por meio de doutrinas formais, expressas em manuais e regulamentos militares, e pelo estudo da História Militar nas academias militares e escolas de estado-maior, buscando extrair lições das experiências militares do passado.<sup>63</sup>

O *Modus* conservador do militar, dificulta a implementação de inovações, modernizações e a transformação das forças armadas em qualquer país. Isto decorre, de seu

<sup>59</sup> A mecanização das Divisões de Cavalaria, entretanto, não se efetivou de imediato. Naquele ano, o Brasil adquiriu da Itália 23 carros blindados leves Fiat-Ansaldo Cv 3-35 II, mas estes poucos blindados, mais cinco carros de combate leves Renault FT-17, remanescentes de uma compra de 1921, foram usados para criar o Esquadrão de Autometralhadoras do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização, localizado em Deodoro, no então Distrito Federal. PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p.138.

<sup>60</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.211.

<sup>61</sup> LATFALLA, Op. Cit., 2022. p.218.

<sup>62</sup> HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996. p.112.

<sup>63</sup> PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p.42.

caráter burocrático-corporativista geralmente avesso às mudanças, uma dos motivos poderia ser as formas de admissão e o recrutamento, que antes era obrigatório, passou para sorteio e atualmente é voluntariado. E a composição da educação, planos de carreira dos concursados antes mesmo de adentrar nas forças armadas, o pensamento seria, não serei rico, mas não terei mudanças revolucionárias durante minha profissão. Se nos recursos humanos, os militares já desejam pouca mudança, imagine uma transformação que teria um caráter de aprender novas tecnologias e técnicas, seria como se o militar voltasse a ser recruta: “em nenhuma outra profissão o temor da inovação é tão grande como no exército”.<sup>64</sup>

Podemos concluir que, a introdução da doutrina militar americana no Exército Brasileiro mudou o pensamento militar para um força terrestre mais mecanizada e repleta de militares especializados em tarefas cada vez mais específicas e de maior exigência na preparação e no adestramento. Além de uma evidenciada reorganização da força terrestre para ordem de batalha, com a criação de unidades e grandes unidades, a implantação de um novo sistema de instrução militar, a concepção, e difusão de novas formas de emprego das forças militares, consubstanciadas pela publicação de um grande volume de novos manuais doutrinários.

---

<sup>64</sup> PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p.42.

## Capítulo II – AS COMPRAS, FORMAS DE PAGAMENTO E A MONTAGEM DA NOVA ARTILHARIA DE COSTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Primeiramente será abordado neste capítulo a análise dos custos, os projetos/obras e melhorias nas fortificações, a forma de pagamento e as mudanças ocorridas durante a presença no Exército Brasileiro da Missão de Instrução de Artilharia de Costa, mais conhecida como Missão Militar Americana (1934). A missão atuou na instrução da Artilharia costeira, na montagem do sistema de defesa artilhada da costa, em especial no saliente nordestino, além de demais pontos estratégicos do nosso território, no aperfeiçoamento da doutrina militar e da técnica da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro. Isto tudo, culminando na assinatura do acordo entre o Brasil e os EUA, em 1942.

Nesse momento é importante acrescentar que a discussão historiográfica revelou muitas obras acadêmicas<sup>65</sup> com aprofundamento que pudessem responder às questões elaboradas pela pesquisa sobre a Missão Militar Americana<sup>66</sup>. A pesquisa precisou ser fundamentada em um pensamento reflexivo histórico, necessário para formulação e a fundamentação do caráter científico especializado da história da Missão Militar Americana. A pesquisa vem da análise discursiva, investigativa, exploratória e empírica das vastas fontes documentais encontradas no Arquivo Histórico do Exército<sup>67</sup>, e da literatura produzida sobre o tema<sup>68</sup>. As missões militares estrangeiras eram uma ponta de lança, no aumento da influência das potências mundiais. Nas lides da caserna, essa aproximação foi primeiramente por um contrato de instrução, em 1934, que ficou intitulada Missão de Instrução de Artilharia de Costa<sup>69</sup>, e aproveitando-se da oportunidade, ambos os governos ratificaram as boas relações com um tratado comercial em 35, facilitando a entrada de produtos primários em solo americano. A Missão Militar Americana se enquadra no maior escopo do projeto de reformulação e modernização do sistema de defesa costeiro.

A referida missão tinha por objetivos gerais em contrato: “cooperar com o Estado-Maior do Exército, Inspetoria de Costa e os oficiais do Exército Brasileiro no

---

<sup>65</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

<sup>66</sup> FORTES, Hugo Borges. Canhões Cruzados. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército (BIBLIEx), 2001.

<sup>67</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985.<[https://drive.google.com/file/d/1L4-QpED2a5Xlgh6730I6fPcM3p9G1SpT/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1L4-QpED2a5Xlgh6730I6fPcM3p9G1SpT/view?usp=share_link)>

<sup>68</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015. p. 39.

desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, para superintender os outros e auxiliar na instrução<sup>70</sup>". Podemos observar que a cooperação americana possuía características duais. Primeiramente, a instrução e atualização da doutrina da artilharia costeira e posteriormente com a renovação do contrato em 1936.

O contrato com a MIAC foi renovado, em 12 de novembro de 1936, para cooperar com o Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, atuando com a Inspetoria de Defesa de Costa, e com oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do CIAC, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A missão tinha também a seu cargo, os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na ETE, onde deveria auxiliar nas respectivas instruções. A Inspetoria de Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil. (RODRIGUES, 2018, p. 32).<sup>71</sup>

Com o sucesso da missão, em um espectro de tarefas, sua atuação foi renovada até o ano de 1938. A avaliação positiva permitiu que, em pouco tempo, o pequeno grupo de oficiais norte-americanos também atuasse na Escola Técnica do Exército, o futuro Instituto Militar de Engenharia<sup>72</sup>. No entanto, a influência norte-americana começou a ser sentida com maior intensidade a partir de 1939, principalmente, quando já estava em andamento a Segunda Guerra Mundial.



<sup>70</sup> BRASIL. Ministério da Guerra. AHex. Contrato da Missão Militar Americana de 1934.

<sup>71</sup> RODRIGUES, Fernando. A Política Militar Brasileira: da Missão de Instrução de Artilharia de Costa à Comissão Conjunta Brasil-EUA (1934- 1945). Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro, Brasília, Volume 9, número do exemplar, p. 31-37, jun/ago, 2018.

<sup>72</sup> MCCANN, Op. Cit. 1983.

Primeiros integrantes da MMA.

Fonte: AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985.

Já em 1939, os primeiros acontecimentos da guerra em curso na Europa levaram ao aumento das tratativas de acordos de defesa mútua entre os EUA e os demais países sul-americano, em especial o Brasil. Entretanto, podemos observar certa dificuldade em se manter um bom termo nas relações comerciais, entre os americanos e o Estado Novo. Concluindo, seguiremos nos estudos dos contratos para montagem do sistema de defesa, principalmente seus dados financeiros, se foram vantajosas ao Brasil, os valores dos contratos das missões americanas e os valores dos armamentos adquiridos, eram modernos, eram apenas descarte dos obsoletos, além das relações políticas do governo Vargas, um tanto contraditórias, já que lutávamos por democracia e vivia-se no Brasil a Ditadura do Estado Novo.

Todavia, para atingirmos a assinatura dos principais acordos comerciais e militares por volta de 1942, ocorreram muitas mudanças nas relações internacionais Brasil-EUA durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa, em 1934.

No referido ano, a MMA atuou primeiramente na criação da Escola que ministraria a Instrução, o Centro de Instrução de Artilharia de Costa, com sede na capital federal, no Forte da Vigia, sendo que, provisoriamente, se instalou na Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa; e posteriormente, na Escola Técnica do Exército.

A MMA atuou em conjunto com a Inspetoria de Defesa de Costa na criação da doutrina, instrução e melhoramentos da nossa defesa costeira. Em complemento, a MMA criou os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na ETE, sendo auxiliares da instrução e da produção de manuais. A Inspetoria da Defesa de Costa foi a difusora das técnicas e táticas desenvolvidas pelo CIAC e vistoriava a aplicação da mesma nas variadas fortificações estratégicas do território brasileiro, conforme será apresentada abaixo a atuação do Marechal José Pessoa como Comandante da Artilharia de Costa nos anos 30 e 40 do século XX.

## **2.1 O pragmatismo militar na compra de materiais de Artilharia para o Exército Brasileiro: A compra de Artilharia da Krupp e os contratos militares de 1937, 1938 e 1939.**

Como forma de demonstrar na prática a equidistância pragmática e a disputa pelos melhores preços e ofertas para o rearmamento brasileiro. Vamos apresentar um debate sobre as compras militares com a Alemanha, mesmo já ocorrendo no Exército Brasileiro a cooperação militar de países distintos, a Missão Militar Francesa e Americana. Como a alta cúpula foi hábil

e quando os mercados estadunidenses estivessem fechados ao nosso rearmamento pelos isolacionistas, ocorreu a busca de mercados alternativos à compra de material bélico para o Brasil.

Tomando ao nosso debate uma dissertação recentemente defendida por Douglas Guimarães Siqueira<sup>73</sup>, este pesquisou sobre as relações político-comerciais entre o Exército brasileiro e a firma Krupp, localizada na cidade de Essen, na Alemanha, sobre a aquisição de artilharia, entre os anos de 1871 a 1942, tendo por objetivo o rearmamento deste importante material de guerra, decisivo em algumas batalhas e que não tínhamos à época capacidade de fabricação. A Krupp é um fabricante atemporal de material bélico, remontando ao período prussiano. Desde os Jovens Turcos, tínhamos uma admiração e respeito pela arte da guerra e de seu material de guerra, levando uma união de laços diplomáticos entre a firma alemã e o Exército brasileiro até 1914. O nosso trabalho remete mais à década de 1930 em diante, entretanto o sucesso alemão com vendas de armas ao Brasil perpassa todo o início republicano, por volta de 1911, ...“o adido militar americano, capitão LeVert Coleman, e o embaixador Edwin V. Morgan empenharam-se para que a Bethlehem Steel conseguisse o lucrativo contrato de fornecimento dos canhões para a planejada nova defesa da costa brasileira, mas perderam a parada para a Krupp alemã”.<sup>74</sup> O regime republicano incrementou essa aquisição dos alemães de artilharia de campanha e de costa. No interregno da Grande Guerra, por conjecturas óbvias, nos afastamos desta relação com a Krupp até os idos de 1933 e a ascensão dos franceses na vanguarda da arte da guerra entre as potências europeias. Como não tínhamos estabelecimentos fabris de canhões, a partir de 1939, reaproximamos nossos laços comerciais com a Krupp e outras indústrias congêneres, porque tínhamos de sobressalentes dos canhões e a aquisição de viaturas para tracionar as peças, previstos em contratos militares entre os anos 1937 a 1939. Todavia o plano de rearmamento de nossa artilharia cairia com a irrupção de novo conflito mundial, mas as comissões de inspeção e o envio de armamento para o Brasil prosseguiram até 1941 e rompidas novamente os negócios com a Krupp em 1942, devido ao rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e declaração de guerra ao Eixo.

Em toda a década de 30 do século XX, o Exército brasileiro enviou delegações a fábricas europeias em busca de futuras aquisições de sistemas de artilharia. Contudo, foi a partir de 1936 que os contatos comerciais entre o Exército e a Krupp começaram a tomar relevo, sendo

---

<sup>73</sup> SIQUEIRA, Douglas Guimarães. As relações político-comerciais entre o Exército Brasileiro e a firma Fried. Krupp de Essen na aquisição de material bélico de Artilharia entre 1871 e 1942. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2023.

<sup>74</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 146.

ela a principal beneficiária do rearmamento do III Reich.<sup>75</sup> Isto abriu espaço para aquisição de armas pelo Brasil em Essen e com a adoção de regimes políticos autoritários em ambos países que abrissem caminho à recuperação econômica de ambos, a Alemanha fornecendo insumos da indústria pesada, ou seja, rearmar a Alemanha e os possíveis países “aliados” aos regimes totalitários, e nós, as matérias-primas essenciais a montagem de uma logística militar para a futura expansão nazista.

Contudo, para materializar a compra dos artigos militares, em especial as armas pesadas, o principal óbice era a questão do pagamento, a primeira e maior opção foi o escambo por matérias-primas, com o algodão e café os artigos preferidos.<sup>76</sup>

Podemos observar que a principal preocupação da alta cúpula militar da Era Vargas, o material de guerra brasileiro, é o problema máximo do Exército: “aconselham a aquisição de novos engenhos de guerra, notadamente no que diz respeito à artilharia de campanha e de costa”.<sup>77</sup> Nessas negociações de compra de artilharia na Europa, foi escolhida a sueca Bofors, em detrimento da francesa Schneider, constatando a perda de prestígio e o não cumprimento contratual com a Missão Militar Francesa (MMF).<sup>78</sup> Entretanto, as negociações com a Bofors chafurdaram, pois a mesma não aceitou receber em Marcos de Compensação, acumulados no Banco do Brasil, nas trocas comerciais entre a Alemanha e Brasil, entre os anos de 1933 a 1936.<sup>79</sup> E seriam os referidos Marcos ASKI<sup>80</sup> que os países sul-americanos poderiam comercializar somente com a Alemanha em acordos bilaterais, comprando qualquer produto manufaturado produzido no país. Isto criou no Brasil dois sistemas de comércio internacional divergentes: os marcos de compensação com a Alemanha e o livre comércio com os Estados Unidos.

Durante a fase legalista do governo Vargas (1934-1937), o Presidente ansiava por menor dependência do Brasil com o café, e o algodão surgiu como uma boa alternativa. E o principal articulador deste comércio alemão foi Karl Ritter, nomeado Embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro em julho de 1937: “Apesar da forte pressão americana contra o comércio bilateral

---

<sup>75</sup> SIQUEIRA, Douglas Guimarães. As relações político-comerciais entre o Exército Brasileiro e a firma Fried. Krupp de Essen na aquisição de material bélico de Artilharia entre 1871 e 1942. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2023. p.148.

<sup>76</sup> SIQUEIRA. Op. Cit., 2023. p. 163.

<sup>77</sup> BRASIL. Relatório do Ministro de Estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1935, p. 57.

<sup>78</sup> SIQUEIRA. Op. Cit., 2023. p. 167.

<sup>79</sup> SIQUEIRA, Douglas Guimarães. As relações político-comerciais entre o Exército Brasileiro e a firma Fried. Krupp de Essen na aquisição de material bélico de Artilharia entre 1871 e 1942. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2023. p.170.

<sup>80</sup> ASKI deriva do alemão “Auslander Soderconto fur Inlandszahlungen”, que significa conta especial do estrangeiro para pagamentos internos, segundo SEITENFUS, R. A. S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p.77.

teuto-brasileiro, entre os anos de 1934 e 1938, a Alemanha assumiu a ponta como principal país que o Brasil comprava mercadorias, e entre elas, estavam as aquisições de artilharia Krupp.<sup>81</sup> Com o Advento do Estado Novo, a Alemanha será o grande parceiro armamentista que o Brasil buscará para quebrar o desequilíbrio militar em material bélico com os argentinos e reestruturar nossa Força Terrestre antes do rompimento do conflito de proporções mundiais. Já que os marcos de compensação não geravam desequilíbrio nas contas públicas, em um país com enxutas moedas externas, em reserva, para compras no exterior.

A Krupp, em meados de 1936, já havia aceitado nas negociações financeiras que 80% dos valores gastos em armas fossem descontados em marcos compensados.<sup>82</sup> Após a assunção de Dutra ao Ministério da Guerra, o programa de aquisição de artilharia fluiu com maior facilidade e durante o ano de 1937, já tínhamos militares já inspecionando as fábricas e realizando os tiros técnicos em Meppen, de acordo com a historiadora Andrea Rahmeier.<sup>83</sup>

Finalizando as negociações, foi assinado o contrato, tendo aval do Presidente, Dutra e por delegação ao chefe da Diretoria do Material Bélico e a firma Krupp, de Essen/Alemanha<sup>84</sup>, com isso o Brasil passou a possuir toda a estrutura necessária para um Regimento de Artilharia, faltando alguns acessórios não produzidos pela Krupp, em um valor em torno de 880 mil libras esterlinas, sendo 80% pagos em marcos ASKI. Caso o Brasil não dispusesse de marcos de compensação, seria em libras esterlinas mesmo. Essas transações ocorriam em sigilo, haja vista evitar reclamações do governo americano por concorrência desleal. Isto apresenta na prática a equidistância nas relações diplomáticas Brasil-EUA, o Estado Novo negociava com as duas potências, EUA e Alemanha, porém não batia de frente com os interesses das mesmas, sempre buscando vantagens aos objetivos nacionais e este feitio contratual se estende até o ano de 1939. Sobre as aquisições de materiais para a Artilharia de Costa, temos instrumentos ópticos, adquiridos com a firma Carl Zeiss/Alemanha para o fornecimento de material óptico, datado de 5 de maio de 1937.<sup>85</sup> Visava adquirir catorze telômetros estereoscópicos de seis metros de base, um telômetro de oito metros de base e outro com dez m de base, com o intuito de aperfeiçoar a pontaria de tiro das unidades de Artilharia de Costa: Seu custo aproximado foi de 39.160 libras

---

<sup>81</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.164.

<sup>82</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.177.

<sup>83</sup> RAHMEIER, Andrea Helena Petry. Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942). 2009. 390 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 49..

<sup>84</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo Missões Militares na Europa (1917-1942) - Caixa Compra de material Krupp década de 40.

<sup>85</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo Missões Militares na Europa (1917-1942) - Caixa Compra de material Krupp década de 40.

esterlinas.<sup>86</sup>

Mesmo com todas essas aquisições contratadas e planejadas, no relatório de 1938 do general Góes Monteiro, apresentava preocupações para penúria da Força Terrestre: “No que diz respeito à artilharia e a aviação, há mesmo completa ausência dos materiais previstos, uma vez que os existentes estão completamente em desuso”.<sup>87</sup>

Das aquisições alemãs, entre os anos de 1938 a 1939, a que nos chamou atenção e possuem relação com nossa pesquisa, seriam as que poderiam ter sido empregadas contra fortificações e alvos navais, os 24 canhões de cano longo, calibre 150mm C/55, de tração motorizada, e uma quantidade maior de acessórios e outros equipamentos foram comprados, seus valores ficaram entre 717.882 libras esterlinas<sup>88</sup>, a mais cara do arsenal militar comprada da alemã naquele interregno de aquisições. Mas consideramos o ícone do seu tempo na Artilharia de Costa Brasileira, o canhão antiaéreo calibre 88 mm C/56, também motorizado, haja vista as múltiplas funções que este canhão teve na Segunda Guerra Mundial, empregado pelas tropas alemãs e nas fortificações brasileiras.

A presença em filmes e documentários da 2ª GM, seria de emprego contra posições inimigas, e/ou arma antitanque, do que propriamente antiaérea, mas a munição perfurante não foi adquirida pelo EB, sendo a função em nossa doutrina como Antiaérea.<sup>89</sup>



Fonte: CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Podemos também acessar a engenhosidade das adaptações de nossos arsenais para diminuição da obsolescência das defesas costeiras. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro utilizou-se dos reparos em estoque nos depósitos do canhão Krupp 75 C/28 TR modelo 1908 e o estoque, em bom estado, dos tubos dos obsoletos canhões Krupp 75 mm de tiro lento modelo

<sup>86</sup> SIQUEIRA, Douglas Guimarães. As relações político-comerciais entre o Exército Brasileiro e a firma Fried. Krupp de Essen na aquisição de material bélico de Artilharia entre 1871 e 1942. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2023. p.172.

<sup>87</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.173.

<sup>88</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.186.

<sup>89</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.189.

1895, produziram o canhão Krupp 75mm C/28 modelo brasileiro 1936 TR, foram produzidos 34 modelos remanufaturados, com pólvora sem fumaça de Piquete e alcance útil de até 6,3 km, sem lunetas de mira ou telêmetro, foram adaptados nos fortes e fortalezas.<sup>90</sup>

Concluimos este subtópico assinalando que o ano de 1938 foi proveitoso para a modernização do Exército Brasileiro, em particular a Artilharia brasileira, sendo a maior compra de material bélico de toda a República até aquele momento, muito se deve aos marcos de compensação. Entretanto, somente 20% de todas as compras haviam sido entregues no referido ano.

Com relação à artilharia costeira, o canhão Krupp de cano longo 150mm C/55, o mais pesado e potente do sistema de artilharia de campanha, poderia ser utilizado como baterias móveis, nas posições estratégicas de nossa costa, como os portos do norte e nordeste do Brasil. Com o início das hostilidades da 2ª Guerra Mundial, o bloqueio britânico boicotou o envio de um canhão tão potente ao Brasil.

## **2.2 A Missão Militar Americana: uma análise crítica dos contratos a partir de 1934 e do relatório americano sobre a defesa costeira e de pontos críticos da fronteira brasileira.**

Nesta parte do capítulo propomos analisar o contrato de 1934 e as renovações do mesmo, documentação primária do Arquivo Histórico do Exército, recebida do extinto Centro de Documentação do Exército, que se encontrava em Brasília. O documento foi catalogado em 1985, com o seguinte título: “Cooperação Brasil X EUA”, onde se encontram as fontes bibliográficas primárias e a documentação diplomática da Missão Militar Americana. Atualmente o AHEx encontra-se no Palácio Duque de Caxias, no Centro do Rio de Janeiro.

Nos documentos são abordados os seguintes tópicos: em uma primeira parte da fonte, os instrutores americanos recebidos para a referida missão no EB em 1934; A ratificação do contrato em 1936; um relatório pormenorizado da Defesa Costeira do Distrito Federal, em 1938; e os documentos diversos, que enquadraram análises de comissões militares, em particular da Inspetoria de Costa, que tiveram atuação da MMA, das fortificações e ampla temática das cooperações militares Brasil-EUA, entre os anos de 1939 a 1943. Finalizando com a localização dos pontos de instrução e preparação da Força Aérea e do Exército Brasileiro para ida à Itália, compondo a Força Expedicionária Brasileira.

---

<sup>90</sup> SIQUEIRA, Op. Cit., 2023. p.205.

Nas primeiras páginas da referida fonte, temos os despachos do Ministério das Relações Exteriores encaminhando ao Estado-Maior do Exército (EME), uma cópia do contrato da MMA, assinado em sete de junho de 1934, em Washington, com uma das primeiras cláusulas mostrando que os gastos de viagem da comissão militar seriam custeados pelo Brasil, desde a saída da embarcação do porto de Nova York.

O foco do contrato seria o desenvolvimento e o funcionamento da MMA, tendo como seguinte escopo: criar uma Escola de Artilharia de Costa, denominada Centro de Instrução de Artilharia de Costa, supervisionar os cursos e auxiliar na preparação dos quadros militares do Exército Brasileiro. A MMA teria um prazo de dois anos de duração (1934-1936), se observarmos a renovação da mesma, o contrato se encaixa no período de aprovação pelo congresso brasileiro dos Acordos comerciais Brasil-EUA (1935). O contrato possui caráter bilateral<sup>91</sup>(Art.4), especificando a proibição de acordos militares semelhantes com outras nações. A comitiva é composta por dois Oficiais de Artilharia, com especialização em Artilharia costeira (Ten Cel e um Major), estes seriam os instrutores do CIAC e conselheiros técnicos à Inspetoria de Costa, em particular engenheiros de fortificação que acompanhariam os oficiais da Inspetoria nas visitas técnicas nas fortificações e organizações militares de Artilharia de Costa, como tratado no capítulo anterior quando o general José Pessoa comandava a Inspetoria. Os militares americanos portavam o fardamento do Exército dos EUA e possuíam um posto acima. (Art. 11). Seus salários eram os seguintes: tenente-coronel — 66 contos de réis, major — 60 Contos de réis e capitão — 54 Contos de réis. Acreditamos que os soldos dos oficiais brasileiros foram equiparados aos americanos, haja vista que neste período da Carta Constitucional de 1934, era atribuição do Presidente da República o aumento do soldo dos militares<sup>92</sup> e que neste momento serviu para acalmar os ânimos, e para Vargas ter o apoio das Forças Armadas. O poder legislativo não teve outra opção, em 1935, para conceder o aumento, mesmo que causasse um grande rombo nas contas públicas. Pelos estudos de Thiago Mourelle, o gasto orçamentário anual aumentaria em 300 mil contos de réis, somente com o exército.<sup>93</sup>

Os militares americanos eram isentos de impostos no Brasil (Art.14), e aqueles que ficassem dois ou mais anos teriam o pagamento das despesas de traslado Nova York-Rio e licença de três meses após dois anos de missão. A comitiva possuía um carro oficial à disposição, e embarcação para reconhecimentos aquáticos, caso a inspeção ocorresse em fortes

---

<sup>91</sup> BRASIL. Contrato da Missão Militar Americana no Brasil entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em 10 de maio de 1934.

<sup>92</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. Getúlio Vargas, o medo do golpe e a questão dos reajustes salariais em 1935: o sim aos militares e o não aos civis. Dimensões, Espírito Santo, vol. 34, 2015, p. 432.

<sup>93</sup> MOURELLE, Op. Cit., 2015, p.442.

marítimos, durante a missão junto à Inspetoria de Costa. Os oficiais Brasileiros seriam auxiliares dos americanos durante as primeiras turmas do CIAC. Uma análise com viés diplomático, podemos observar a preocupação de ambos os governos em fazer valer a conclusão da missão no período de 2 anos por parte dos militares americanos. Haja vista, as cláusulas contratuais por rescisão contratual ou por problemas particulares dos americanos, os mesmos pagariam todas as despesas pelo traslado, com exceção de doença grave ou justo motivo.

Em 18 de julho de 1936, ocorreu a prorrogação contratual da MMA no Brasil, com alguns aditivos, tais como: conduzir os cursos de fortificação e guerra química, na Escola Técnica do Exército<sup>94</sup>, futuro Instituto Militar de Engenharia, como auxiliar na instrução e no assessoramento do EME, com inspeções e relatórios junto à Inspetoria de Costa, esta teria duração de dois anos, devendo com seis meses de antecedência iniciar os processos de prorrogação antes do término da vigência do contrato.

No contrato de 1936, tivemos o acréscimo de membros, um oficial no posto de coronel e dois especialistas de Engenharia, um de fortificações e outro de guerra química. O militar mais antigo da MMA se reportava diretamente ao Ministro da Guerra ou ao Chefe do EME. Acreditamos que esta conduta visa evitar acidentes diplomáticos ou movimentos reacionários que as mudanças doutrinárias causam e que os mesmos sejam uniformemente difundidos e aplicados tanto na Artilharia do Exército quanto na Marinha. Uma cláusula que nos chama atenção e mostra que ambas as nações tinham perspectiva de uma nova Grande Guerra e que qualquer declaração de guerra por parte das duas nações extinguiria a missão, como ocorrido após o ataque a Pearl Harbor. O soldo do coronel passou a ser de 72 contos de réis, os dos demais foram mantidos como no contrato anterior e a manutenção das isenções fiscais. Uma mudança foi o acréscimo de ajudas de custo e instalação de 6 a 4 contos de réis, dependendo do posto do militar. A licença de três meses foi mantida e foi adicionado diárias e alimentação quando em missão externa ao Distrito Federal e Niterói.

No plano de chamada<sup>95</sup> dos americanos, que se encontrava no Gabinete do Chefe do EME, havia um coronel, dois tenentes-coronéis, três majores, todos moravam na Zona Sul do Rio de Janeiro. Um dos majores era Thomas White, chefe da Missão Americana da Aeronáutica, parte da fonte que está fora do escopo de nossa pesquisa, mas pode ser tema de novos trabalhos. Compunham esta Missão, além do Major, mais três primeiros-tenentes e um técnico em aviação,

---

<sup>94</sup> RODRIGUES, Op. Cit., 2012, p.51.

<sup>95</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Operações Terrestres. Caderno de Instrução de Aprestamento e Apronto Operacional (EB70-CI-11.404). 1ª Edição. Brasília 2014. O Plano de Chamada é um conceito militar que é definido como o instrumento que possibilita reunir a tropa, no mais curto prazo, quando esta não estiver aquartelada. Apesar da atualidade da definição, na prática essa ação militar fez parte do cotidiano da tropa desde do século XIX.

deveria ser o mecânico dos pilotos. Estamos na dúvida se esta missão era de instrução da aviação militar, futura Força Aérea Brasileira ou observadores aéreos da MMA. O técnico em aviação morava na Glória. Os pilotos ganhavam por risco de vôo mais um conto de réis. Estes militares de aviação chegaram na Missão por volta de setembro de 1940. Os tenentes recebiam quarenta e oito contos de réis e o técnico em aviação recebia vinte e seis contos de réis.

Com a identificação da Missão Americana da Aviação, tema ainda sem estudos pela historiografia nacional, observa-se que a pesquisa sobre este intervalo temporal da história militar brasileira (1934 a 1942) encontra-se ainda bastante incompreendida. Corroborando com os estudos de Rodrigues e André: “Existe no acervo do AHEx uma quantidade ainda não avaliada de processos, que não foram utilizados em pesquisas acadêmicas, datados de 1907 a 1984.”<sup>96</sup>

Prosseguindo na análise quantitativa da nossa fonte primária do Arquivo Histórico do Exército, nos deparamos com relatório da inspeção da defesa costeira do Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1940. Assinado pelo chefe da MMA, general de Brigada Kimberly e a missão foi cumprida por Lehman Miller. De imediato, apresentam as oportunidades de melhoria: a pólvora importada das peças de grosso calibre são inexistentes ou envelhecidas demais. É de se estranhar a falta destes insumos, já que a pólvora sem fumaça, começou a ser fabricada no Brasil em 1917, em Piquete, São Paulo.<sup>97</sup>

Os sistemas de movimentação das torres das peças da Fortaleza da Lage estavam danificados, ou seja, a Fortaleza estava inoperante e não havia previsão de adequação das referidas instalações militares. Os projetores de luz de toda a entrada da barra da Guanabara são obsoletos e a quantidade inadequada para a defesa costeira. As casas de geração de energia devem ser modernizadas. O militar evidencia a completa ausência de um sistema de controle de fogos que possibilitasse a coordenação da defesa contra qualquer ataque vindo do mar e ocorreria grande desperdício de munição e esforços. Não havia a programação de longa data, de exercícios de instrução e adestramento com as armas de grosso calibre, comprovando que a artilharia costeira da Capital Federal não estava preparada para qualquer invasão por parte das possíveis ameaças externas que seriam os submarinos e uma esquadra alemã. Não havia também um plano e nem aquisição de minas submarinas para defesa dos pontos estratégicos

---

<sup>96</sup> ANDRÉ, Carlos Lopes da Silva e RODRIGUES, Fernando da Silva. Estudos sobre militares: História, Historiografia e a Pesquisa em Arquivos Públicos Institucionais. In.: FALCON, F. J. C. (Org.), Estudos de História e Historiografia. Rio de Janeiro: REVAN, 2018, p.15

<sup>97</sup> VALENÇA. Ubirajara da Silva. Quem descobriu a pólvora. Revista Militar de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 4(1):20-26, jan./mar. 1987, p. vol. 34, 2015, p. 23.

da parte navegável da Baía de Guanabara. As fortalezas não eram dotadas para as defesas de vetores aéreos que pudessem realizar espionagem, ou um reconhecimento armado inimigo que seria a vanguarda de uma possível esquadra inimiga. No relatório, Kimberly observa que em consulta a Armada, a mesma possui algumas minas de contato, mas o plano de defesa antissubmarino ainda não está concluído e não possui nenhuma coordenação com as forças terrestres e nem plano de alerta e vigia. O general americano ainda define que no plano as minas de contato devem ficar a cargo da Marinha do Brasil e as de controle pirotécnico devem ficar de responsabilidade do Exército Brasileiro. E segue elogiando a tropa que mesmo com material obsoleto, buscam realizar o serviço da melhor forma e com entusiasmo. O mesmo infere que nas atuais condições dos anos de 1940, o Brasil não teria condições de se defender de nenhum país sul-americano até que as retificações da defesa do Distrito Federal fossem saneadas. E encerra o relatório informando que estamos com 30 anos de atraso para bons sistemas de defesa do porto do Rio de Janeiro.

Uma solução apresentada por Kimberly, aos principais problemas da defesa costeira, seria a aquisição de peças de artilharia móveis de 155 mm, até a completa reformas ou construção de novas posições na Barra da Guanabara, quais seriam, adequação das torres das peças das Fortalezas de Copacabana e Imbuhy, ou seja, aumento da altura do berço das peças, isto aumentaria o ângulo de elevação e do alcance das peças para fazer frente aos modernos encouraçados da época que assim não ficariam realizando fogos sobre a cidade sem serem atingidos pela nossa defesa. E caso o bloqueio da barra fosse furado, dever-se-ia colocar as peças da Fortaleza da Laje, após a reforma, uma atirando para o flanco, na direção do centro do Rio de Janeiro e outra atirando para o flanco no sentido Niterói. A colocação de um telêmetro<sup>98</sup> permanente, em Copacabana, que se comunique com todas as outras fortalezas. Na Fortaleza de Copacabana, reforça nossa tese após visita pessoal que a ventilação nas torres é inadequada, após leitura de trechos do livro do historiador Adler Homero, a temperatura quando da execução do tiro real, na torre de 305 mm, chegava a 60°C.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup>O Telêmetro é um dispositivo de precisão destinado a medir distâncias em tempo real. Pode ser óptico, quando baseado em um mecanismo de focalização, ou ultrassônico (ecotelêmetro ou telêmetro acústico), quando utiliza reflexos sonoros.

No Brasil, o primeiro telêmetro industrializado surgiu em 1941, na cidade de São Paulo, produzido por Décio Fernandes de Vasconcellos, fundador da indústria de instrumentos ópticos D.F. Vasconcellos. Telêmetro Disponível em: <[https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/images/acervo/artigos/Telmetro\\_de\\_Coincidncia.pdf](https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/images/acervo/artigos/Telmetro_de_Coincidncia.pdf)>. Acesso em: 10 set.2023.

<sup>99</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.



*Preditor Telémetro óptico de coincidência Zeiss WIKOG 9SH no Museu Conde de Linhares, Rio de Janeiro, 2023.*

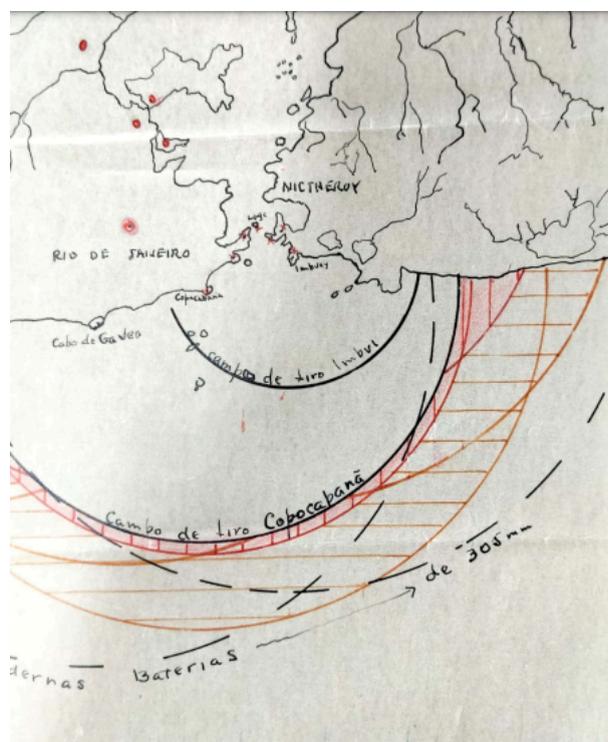
Outra medida que o relatório chama atenção a criação de um forte fictício, na Ilha de Palmas — localidade nas Ilhas Cagarras, na frente da Fortaleza de Copacabana, com peças fora de uso da Fortaleza de Santa Cruz, tendo por objetivo denunciar a posição de uma possível esquadra inimiga que ataque a primeira “fortaleza carioca”. Uma observação da MMA que, na minha experiência militar, chegou até os anos de 1990, a inexistência de ligações e/ou cooperação com a Marinha de Guerra e os meios aéreos. Somente com a criação do Ministério da Defesa<sup>100</sup>, iniciou-se nas Forças Armadas Brasileiras, padronização de procedimentos, uniformes, equipamentos e exercícios combinados, âmbito das três forças singulares de Defesa Nacional. Ainda apresenta que a indústria nacional de optrônicos no Brasil é inexistente pela falta de manutenção em telescópios e miras das fortificações. Ao final do relatório, o general Kimberly sugere a contratação de um especialista em instrumentos ópticos, pois todas as miras e telêmetros estão inoperantes.

Outra medida paliativa proposta é a aquisição de duas baterias motorizadas de 150 mm ou maiores, para reforçar os flancos da Fortaleza de Copacabana, Imbuhy e o Forte São João e a aquisição também de 4 holofotes, dois em cada extremidade da Barra da Guanabara, ou seja, posicionados em Copacabana e no Imbuhy. Além de lança-torpedos no Forte da Laje e na Fortaleza de Santa Cruz. Apresentamos abaixo, esboço da época, que caso o Distrito Federal fosse atacado por moderna esquadra inimiga de primeira linha, seus cruzadores ficariam em segurança e completamente fora do alcance, das posições hachuradas em vermelho e amarelo. Podendo bombardear as fortalezas e centros de atividade militar nas cidades do Rio de Janeiro

---

<sup>100</sup> Brasil. O Ministério da Defesa celebra 23 anos de sua criação. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2022/06/ministerio-da-defesa-celebra-23-anos-de-sua-criacao>> Acesso em: 12 set. 2023.

e Niterói, marcações nos pontos vermelhos, que seriam: a Vila Militar e adjacências; o Campo de Pouso dos Afonsos, onde se localizava a Aviação Militar; a fábrica de projéteis do Realengo; estaleiros; docas e a base da esquadra brasileira.



Fonte: AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.48.

Agora passaremos a análise dos relatórios de defesa da fronteira oeste, na foz do Rio Paraguai, ponto estratégico e de acesso aos principais pontos de contato com os vizinhos hispanos falantes. De antemão, podemos ter claro como éramos deficientes em meios básicos para o Poder Militar. A não existência de cartas topográficas da região defendida no Rio Paraguai e nem relatórios pretéritos de operações de reconhecimento da fronteira. Até a carta de navegação do Rio Paraguai, a única existente é argentina.<sup>101</sup>

O relatório foi realizado em janeiro de 1939, inserido no plano geral de defesa sul, mas especificamente o Forte Coimbra. Tendo em vista, a adaptação do Plano de Defesa Interna da parte ocidental do Rio Paraná, foi montado o plano de defesa desconsiderando a fortificação<sup>102</sup> atual existente. O ponto de importância do referido documento seria a provável ação inimiga ou as possibilidades de ataque oponente. Considera um ataque à região como secundário, para distrair parte do Efetivo do Exército Brasileiro no ataque principal que provavelmente seria o

<sup>101</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.86

<sup>102</sup> fortificação é uma estrutura capaz de “proteger os ocupantes dos efeitos das armas dos inimigos, deixando-os em condições capazes de utilizar suas próprias armas quando a ocasião surgir” (HOGG, 1975, p. 152-153).

Distrito Federal e a região de São Paulo e Adjacências, principalmente as indústrias estratégicas e depósitos militares e para manutenção das fronteiras atuais, qualquer possível invasor não pode ter a posse da navegação do rio Paraguai. Encerra a análise que é desnecessária a modernização e adequação das instalações bélicas em Coimbra, sendo mais utilizado como depósito logístico, dormitório e de víveres. Uma bateria móvel Armstrong (cal. 152 e/ou 155 mm) em posições sucessivas nas elevações que dominam as margens do Rio Paraguai entre Coimbra e Porto Murtinho teriam maior valor militar e em lanchas, uma bateria fluvial Krupp de 75 mm, apoiados por metralhadoras pesadas *Hotckins* em pontos estratégicos ao longo do Rio Paraguai. Considera utilizar a gruta embaixo do Forte Coimbra como abrigo da população civil, em caso de ataque à localidade. O provável inimigo possui canhoneiras dotadas de 120, 152 e 240 mm, com espessura de couraça de 203 e 76 mm e alcance útil de utilização de seus armamentos de 16 km. A principal aquisição que o capitão admite em seu relatório seria de uma bateria de obuses 155 mm. Sarmento assessorava a necessidade da construção de uma rodovia que liga a Estrada de ferro na Localidade Carandazal e chegue a Coimbra e outra que ligue a cidade de Miranda a uma elevação frontal ao Forte Coimbra (Fecho de Morros). Entretanto, em análises do satélite, na atualidade, Coimbra constitui uma localidade isolada, permanecendo como meio de comunicação o meio fluvial (rio Paraguai).

O que chama atenção nas fontes é que posteriormente, um capitão brasileiro, do 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana, Afonso E. Sarmento, militar não integrante de unidades da força terrestre brasileira na fronteira oeste, produz um novo relatório sobre a defesa fixa do Rio Paraguai e o transcreve o relatório da MMA, acredito que seja um tradutor do inglês, e participou como auxiliar da tarefa e o destinatário de toda a missão foi o chefe do EME, general Góes Monteiro.<sup>103</sup>

Sarmento afirma no início do relatório que não possuímos a supremacia naval na região. E afirma categoricamente que a Argentina mantém total controle político do Paraguai. Os práticos da Companhia Mercante Argentina, que detém a navegação fluvial no Paraguai, são todos paraguaios. A flotilha militar brasileira da Base de Ladário é inferior às frotas argentina e paraguaia somadas. Uma observação do capitão brasileiro, seria que os pontos de melhor dominação e defesa, de ambas as margens do rio Paraguai, são de posse de empresa estrangeira, companhia argentina de fomento agrícola. Finalizando seu relatório, o capitão Sarmento faz uma avaliação dos militares da MMA que foram à fronteira oeste e apresenta críticas a um dos integrantes, o tenente-coronel Sackville.

---

<sup>103</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.84

Nas fontes, foi observado que com a assinatura dos contratos de cooperação, em 1942, e a criação das duas comissões militares mistas Brasil- EUA (Washington e Rio), a Missão Militar de Artilharia de Costa deveria ser ajustada às normas do referido convênio. E nas modalidades de ajuda mútua, em 1939, assinados entre os governos do Brasil e EUA, foram definidos os seguintes pontos de interesse de nossa pesquisa: qualquer invasão ao território brasileiro seria os EUA obrigado a auxiliar na defesa de nossa soberania e ajuda mútua para expulsar transgressor; as construções das base aéreas no norte e nordeste do Brasil para auxiliar em possível guerra externa, seriam ressarcidas sem juros e com matérias-primas, e não em dinheiro. Muito semelhante aos contratos de compensação alemães. Outra observação importante, é que o comprometimento estadunidense é em fornecimento de material indispensável, não significa que seja tecnologia de última geração ou mesmos utilizados pelas tropas norte-americanas. Isto corrobora o envio de meios obsoletos e sucatas à nossa defesa costeira e às tropas da FEB, o melhor exemplo o fuzil springfield M1903<sup>104</sup>. Podemos observar que a maioria das fotos dos pracinhas, dificilmente observamos o fuzil M1 Garand, o mesmo que a 10ª Divisão de Montanha norte-Americana que ombreavam no V Exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Os soldados brasileiros acabaram recebendo o Springfield.

O historiador Giovanni Latfalla relata que a burocracia militar americana impediu o fornecimentos de material como o Garand M1, pois o general estadunidense chefe da Peninsular Base Section não poderia fornecer equipamento militar às unidades em formação e sim, somente a aquelas já engajadas em combate<sup>105</sup>. O site citado acima, que compara o Springfield e o Garand, relata que para o treinamento do 1º escalão da FEB foram fornecidos 5.000 fuzis Springfield à FEB e 200 Garand M1, a Peninsular Base Section não contava com quantidades do M1 suficientes para equipar os brasileiros, além de reforçar que em alguns setores do Exército estadunidense continuou sendo usado o Springfield por unidades americanas que não fossem de infantaria, já que as unidades de artilharia e apoio continuaram utilizando o Springfield até 1945, apesar do Springfield ter sido declarado obsoleto em 1947, a arma ainda viu uso limitado durante a Guerra da Coréia e era de dotação dos atiradores de Sniper com luneta telescópica. Como defesa aos americanos, eles poderiam relatar que as tropas brasileiras seriam de apoio ou ataques secundários, por isso o recebimento do Springfield. Contrapartida, a FEB foi utilizada em ataques decisivos, com a guerra urbana empreendida em

---

<sup>104</sup> Springfield vs. M1 Garand na Força Expedicionária Brasileira. Disponível em: <<https://cobrafumando.wordpress.com/2008/10/12/springfield-vs-m1-garand-na-forca-expedicionaria-brasileira/>> Acesso em: 14 set. 2023.

<sup>105</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.243.

Montese e o cerco da 148ª Divisão Alemã que estava em retirada.

No documento secreto nº 13, 19 de janeiro de 1939, da 1ª Subchefia do EME, sobre comando do general Estevão Leitão de Carvalho, este considerado pelo serviço de inteligência estadunidense como pró-EUA, o qual tivemos acesso após estudos de Dennison de Oliveira nos arquivos da Comissão Mista em Washington<sup>106</sup>, reforça a ideia que Estado-Maior Brasileiro continuava a ver a República Argentina como virtual adversário, esta seria apoiada por uma potência totalitária europeia, ou seja, a Alemanha. Isto tudo, explica a preocupação de Dutra e Góes Monteiro com a Fronteira Sul, e a ação da polícia política de Vargas, nos centros de imigração alemã e nos nazistas existentes em nosso território.<sup>107</sup>

Tanto os relatórios de Leitão de Carvalho, como o Documento secreto de Góes Monteiro, direcionado à Dutra, antes da visita de Marshall ao Brasil, em 1939, reforçam que a principal preocupação seria o rearmamento imediato das principais Grandes Unidades, a defesa costeira e a montagem do parque fabril bélico, em especial os explosivos (de base dupla), material de motomecanização, aviões e material de transmissões. Parece que isso só foi atingido nos governos militares, mas todas essas citadas foram montadas e organizadas no Brasil nas décadas posteriores.<sup>108</sup> Um detalhe que nos chamou atenção do relatório de Góes Monteiro, de 1939, é a preocupação de ampliar a produção brasileira de outras matérias-primas, que os estadunidenses importam do extremo oriente e sejamos nós os mercados privilegiados. E mesmo com a aliança Brasil-EUA, devemos manter nossas exportações aos países totalitários, na opinião de Góes Monteiro, não importa o desenrolar dos acontecimentos, devemos continuar a fornecer matérias-primas à Alemanha e ao Japão, apresentam que o pragmatismo na Era Vargas também está presente na alta cúpula militar.<sup>109</sup>

O ministro da Guerra, general Dutra, em aviso secreto nº 9, de 11 de maio de 1939, reitera que a MMA é apenas de estudo de defesa de nossas fronteiras e de prosseguirmos na tradicional política de não-agressão e o mesmo se mostra indiferente e reforça o não interessa em cooperação militar com os EUA, ou seja, manter a neutralidade mesmo com um conflito de proporções mundiais, desde que o interesse nacional brasileiro não seja atingido. Só entramos na guerra com o afundamento dos navios mercantes, isto afetou a opinião pública e o interesse nacional de continuarmos a fornecer insumos de guerra às nações aliadas.

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

<sup>107</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.134.

<sup>108</sup> AHEx. 1985 Op. cit. p. 140.

<sup>109</sup> AHEx. 1985 Op. cit. p. 142.

O general Góes Monteiro mantém as reclamações sobre a aliança Brasil-EUA no Documento nº 308, direcionado à Dutra, em 23 de setembro de 1940, sobre a cooperação militar entre as referidas nações: com relação à ajuda estadunidense, o mesmo infere que o interesse é apenas uso do nosso território e envio de suas forças armadas, atentando a nossa soberania e que contribuíram apenas com “alguns aviões de treinamento e uma centena de canhões de costa obsoletos e semi-imprestáveis, à custa de dificuldades ainda não removidas totalmente”.<sup>110</sup> Esta reclamação também é citada por Dennison e Latfalla em seus livros.<sup>111</sup> Os canhões emprestáveis eram os 99 Vickers-Armstrong Modelo XIX 152,4 milímetros, recebidos em outubro de 1940, teriam apoio técnico norte-americano, e a produção local da munição, seguindo a cadeia de produção dos tiros de 155 mm. Inicialmente era a defesa costeira dos fortes localizados próximos aos principais portos comerciais do país.<sup>112</sup> E as dificuldades assinaladas pelo chefe do EME, eram ainda não ser apoiada a venda de armas a nações estrangeiras pelo parlamento norte-americano, tendo a influência no período dos isolacionistas, somente com Pearl Harbor, este cenário político estadunidense irá mudar por completo.

Nos objetivos militares, a defesa da costa nordestina e do arquipélago de Noronha aparece em segunda prioridade, após as bases aéreas estratégicas no Norte e Nordeste do Brasil no memorando nº 219, de 04 de agosto de 1942, entre o Chefe do EME e o Chefe da Comissão Mista em Washington.<sup>113</sup> O mesmo ainda reforça as reclamações do atraso do envio de armamentos e maquinário fundamentais à indústria bélica. Neste documento temos informações de grande valia no anexo — Informações sobre a artilharia de Costa — relata a máxima brevidade que devem ser distribuídos os canhões de 152mm citados anteriormente e uma relação recheada de materiais a serem adquiridos para mobilizar toda a defesa costeira, em torno de 370 canhões de diversos calibres, e nos chama atenção 28 canhões de 305mm, semelhante à torre principal do Forte Copacabana<sup>114</sup>.

A recomendação nº 14, das Comissões Mistas Brasil- EUA, sobre a preparação para defesa mútua e cooperação militar, de 23 de maio de 1942, os canhões de 6” da adquiridos pela Artilharia de Costa, ainda se encontravam sem pronto emprego, haja vista que ainda em

---

<sup>110</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.173.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.44; e LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.56.

<sup>112</sup> Canhões Vickers Armstrong 152,4 mm. Disponível em. <<https://www.armasnacionais.com/2021/06/canhoes-vickers-armstrong-1524-mm.html>> Acesso em 15 set 23.

<sup>113</sup> AHEx. Op. Cit. 1985. p.185.

<sup>114</sup> AHEx. Op. Cit. 1985. p.198.

1943, estavam-se produzindo acessórios no Brasil no centro-sul, para seu emprego na defesa costeira do Norte e Nordeste do Brasil, além de assinalar que a munição dos referidos canhões não é produzida nos EUA e a produção nacional é insuficiente.<sup>115</sup> Os planos de defesa costeiro, planejado pela comissão mista, era basicamente este: “Uma defesa costeira ao porto de Belém e região de Óbidos; uma defesa costeira para os portos de São Luiz, Parnaíba e Fortaleza; e Um destacamento misto para a defesa de Fernando de Noronha e uma defesa costeira aos portos de Natal, Cabedelo, Recife e Maceió.<sup>116</sup> O Departamento de Guerra norte-americano julga excessivos os efetivos e que fornecerá as quantidades de materiais destinados ao Norte e Nordeste do Brasil, em face da estratégia atual vivida em 1942/1943, informação retirada de correspondências trocadas entre Leitão de Carvalho e o Ministro Dutra. Na Comissão Mista do Rio de Janeiro, a partir de 1943, já estavam previstas para a instrução da Artilharia de Costa três oficiais e quatro praças norte-americanos.<sup>117</sup>

Prosseguimos a seguir sobre os motivos que justificaram a contratação e vinda da MMA, nas opiniões de militares que estudaram sobre o período da pesquisa e os demais militares que escreveram sobre o assunto da pesquisa. O general Duarte em sua obra “O Nordeste na Segunda Guerra Mundial, antecedentes e ocupação”, também justifica um dos motivos da vinda da MMA:

Embora atuando em vários setores, os instrutores franceses não se envolveram com a nossa Artilharia de Costa. Esta praticamente continuou aborígine até o ano de 1934, visto as condições que os oficiais deviam satisfazer, como elementos da Missão Militar no Brasil. E, em decorrência, o Governo Norte - Americano designou o Major Rodney H. Smith e o Capitão William Dalton Hohenthal como elementos pioneiros da Missão. (DUARTE, 1971, p.17).

Outrossim, observamos que existem poucos livros e artigos que possam contribuir com esta parte da pesquisa. Nessas produções bibliográficas encontramos algumas páginas escritas para as obras listadas abaixo. Primeiro, no caso de publicações militares temos os livros: O Nordeste na Segunda Guerra Mundial, do General Paul G. Duarte, 1971; e Canhões Cruzados, de Hugo G. Borges Coronel Fortes, 2001.

Em segundo lugar, publicações de estudiosos nacionais e internacionais, como o livro Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945, do historiador Frank D. McCann, Jr. Por fim, identificamos na discussão do historiador Fernando da Silva Rodrigues, pesquisador professor

---

<sup>115</sup> AHEx. Cooperação Brasil X USA. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. p.225.

<sup>116</sup> AHEx. Op. Cit.1985. p. 226.

<sup>117</sup> AHEx. Op. Cit.1985. p. 301

do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, e pesquisador da área de Forças Armadas e História Militar do Centro de Estudos Estratégicos do Exército<sup>118</sup>, um aprofundamento acadêmico da investigação.

Nesse contexto, fomos observando que as primeiras inovações da MMA, sem sombra de dúvidas, foram o relatório das deficiências e melhorias do plano de defesa do Distrito Federal e aperfeiçoamento do controle de fogos e coordenação deles com o *fire control* dos EUA adaptado aos mecanismos de coordenação e controle de fogos das baterias de nossas fortificações.

Em 1936, o Centro de Instrução de Artilharia de Costa recebeu a denominação militar atual, Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, local para ministrar aos oficiais e sargentos de artilharia, a formação profissional, e que se encontra atualmente na Vila Militar, subúrbio carioca, com um rico acervo documental.

Nas fontes do Arquivo Histórico do Exército, também temos um documento reservado de 1935, do Inspetor da Defesa da Costa e Comandante do Distrito de Artilharia de Costa da Primeira Região Militar; ao Chefe do Estado Maior do Exército, cujo assunto tratado foi a instalação dos obuses Krupp 280 mm C/16, estes comprados com objetivo de sua instalação no Forte do Campinho, na Capital Federal, no plano de 1910, para realização de fogo indireto as formações que já tivesse invadido a entrada da barra da Guanabara e realizando desembarque anfíbio em algum ponto do Rio de Janeiro<sup>119</sup>, foram transferidos sua instalação para a ponta do Munduba em Santos/SP e nomeação de comissão militar para o referido empreendimento. O documento ainda se refere aos canhões de uma Bateria de Cantagalo, que se encontrava a longos anos guardados no Depósito de Material Bélico em trânsito do Cais do Porto do Rio de Janeiro.

Retornando ao debate historiográfico que dialoga com as fontes americanas do brasilianista Frank McCann<sup>120</sup>, podemos observar que a MMA foi o pontapé da aproximação dos laços militares e reaproximação diplomática com os EUA, momento em que o governo constitucional de 1934 estava sendo muito questionado no parlamento e buscando legitimidade internacional posteriormente ao movimento político de 1930. Em estudos anteriores, Frank

---

<sup>118</sup> RODRIGUES, Fernando. *O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial*. Revista da Escola Superior de Guerra, [s.l.], v.27, n. 54, p. 46-62, ago, 2017. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/237>. Acesso em: 22 Jan 2020.

<sup>119</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 432.

<sup>120</sup> MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 229.

McCann já apresentou a transição da doutrina militar na Artilharia em seus escritos “A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945”.

O Alto Comando Brasileiro estava encantado com a Missão de Artilharia de Costa Americana. A Artilharia de Costa brasileira aparentemente tinha recebido uma instrução francesa muito precária ou inexistente, mesmo sendo isto crucial para a defesa nacional. Chegando em maio de 1934, a missão de dois homens enfatizou a instrução prática com as baterias de artilharia existentes, as possibilidades de fabricação local e os exercícios de pontaria contra um alvo móvel. Inacreditavelmente, o Exército nunca tinha conseguido praticar com alvos móveis, porque não possuía mecanismos de controle de tiro apropriados (McCANN, 1983, p.229).

Um detalhe, que não podemos deixar de mencionar, é que na renovação contratual de 1936, o chefe da MMA passaria a ter posto de general de brigada. Acreditamos que seja uma atitude progressista para evitar questionamentos quanto à nova doutrina e técnicas desenvolvidas na renovada Artilharia de Costa.

Os novos Chefes e Membros; General Allen Kimberley, Coronel William Sackville e o Major Lowell Elliot, todos do corpo de Artilharia de Costa do Exército dos EUA... “Em maio de 1938, regressava aos EUA o Coronel (com honras de General) Rodney Smith e o Tenente Coronel Hohenthal...”<sup>121</sup>

Será este mesmo general Allen Kimberley que confeccionará junto à Inspetoria de Costa, um relatório crítico da defesa do Distrito Federal. Com particular importância os pontos críticos: a qualidade da pólvora para canhões de grande calibre, a Fortaleza da Lage estava inoperante, sem defesa antiaérea e sistema de defesa contra abordagens anfíbias inadequados, obsoletos, ineficientes e não inspiravam confiança dos inspecionadores.

Seguindo nos pontos de melhoria temos: reforma das usinas de força das fortalezas, estabelecimento de cabo submarino para o emprego tático do *fire control* (direção de tiro) dos grupos, buscava-se coordenar fogos, evitar o desperdício de munição e tornando eficiente e eficaz o trabalho da artilharia costeira. Informava que deveriam ser realizados tiros de adestramento com artilharia de grosso calibre, a muito tempos não-realizados e planejados, além da defesa com minas antissubmarino na barra da entrada da baía de Guanabara. Outra observação para melhoria na defesa seriam obras de adequação das torres dos Fortes Copacabana e Imbuhy e ressalta que a Marinha Brasileira já possui expertise nesse empreendimento, sem a necessidade de contratar estrangeiros.

Outros documentos encontrados no AHEx, são relatórios de análise das defesas costeiras e fluviais dos pontos fronteiriços estratégicos. Um deles é a defesa fluvial do Rio Paraguai, produzido por uma comissão em 1939, confeccionado em papel vegetal nas cartas

---

<sup>121</sup> FORTES, Op. Cit., 2001, p. 175

topográficas à época com as posições das defesas e estudos de mudanças de posição defensivas com a evolução de prováveis movimentos do inimigo invasor, ou seja, as posições defensivas passariam de fixas para móveis, nas cidades de Corumbá e Forte Coimbra e defesa da Base Naval de Ladário e por fim as conclusões e recomendações.

O livro *Canhões Cruzados*, do coronel do Exército Hugo Borges Fortes, sintetiza o período inicial do Centro de Artilharia Costeira. O militar constata que, em 1936, no aperfeiçoamento da doutrina costeira, haja vista a renovação contratual e a vinda do general Marshall, Chefe do EME americano, ao CIAC, em 16 de maio de 1939. No final da década de 1930, o Decreto nº 1.735, de 4 de novembro de 1939, aprovaria uma nova lei de instrução militar que mudaria a denominação do CIAC para Escola de Artilharia de Costa.

Em possíveis relatórios de inteligência brasileiro são apresentados elogios ao trabalho que estava sendo realizado pela MMA, a grande presteza do coronel D. H. Gillette, sempre imbuído de sua missão, mesmo que em uma nação estrangeira, mostrou grande interesse em conhecer as cartas topográficas da região, a navegação do Rio Paraguai e a logística local, preocupando-se em tornar os planejamentos táticos exequíveis com a condição econômica brasileira. Faz crítica ao tenente-coronel H. Sackville pela apatia e pouca fluência no português, ao contrário do major Hohenthal, não possuía um gênio inventivo, realizador e prático. Já o major Elliot, há pouco chegado dos EUA, interessou-se por tudo e cooperou no relatório, na parte referente a defesa do Forte de Coimbra e do fecho do Morro contra possíveis ataques por gases.

Após uma breve análise das fontes, podemos inferir um contínuo e exitoso alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, materializado nos Acordos bilaterais de 1942 e a criação das comissões em Washington e no Rio<sup>122</sup>:

- I – Cumprindo a determinação verbal de Vossa Excelência, este Estado Maior apresenta, em documento anexo, as sugestões sobre a natureza e modalidade dos auxílios que mutuamente poderão prestar-se o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, no caso de guerra em que sejam parte.
- II – As hipóteses formuladas distinguem os casos de agressão a qualquer dos dois países por potência, ou potências, extracontinentais ou do próprio continente americano, definem as características essenciais da cooperação em cada caso e deixam bem claro que tais auxílios recíprocos prestados antes ou durante uma guerra não envolvem em absoluto a ideia de coligação.
- III – Fica igualmente bem expresso o desejo de respeitar e cumprir as obrigações e normas gerais de solidariedade continental estabelecidas e aceitas pelas nações presentes A Conferência de Lima, em caso de conflito armado no próprio continente.

---

<sup>122</sup> RODRIGUES. F. S. Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Revista Artigos Estratégicos*. Brasília: CEEEx, 2018, p. 54. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExArE/article/view/2098>. Acesso em 22/05/2020.

Assina o documento o General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Voltemos sobre as considerações da análise documental da Missão Militar Americana. Pretendemos nesse momento das nossas pesquisas, tanto nas fontes do AHEx como no Espaço Cultural da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), investigar com mais profundidade as formas de pagamento do contrato, a aquisição dos novos equipamentos e as remodelações das instalações nos fortes e baterias estratégicas inspecionadas pela Inspetoria de Costa. Pretendemos ainda, analisar a evolução doutrinária dos cursos, e das técnicas desenvolvidas de Artilharia de Costa.

Na perspectiva historiográfica, entendemos que a MMA não só serviu para evolução doutrinária do emprego da Artilharia, mas também para projetar o Brasil, como potência regional sul-americana, no contexto das disputas de poder continental. O Brasil soube aproveitar estas disputas para melhor posicionar-se tecnologicamente no concerto das nações antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial e diminuir em parte a dependência externa de material bélico.

Acreditamos que ainda há muito a ser estudado sobre o MMA, e outros temas que ainda podem ser agregados à pesquisa em outros momentos. Mas aqui fica a evidência da importância desta investigação para o debate acadêmico sobre a nova história militar. A missão militar dos EUA, mesmo que pequena, implementou profissionalmente a modernização dos sistemas de segurança costeira do Brasil por meio da artilharia de costa do Exército Brasileiro. Este fato ocorre em um momento político internacional e nacional tenso, em que as grandes potências mundiais disputam a implantação de novos mercados, territórios e instituições políticas. A MMA foi o pontapé do Exército dos Estados Unidos, como forma de preparação da aliança militar, entre 1934 e 1939, claro, influenciando o governo brasileiro a se alinhar aos objetivos norte-americanos.

Pequena, mas bastante solicitada, a Missão Militar Americana timbrava por manter intensa vida social no meio militar, oferecendo frequentes coquetéis; a essas reuniões, que eram bastante concorridas, compareceram o Ministro da Guerra, o Chefe do Estado-Maior e muitos oficiais gerais, inclusive os membros da Missão Militar Francesa, tendo à frente o seu Chefe, o General Chandebec de Lavalade. (DUARTE, 1971, p. 21)

Autores de trabalhos que apresentem as relações políticas, diplomáticas e militares entre o Brasil e os Estados Unidos da América no século XX notaram que essas relações

foram cautelosas, lentas e crescendo lentamente até o início da Segunda Guerra Mundial. A busca do desenvolvimento em todos os domínios, inclusive nas esferas comercial, econômica e principalmente militar. De onde vêm os trabalhos de pesquisa. Os Estados Unidos seguem a Doutrina Monroe e acreditam que é extremamente importante proteger as Américas, não permitir o estabelecimento de novas colônias e não permitir que outros países interfiram nos assuntos internos dos países americanos. As circunstâncias totalitárias europeias pós-1929 justificaram a Aliança EUA-Brasil. Fernando Rodrigues nos recorda os velhos problemas castrenses de fazer políticas nos quartéis é o afastamento do militar-profissional para o militar, servidor público. Por isso a validade de investigarmos a MMA, como mais uma das ações políticas da alta cúpula estatal de tornar o militar estritamente profissional e não vinculado à política partidária. A Missão Militar Americana foi mais um vetor de transformação da Força Terrestre e uma resposta do governo às pressões militares por comprar armamento, equipamento e construção da indústria bélica, tendo por base a siderurgia.

### **2.3 A Defesa do Distrito Federal: Novos equipamentos, readequação das instalações e aperfeiçoamento da doutrina militar terrestre.**

Com o advento do período republicano, temos novos desafios na defesa da Capital Federal e mudanças nas características dos combates contemporâneos. Das fortificações típicas do período colonial, passamos a substituí-las por fortalezas arredondadas e cúpulas-couraçadas, para resistir ao armamento raiado e de retrocarga e possuir defesa com artilharia no mesmo nível ou em superioridade ao possível inimigo naval, ou aéreo. O plano de modernização das Forças Armadas de Hermes da Fonseca que instalou os modernos canhões Krupp, de médio calibre, que ainda hoje se encontram nas fortalezas do Rio de Janeiro e foi a Comissão de Fortificações e Defesa do Litoral do Brasil que conduziu estas reformas. O Forte Imbuhy e da Laje foram remodelados; a de São João recebeu duas baterias de canhões Krupp de 150 mm e um novo paiol; e Construídos o Forte do Vigia<sup>123</sup>, com três obuses de 280 mm, construído entre 1913 e 1919, a instalação de quatro obuseiros giratórios Krupp de 280 mm (alcance efetivo de 12 quilômetros), em dois poços escavados na rocha, protegidos por casamatas de concreto e Copacabana, com o projeto aperfeiçoado, em 1905, com a melhor tecnologia do momento, canhão 305 mm C/45 na torre principal (23,2 km), um canhão de 190 mm na secundária, usando pólvora sem fumaça e duas torres de 75 mm para a defesa aproximada, todos de origem alemã e

---

<sup>123</sup>Em 22 de agosto de 1935, o Decreto nº 305 dá a denominação de Forte “Duque de Caxias” ao Forte do Vigia.

projetado pelo então Capitão Tasso Fragoso.<sup>124</sup> De acordo com Pedrosa, a reforma do marechal Hermes, como entrou para a história, foi a primeira mudança paradigmática na doutrina militar e em sua estrutura desde o modelo lusitano herdado há mais de 80 anos.<sup>125</sup>

A Inspetoria de Costa sempre teve em seus planos o aproveitamento dos meios de defesa existentes e aperfeiçoando-os com as possibilidades orçamentárias. Uma outra proposta inovadora foi a instalação de bateria lança-torpedos na costa meridional da Fortaleza de Santa Cruz. Considero uma excelente opção, porque o uso de uma gigantesca corrente na barra da Guanabara era obsoleto e um grande plano de minas submarinas muito oneroso para o orçamento brasileiro no período Vargas. A Missão Militar Americana que estava instruindo os nossos militares na construção e emprego do direcionamento e emprego coordenado dos fogos, o famoso *Fire Control* e assessoraram a conclusão do plano de defesa do porto do Rio de Janeiro, que além de abrigar a Capital, ainda possuía o Arsenal da Marinha e A Esquadra Brasileira, o plano ganhou o nome de Pratti de Aguiar. Este estudou as balizas, direções e possibilidades dos tiros das nossas baterias e a defesa antiaérea das fortalezas. Previa-se pequenas unidades móveis de grupos de 12 mm e dois grupos de 45 mm de um lado e de outro da entrada da Guanabara; planejou um grupo de 400 mm para a região da Joatinga-Marisco, ponto de onde poderia bater inimigos que pudessem atingir nossas fortalezas sem serem vistos ou ao nosso alcance pela Artilharia Costeira; e o mesmo conclui com um reforço de mais uma bateria móvel no Forte de Copacabana com peças de 12 mm, que tinha por objetivo criar uma "área de perfuração à entrada da baía", no Forte de Itaipu e na saliência da costa 70 (sudoeste da praia da Gávea).<sup>126</sup>, ou seja, criar uma zona de perfurações entre a Ponta de Itaipu e Copacabana e coordenar a entrada e saída de nossa marinha e forças navais aliadas.

Deste plano, pouca coisa foi realizada e a defesa do Rio de Janeiro permaneceu com as características das fortificações do governo de Hermes da Fonseca e com o passar dos anos a Artilharia de Costa se tornou obsoleta e suas unidades apenas realizam a defesa antiaérea. As fortalezas se tornaram redutos históricos de nossa arquitetura militar dos tempos coloniais. A partir desse momento, neste estudo destacamos as deficiências, os novos materiais empregados e as obras para implementar a defesa costeira carioca.

O projeto da Fortaleza de Copacabana foi concebido no século XVIII, na época da transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, e contra a ameaça dos

---

<sup>124</sup> PONDÉ. Francisco de Paula e Azevedo. A defesa militar do Porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957, p. 111.

<sup>125</sup> Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume II / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva... [et. al.]Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.p. 291.

<sup>126</sup> PONDÉ, 1957, p.112.

conquistadores espanhóis e os corsários franceses. A construção desta fortificação, em estilo casamata tal como a vemos hoje, foi realizada no início do século XX por iniciativa de Hermes da Fonseca e de Afonso Pena. Estando pronta ao princípio da Primeira Guerra Mundial, ocupando o local onde ficava a igrejinha de Nossa Senhora de Copacabana, Santa, que dava o nome a Praia. Possuía os seguintes armamentos instalados principais: dois canhões alemães Krupp de 305 mm giratórios, com alcance máximo de 23 km de distância, já obsoletos contra os encouraçados alemães principais da 2ª Guerra Mundial, que possuíam alcance máximo de 36 km e era alimentada por uma casa de força à Diesel que no término da construção também fornecia eletricidade ao bairro, demonstrando que além de obra de engenharia militar estratégica, também tinha seu destaque social para a cidade. A guarnição militar na fortificação que existia no intervalo temporal estudado era 3º Grupo de Artilharia de Costa (1934 -1987).

De acordo com o historiador João Rogério Armada<sup>127</sup>, a fortificação de Copacabana foi idealizada como um complexo de defesa da Baía de Guanabara, palco de estabelecimento de fortificações desde a colonização de Villegaignon e após a tomada de assalto pelos corsários franceses, a cidade do Rio de Janeiro vai constantemente necessitar de postos de defesa contra incursões anfíbias e prosseguindo esta situação até a primeira metade do século XX. A escolha pelo Marechal Hermes da aquisição de canhões da Casa Krupp, já prevista no governo anterior. Assim se fez necessário a reforma do Forte Imbuhy e a construção do Forte Copacabana com o propósito de receber os novos armamentos. O local para a Fortaleza de Copacabana era utilizado antes da construção do forte, como local para receber posição temporária de tiro de armas hipomóveis. O promontório da Igreja de Nossa Senhora de Copacabana é um conjunto de rochas que avança na direção da entrada da barra da Guanabara, primeira defesa com artilharia de longo alcance nas possíveis invasões da Capital Federal. Para o desembarque dos canhões de 190 mm e 305 mm, que vieram da Alemanha é um único volume, foi necessário a montagem de um guindaste de 80 toneladas, ficando a fortaleza em condições de tiro em 1914.

A Fortaleza de São João possui a pedra de marcação da fundação do Rio de Janeiro ao lado do Morro Cara de Cão, ela barra a entrada na baía na fase oeste e o desembarque na enseada de Botafogo, em 1901, a gestão Mallet implantou canhões Krupp de 12, 14 e 15 mm e o Armstrong de 150 mm, quando da instalação provisória da CIAC, nela encontrava se guarnecida pelo 2º Grupo de Artilharia de Costa. No período da pesquisa, o Forte São João era dotado de 55 peças de artilharia e ocupado por 770 homens. Quando da extinção da Artilharia Costeira foi transformado em Centro de Capacitação Física do Exército. Na atualidade, abriga

---

<sup>127</sup> ARMADA. João Rogério de Souza *et al.* Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Rio de Janeiro: Art Técnica Comunicação, 2009. p. 19.

também a Escola de Educação Física do Exército, o Instituto de Pesquisa de Capacitação Física do Exército, a Escola Superior de Guerra e o Museu de Desportos do Exército. O Forte da Laje possui no princípio do século XX uma torre couraçada com dois canhões de 240 mm, uma outra de canhões de 150mm, e mais duas de 75 mm. Pelo Decreto nº 34.152, de 12 de outubro de 1953<sup>128</sup>, o Forte da Laje passou a denominar-se Forte Tamandaré, uma homenagem do Exército à Marinha do Brasil pela participação na Revolução de 1930. Em 1957, os canhões de 240 mm foram substituídos pelos de 150 mm Armstrong, elétricos com aumento da canhoneira e do ângulo de tiro para maior alcance. Atualmente está sob a guarda da Universidade Federal Fluminense, em ruínas e abandonado.

O Forte Duque de Caxias, antigo Forte do Leme ou Vigia, entrou em atividade em 1919, com 4 obuses Krupp de 280 mm com alcance de 12.000 m, cujos projéteis transpõem as elevadas barreiras constituídas pelos morros da Urca e do Pão de Açúcar. O forte do Cantagalo não chegou a ser construído, sendo seu material adquirido trasladado ao Forte dos Andradas, em Santos. Foi atacado pela Fortaleza de Copacabana no evento do Dezoito do Forte, em 1922, a primeira revolta do movimento tenentista. Pelo Decreto nº 305, de 22 de julho de 1935<sup>129</sup>, passou a se chamar Forte Duque de Caxias, homenagem do presidente Getúlio Vargas ao Patrono do Exército. Em 1935, no Levante Militar Comunista, os integrantes do Forte participaram do cerco aos rebeldes do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Foi desativado em 24 de abril de 1965 e seu aquartelamento passou a abrigar o Centro de Estudos de Pessoal do Exército (CEP). A Fortaleza de Santa Cruz da Barra era a principal instalação da estrutura defensiva do Rio de Janeiro, sendo utilizada pelas forças legalistas de Floriano para atacar os navios da Marinha do Brasil envolvidos na Revolta da Armada. A Fortaleza de Santa Cruz possuía, em 1901, um canhão Bange de 178 mm que atualmente se encontra no Campo de Provas da Marambaia<sup>130</sup>. Em 1917, era guarnecida pelo 1º Grupo de Artilharia de Costa (1ºGACos) e foram equipados com os armamentos utilizados na 1ª Guerra Mundial pelo Grupo Móvel de Artilharia Ferroviária que hoje está em exposição no Museu Conde de Linhares, em São Cristóvão. Sua guarnição novamente foi legalista na Revolta do Forte Copacabana, atirando nesta fortificação com o Krupp de 150 mm. Seu último disparo de artilharia foi em 11 de novembro de 1955, quando disparou um tiro de advertência contra o Cruzador Tamandaré no episódio conhecido como Novembrada. Abrigou os prisioneiros

---

<sup>128</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34152-12-outubro-1953-324160-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 mai 20.

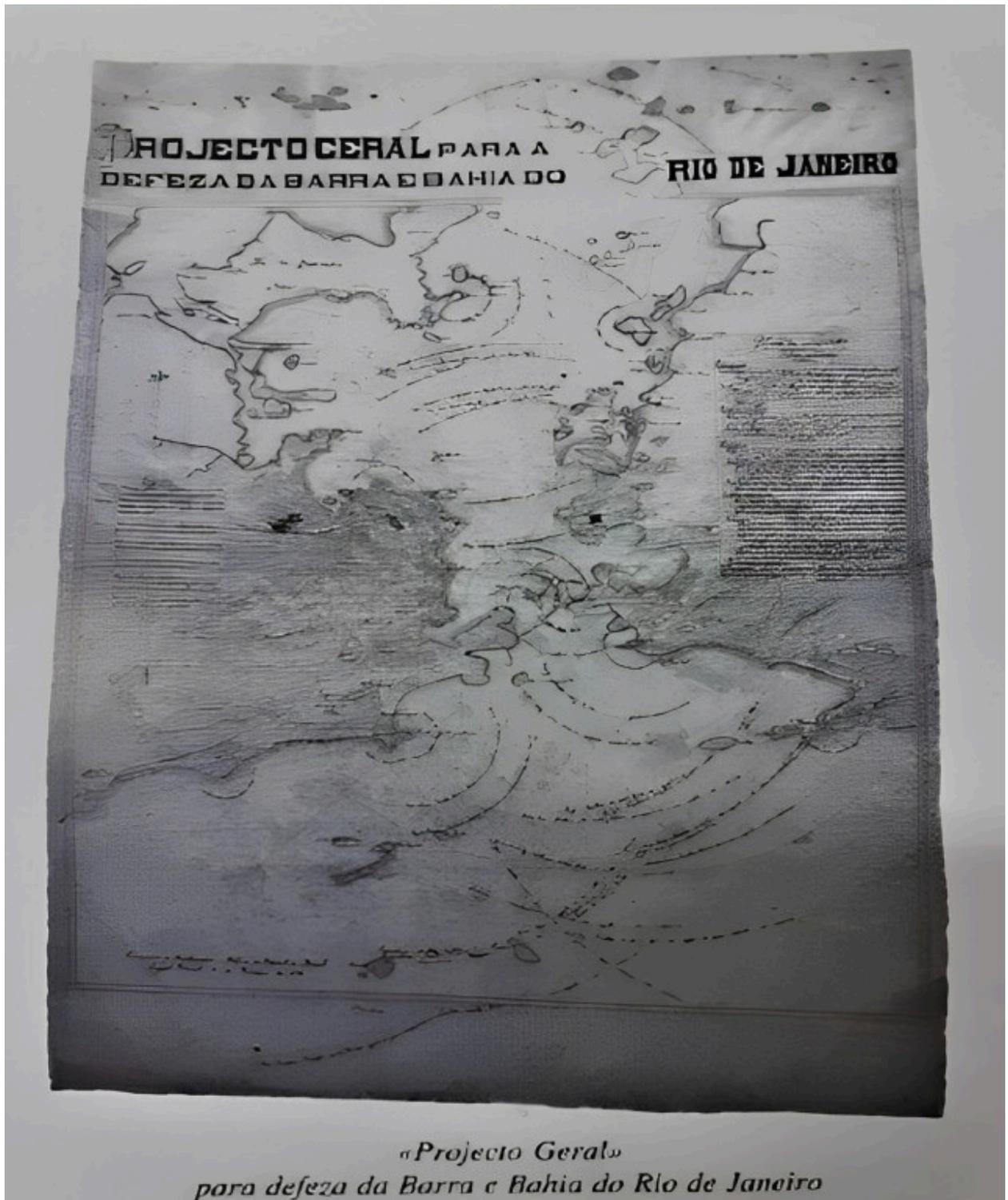
<sup>129</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-305-22-agosto-1935-557232-publicacaooriginal-77566-pe.html>. Acesso em 10 jan 23.

<sup>130</sup> PONDÉ. 1957. p. 113.

famosos, José Bonifácio (1823), os farrapos Onofre Pires, José de Almeida Corte Real e Bento Gonçalves (1837), o general uruguaio Rivera (1851), Euclides da Cunha (1888), os capitães Juarez Távora, Alcides Teixeira e Estilac Leal (1930), o general Lott (1955), além de Juscelino Kubitschek, Darcy Ribeiro e Caetano Veloso<sup>131</sup>. Nos governos militares, foram detidos Miguel Arraes e João Pinheiro Neto. A Fortaleza de Santa Cruz era uma prisão oficial do Exército e foi desativada em 1976. Atualmente abriga a 1ª Artilharia Divisionária (AD/1), Grande Comando de Artilharia de todas as peças da 1ª Divisão de Exército (DE). O Forte Imbuhy, ao lado da Fortaleza do Barão do Rio Branco, em Niterói, era composto por cúpulas encouraçadas de canhões Krupp de 280 mm e duas baterias de canhões 75 mm. Em 1901 foi designado como de primeira classe, sendo guarnecida por um destacamento do 6º Batalhão de Artilharia de Posição. No ano de 1910 foi guarnecido por um destacamento do 1º Batalhão de Artilharia de Posição. Em 1992, passou a ser a sede do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM). Atualmente parte de suas instalações são ocupadas pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército. Abaixo temos a imagem histórica do primeiro projeto geral para a defesa da Barra e da Baía do Rio de Janeiro, existente no acervo do Forte Copacabana, hoje Museu Histórico do Exército Brasileiro, com os alcances e cruzamentos dos fogos das fortificações do Distrito Federal à época.

---

<sup>131</sup>Fortaleza de Santa Cruz da Barra. Disponível em [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=305](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=305). Acesso em 22 mai 20.



FONTE: ARMADA et al. (2009, p.23).

O Forte Barão do Rio Branco, anteriormente chamado de São Luiz ou do Pico, junto aos demais Imbuhy e a Fortaleza de Santa Cruz, compõem a defesa Leste da Barra da Guanabara. Anteriormente era reduto subordinado a Santa Cruz. Em 1938 ganhou a denominação histórica de “Barão do Rio Branco”. A partir de 1992, recebeu a denominação de 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), unificando o complexo de fortes

Rio Branco-Imbuhy-Fortaleza de Santa Cruz. Atualmente é guarnecido pelo expedicionário 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC). De acordo com Adler Homero, a história das fortificações brasileiras: “No Brasil, de 1504 a 1943, foram feitas cerca de 1.300 fortificações, das quais perto de 140 ainda existem: casas fortes, trincheiras, redutos, baterias, fortins, fortes, fortalezas e praças fortes. Das sobreviventes, 66 delas são tombadas pelo IPHAN, em conjunto ou individualmente”<sup>132</sup>. Segue abaixo, as principais fortificações que sobreviveram ao tempo desde o período colonial até os princípios do século XXI.



*Posições defensivas na Segunda Guerra Mundial. Não inclui as bases navais e aéreas*

Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

No período republicano, após 1914, abandonou-se a ideia de grandes fortalezas para construção de baterias de canhões improvisadas nos pontos estratégicos da costa brasileira,

<sup>132</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

comumente chamadas no jargão militar de “fortes”. Estas foram construídas em Óbidos (PA), Macaé (RJ), Angra dos Reis (RJ), Santos (SP), Coimbra (MS), São Francisco do Sul e Florianópolis (SC) em semelhança aos fortins coloniais, só a capital foi contemplada com Fortalezas. Infelizmente apresentado na figura abaixo, alguns sítios históricos de fortificações encontram-se totalmente abandonados, como o de Óbidos, no Estado do Pará.



Forte da Serra da Escama, Óbidos, Pará. Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Bateria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334299-4.

Nos princípios da 2ª Guerra Mundial, quando a Linha Maginot e Siegfried caíram frente a Guerra Relâmpago Alemã, as fortalezas perderam espaço na guerra moderna<sup>133</sup>, como defesa costeira, aos mísseis com maior capacidade de destruição e alcance, além dos bombardeios aéreos que acabam com as defesas costeiras, ante uma invasão anfíbia ou frente a uma Força Expedicionária invasora. Podemos encerrar esta abordagem, que mesmo com o fim do emprego militar das fortificações, as mesmas são um marco definitivo de nossa arquitetura colonial, os hercúleos esforços dos portugueses para levar pedra aos rincões da nossa rica Amazônia, museus a céu aberto em Belém, Natal, Salvador, Recife, Vitória, Macaé, Rio de

---

<sup>133</sup> “O exército brasileiro não possuía material de guerra moderno. [...] A artilharia, além da carência de material adequado, a técnica, conceitos e processos superados. BRASIL. Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Rio de Janeiro/ Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972, vol. 3, p. 829.

Janeiro, Santos, Guarujá, Praia Grande, Florianópolis etc. Interligando Poder, Economia, Cultura e a Defesa, estratégia do litoral brasileiro. Através das fontes trabalhadas no próximo capítulo vamos interligar com o debate historiográfico a Missão Militar Americana, no contexto das relações Brasil–EUA e seus aspectos da política internacional. Outros pontos que não foram trabalhados em nossa pesquisa e são estudos mais recentes publicados no Dicionário de História Militar do Brasil<sup>134</sup>, um compêndio de verbetes da temática militar, em comemoração ao bicentenário de Independência e ao Centenário da Revolta do Forte de Copacabana. Gostaríamos de mencionar este dicionário pelo ineditismo e divulgação aos interessados no estudo da idiossincrasia da vida castrense brasileira.

Além da obra do Historiador Giovanni Latfalla, este junto com o historiador Dennison de Oliveira,<sup>135</sup> tiveram acesso a novas fontes do NARA II<sup>136</sup>, que tratam os armamentos e posições da defesa costeira pouco tratados, que seriam a Ilha de Trindade e Fernando de Noronha e nossa situação bélica antes, durante e após a desmobilização da FEB. E até em possíveis locais de emprego de tropas brasileiras no continente americano ou fora dele, como possível emprego no Suriname, à época a Guiana Holandesa, ou em Porto Rico. Já fora do continente, seríamos convidados para atuar nos Açores a convite dos EUA, que não confiavam no governo Salazarista.

---

<sup>134</sup> Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume I e II / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva... [et. al.]Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

<sup>135</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022.

<sup>136</sup> Os Arquivos Nacionais de College Park são uma importante instalação americana que administra todos os arquivos da administração federal dos EUA, localizada em College Park, Maryland. Disponível em: <<https://www.archives.gov/college-park>>. Acesso em: 28 Nov. 2023.

### **Capítulo III - O SURGIMENTO DA MISSÃO MILITAR AMERICANA**

Seguiremos este capítulo apresentando os motivos do contínuo afastamento da doutrina francesa como a “Arte da guerra” do Exército Brasileiro e a aproximação com outras nações europeias para compra de material bélico e o contexto em que se insere a pequena missão estadunidense, que deu o pontapé nas cooperações militares Brasil-EUA. Em meados de 1934, a MMA, que introduziu o estudo sistemático e doutrinário da Artilharia de Costa do Exército brasileiro, composta por oficiais estadunidenses que desenvolveram as seguintes atividades e tarefas no Brasil: orientar o ensino dos engenheiros militares e a criação de um Centro de Instrução de Artilharia de Costa, criação de soluções pragmáticas para a carência de material bélico, como a adaptação de um sistema de “fire-control” (um sistema de controle do tiro dos canhões que foram projetados para alvos móveis e que na artilharia de costa e antiaérea, teriam que atirar em alvos em movimentos) e a apresentação de relatórios que informaram ao governo central e ao Estado-Maior do Exército nossas carências em falta de pólvora, de munição conveniente, fortificações e armamentos obsoletos.

Após alguns oficiais brasileiros começarem a frequentar os cursos avançados de artilharia nas escolas militares estadunidenses e na Marinha, observou-se a carência da doutrina francesa na especialidade de artilharia de costa. A contratação da Missão Militar Norte-Americana, em 1934, tinha como primeiro objetivo tapar essa lacuna. Capitaneada pelo Alto Comando do Exército brasileiro, defendem a necessidade de criação de Escola e uma doutrina de Artilharia de Costa Brasileira e naquele momento a estadunidense era considerada a melhor do mundo.

Podemos considerar que a grande contribuição da MMA seja o início da aproximação entre o departamento de guerra estadunidense e as autoridades do governo brasileiro, que atrelou as missões diplomáticas de cunho econômico-comercial, como exemplo a Missão Aranha, até os propósitos científico-industriais, com a criação da grande siderurgia e acesso aos maquinários necessários a nossa industrialização.

#### **3.1 O distanciamento dos Franceses e o prelúdio da MMA**

Após os desentendimentos diplomáticos com os franceses e o desgaste da MMF nos estabelecimentos de ensino, ocorre uma pequena aproximação com os norte-americanos. Isto resultaria na vinda para o Brasil de uma missão norte-americana com o objetivo de cooperar com

o desenvolvimento da artilharia de costa brasileira, tendo por objetivo a padronização do material da artilharia de costa, avaliação do sistema de defesa e padronização dos procedimentos.

Entretanto, foi um oficial do Estado-Maior do Exército Brasileiro (EME), em 1933, o major Agostinho dos Santos em visita aos EUA, travou os primeiros contatos com os estadunidenses e a artilharia de costa e visualizou a necessidade de contratar a missão sobre matéria específica de artilharia junto aos EUA, após estudos deste, junto àquela Nação Amiga. Em 1934, iniciou-se o contrato da pequena MIAC, formada por dois militares norte-americanos, o major Rodney H. Smith e o capitão William Dalton Hohenthal, o primeiro esboçou um plano de defesa do Distrito Federal. A Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, contratada para atuar na defesa do litoral brasileiro, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre o Brasil e EUA, em 1942. E em reunião com outros oficiais brasileiros, formaram o Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), com as seguintes missões:

Aperfeiçoar os oficiais que serviam na Artilharia de Costa; formar os sargentos de Artilharia de Costa e aperfeiçoar os que nela serviam; e estudar e ensaiar, mediante as diretrizes da Inspetoria de Costa e a aprovação do EME, quaisquer medidas de caráter técnico de emprego da Artilharia de Costa, ou de instrução, que implicassem melhorias nesse ramo da Artilharia. Para comandar o CIAC foi nomeado o coronel Antônio Fernando Dantas<sup>137</sup>.

As primeiras contribuições da MMA no transcurso de 1934 foi o relatório sobre a defesa do Distrito Federal e avaliação dos pontos fortes, oportunidades de melhoria das fortalezas que compunham a defesa costeira da 1ª Região Militar à época, a usinagem de um sistema de controle e direcionamento dos fogos na primeira sede do CIAC, a Fortaleza de São João, adaptado ao armamento brasileiro, sendo colocada à prova nos exercícios militares de adestramento por todas as fortalezas. Mas, na verdade, o Centro, foi provisoriamente instalado no Forte da Vigia, atual Centro de Estudos de Pessoal (CEP)/ Forte Duque de Caxias, para depois deslocar-se ao São João, instalação do 2º Grupo de Artilharia de Costa e na renovação contratual, na Escola Técnica do Exército (ETE).

No planejamento estratégico varguista a capital federal era o ponto mais sensível, e além da Artilharia Costeira, tínhamos outros objetivos nacionais com o contrato da MMA. A modernização do material bélico, dos fortes e fortalezas, remodelou a defesa fronteira do Brasil com países da América do Sul, como a Argentina, Peru, Bolívia, Uruguai, Colômbia e o

---

<sup>137</sup> DUARTE, Op. Cit., 1971, p. 18.

patrulhamento dos Rios Paraguai e Solimões. Podemos dizer que o contrato da MMA aconteceu no meio de momentos tensos da política, da geopolítica e da economia brasileira, em clara disputa de poder com os países da América do Sul.

No ano seguinte, já tivemos a primeira formatura de conclusão de curso desenvolvido pela MMA, tento elogios no aperfeiçoamento da doutrina pela Inspetoria de Costa e nos relatórios do Ministro da Guerra, Ribeiro Filho, substituto de Góis Monteiro.

O contrato da missão sofreu um aditivo, em 1936, com o surgimento de novas atribuições, viraram assessores do EME e da condução de relatórios das demais fortalezas espalhadas pelo território nacional, exemplos o Forte Coimbra e a bateria de Óbidos, e também o aperfeiçoamento dos cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército.<sup>138</sup> A Inspetoria da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil. Isto demonstra, o destaque e expertise dos militares americanos e interesse das Forças Armadas Brasileiras em ampliar seu desempenho no menor tempo possível e a constatação do prelúdio da transição dos estabelecimentos de ensino do Exército da Doutrina Francesa para a Norte-americana. E ampliação das atribuições na segunda renovação do contrato, em 1938. Na referida mudança contratual, o Departamento de Estado norte-americano determinou a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas<sup>139</sup>.

Agora chefiada por oficial general, Allen Kimberley, que já demonstrava também o interesse do Exército Americano em realizar trabalhos de levantamento e inteligência no Saliente Nordeste e com a iminência do conflito europeu, seus integrantes foram transmutados do Corpo de Engenheiros para uma plêiade de especialidades, desde mecânicos de aeronaves e pilotos da Missão Aeronáutica Americana, que trabalhavam no levantamento aéreo e observação aérea dos tiros da Artilharia de Costa. Outros pontos ampliados do apoio militar americano foram: adestramento de militares latino-americanos em Escolas das Armas nos Estados Unidos, vinda de representações militares em datas comemorativas da república brasileira, com a demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; visita à Nação Amiga Americana de oficiais brasileiros de alta patente para conhecer os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos a bibliotecas militares.

---

<sup>138</sup> A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e, em 1934, foi instalada na Rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha. FERNANDO, Op. Cit., 2012, p.51.

<sup>139</sup> MCCANN, Op. Cit. 1995, p. 93.

Um relatório do chefe da MMA, general de brigada Allen Kimberly, em 1938, mostra claramente a difícil situação defensiva do Rio de Janeiro, capital da República, com problemas como a falta de pólvora, torres de canhões que não funcionavam, projetores de defesa inadequados e obsoletos, comunicações entre os fortes inexistentes, falta de proteção antiaérea nos fortes, canhões que não atiravam há tempos e que talvez não funcionasse, além da falta de minas submarinas para a defesa da Baía da Guanabara, ou seja, havia muitos problemas a serem sanados, e a capital estava e ficaria vulnerável ainda durante alguns anos.<sup>140</sup>

Por esses motivos acima assinalados, os Estados Unidos previam em seus planejamentos da Defesa continental, o desembarque de tropas americanas no Saliente Nordeste. Além do mais, o receio por parte de algumas autoridades do Departamento de Estado Americanos, dos Germanófilos Góis Monteiro e Dutra, bandearam-se para o totalitarismo europeu e juntos com também identificados os quinta-coluna do centro-sul brasileiro e os integralistas, isso levou o retardamento da entrega de armas. Contudo, a atuação estadunidense junto à artilharia de costa e a da Missão Militar Francesa estava longe de resolver a questão defensiva do Brasil, e do hemisfério ocidental frente a uma ameaça de invasão. Acreditamos que a mudança diplomática tenha ocorrido com a Missão Aranha, em fevereiro de 1939. Com relação a essa aproximação entre os dois países, pode-se destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República.

No início de 1940, foram encerrados os trabalhos tanto da MMF como da MMA, já que tivemos à invasão da França na 2ª Guerra Mundial e os EUA começaram a retirar os integrantes, em comissão estrangeira, para a mobilização de suas tropas. Os remanescentes da MMA foram o coronel Lehman Miller, substituto do general Kimberley, na função de assessor militar do Embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery e presente nas reuniões acaloradas com o Ministro da Guerra brasileiro Góes Monteiro, onde se tratava da venda de armas e equipamentos ao Exército, estas cobranças originadas desde o primeiro acordo comercial, em 1935, e ratificadas nas visitas dos dois chefes de Estado-Maior a ambas nações em 1939.

Segundo Rodrigues<sup>141</sup>, a contratação da Missão de Instrução de Artilharia de Costa contribuiu para um lento processo de substituição da doutrina francesa pela estadunidense, o qual viria a se consolidar após a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. E o Historiador Latfalla<sup>142</sup>, segue opinião similar que a Missão Americana foi o divisor de águas na substituição

---

<sup>140</sup> ESTEVES, Diniz. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: EME, 1996, p. 212-213.

<sup>141</sup> RODRIGUES. Op. Cit., 2012, p. 47.

<sup>142</sup> LATFALLA. Op. Cit., 2016, p.69.

do pensamento doutrinário prussiano e francês pelo estadunidense, que foi se consolidando após o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1932, o Governo de Getúlio Vargas adquiriu 137 aeronaves americanas, o que constituiu implícita rejeição ao material francês. Em 1933, a ida de pilotos brasileiros para os EUA, a fim de receberem treinamento técnico para operar os aviões, reconheceu o fracasso da MMF em formar uma eficiente aviação militar. Neste mesmo ano oficiais de Comunicações visitaram instalações americanas com a finalidade de adquirir conhecimentos para auxiliar o Exército, no projeto de instalação de uma fábrica de material de comunicações.

O intercâmbio entre os dois exércitos era notório desde 1938. Em 05 de junho de 1939, a Missão Militar Americana visitou a Escola de Estado-Maior, chefiada pelo General George C. Marshall, conforme BE no 125, de 31 de maio de 1939. Em contrapartida, no dia 7 de junho, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, retornou junto com a Missão Militar Americana para os EUA (BOLETIM DO EXÉRCITO nº 131, de 7 de junho de 1939).

O acontecimento mais importante para essa aproximação foi a visita ao Brasil de uma delegação militar dos EUA, composta por oficiais da Divisão de Planejamento de Guerra e da Aviação, chefiada pelo Chefe do Estado Maior, General George Marshall, no período de 25 de maio a 7 de junho de 1939.<sup>143</sup>

De acordo com Dennison de Oliveira, além da MMA, a vinda de Marshall foi uma demonstração inequívoca do interesse estadunidense de interação entre militares dos dois países, Para De Oliveira, seria o marco inicial na formação da aliança militar Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial.<sup>144</sup>

No que diz respeito às relações diplomáticas, observa-se que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio de Janeiro, realizada entre os dias 15 a 28 de janeiro de 1942, momento que se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazifascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarada por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar esta disposição, aprovou-se outra que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do Eixo. Entretanto, até a tomada de decisão de romper relações, o caminho foi realmente bem pragmático e equidistante. Como os

---

<sup>143</sup> RODRIGUES, Fernando. A Política Militar Brasileira: da Missão de Instrução de Artilharia de Costa à Comissão Conjunta Brasil-EUA (1934- 1945). Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro, Brasília, Volume 9, número do exemplar, p. 31-37, jun/ago, 2018.

<sup>144</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.39.

militares da alta cúpula participavam das decisões políticas, eles tinham... “a crença nos méritos de um governo central forte permearia o pensamento militar, vindo a reafirmar-se no Estado Novo e nos regimes militares”<sup>145</sup>

As relações militares e comerciais entre o Brasil e a Alemanha, entre os anos de 1938 /1942, foram mantidas através dos acordos comerciais utilizando os marcos de compensação para a compra de armamento da Alemanha, mesmo que o Brasil já tivesse assinado acordos de cooperação comercial e militar com os estadunidenses.<sup>146</sup>

Somente em 29 de janeiro de 1942, sabendo por intermédio da Embaixada do Brasil sobre o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, foi que a Comissão Militar Brasileira, em Essen, suspendeu os trabalhos e mandou encaixotar os arquivos do grupo que ficou sob a guarda da Casa Krupp. Percebe-se, assim, a intensa relação comercial entre o Brasil e Alemanha com o objetivo de acessar a tecnologia e a arte da guerra alemã e a compra de material bélico ocorrida em plena campanha na Segunda Guerra Mundial, pois somente após o rompimento da relação diplomática. que a Comissão retornou ao Brasil e tivemos a perda de 80% de todos os canhões já pagos com os marcos de compensação.

Após as conferências americanas, o Brasil começa a se posicionar mais a favor dos americanos, exigindo as seguintes contrapartidas: a venda de armamentos, em condições melhores que a dos alemães, e o financiamento junto a banqueiros norte americanos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), baluarte para o despontar de nossa industrialização, ainda em estágio rudimentar.

Com o rompimento das relações comerciais com a Alemanha, iniciou-se uma ampliação das operações submarinas alemãs no Atlântico Sul, o afundamento dos navios mercantes brasileiros, e após do afundamento do Baependi e a perda de centenas de vidas que se amplia na opinião pública os protestos e apoio para a declaração de guerra por parte de Vargas. O ponto nevrálgico para a ratificação das relações EUA-Brasil era a declaração de Guerra e a cessão das bases aéreas no saliente nordestino, ligação com as ações aliadas na África e na Ásia.

---

<sup>145</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.48.

<sup>146</sup> RODRIGUES, Fernando. *O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial*. Revista da Escola Superior de Guerra, [s.l.], v.27, n. 54, p. 46-62, agosto de 2017. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/237>. Acesso em: 22 Jan 2020. p. 55.

### 3.2 Antecedentes e formalização da MMA: Um Debate Historiográfico acerca do tema.

A influência militar francesa ainda se fez sentir em quase toda a primeira metade do século XX no Exército Brasileiro, mesmo com a derrota, logo no início da Segunda Guerra Mundial, a oficialidade formada e aperfeiçoada neste período, ainda era carregada de jargões franceses, quando da chegada da influência militar estadunidense. Recordando que em passagens anteriores, já realizamos uma breve passagem sobre a Missão Militar Francesa, para exemplificar a utilidade na instrução, no ensino e na preparação do Exército Brasileiro alguns pontos ainda permanecem de origem francesa na cultura militar brasileira, sendo o giro do horizonte na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que facilita o estudo dos aspectos militares do terreno e uma visão prática do campo de batalha imaginário e o concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), empreendido pelos franceses como teste de nivelção, achamos por dever de justiça realizar um breve resumo sobre a Missão Militar Francesa (MMF) no Exército Brasileiro (EB).

A França, no início do século XX, mantém suas disputas pelos sistemas de poder com as demais potências europeias, seguindo nas rivalidades herdadas do imperialismo do século XIX. No campo militar, as projeções de poder ocorrem com o envio de missões militares às nações periféricas. Com o intuito de reorganizar suas forças armadas, o que foi o caso do Exército Brasileiro. Entretanto, uma missão militar é acompanhada de um pacote de transferência de doutrina com o objetivo da Nação instrutora em vender armas, aeronaves e demais sobressalentes. Que os franceses tinham de sobra da Grande Guerra.

Em 1920, Gamelin publica, em português, regulamentos de campanha e de artilharia, com vistas a facilitar a exportação de armas. O governo brasileiro, desde o governo de Hermes da Fonseca, deseja contratar uma missão militar estrangeira, pois, já então, envia jovens militares brasileiros para realizarem cursos no exército alemão. Mas, embora o Exército Brasileiro almeje a contratação da missão, não deseja que ela interfira no EME. A inclinação brasileira inicial é pela contratação da missão alemã.<sup>147</sup>

Podemos observar a citação acima, que segundo Adriana Bellintani, os países centrais competiam pela hegemonia cultural nos países menos desenvolvidos e uma das formas de obter este acesso seria por vistas comerciais dos mais variados produtos, incluindo os militares. E que no caso específico brasileiro, nos princípios do século XX, a disputa maior era entre os franceses e os alemães. Uma das formas de ter ascendência pela escolha de uma missão militar da França

---

<sup>147</sup> BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2009. p. 248.

ou da Alemanha é a oferta de vagas em cursos militares nas respectivas nações. A partir de 1910, começam gestões entre o ministro das relações exteriores e o da guerra da França, a fim de criar a possibilidade de militares brasileiros frequentarem as escolas militares. Este assédio pelo domínio cultural francês se interrompeu com a Grande Guerra, em 1914, mas com a vitória francesa, o estado de São Paulo executou um lobby no Distrito Federal que foi a missão francesa. Não só a militar, mas em vários aspectos da sociedade Brasileira. Começam-se os contatos pela missão militar oriunda da França. Primeiramente, uma missão na Força Pública do Estado de São Paulo, *a posteriori* para a Aviação Militar e aí se assina um contrato mais robusto, em 1919, no caso o Exército, contendo vários objetivos na seara militar, sendo a principal a criação da Escola de Aperfeiçoamentos de Oficiais, tinha o objetivo de aprofundar a formação militar na parte tática do corpo de oficiais, habilitando-os ao exercício do comando e assessoramento de Estado-Maior.

Após as tratativas estatais, temos o início da MMF. Seu chefe, o general Gamelin, como primeira tarefa montou um plano de defesa da principal fronteira, onde teríamos o possível inimigo natural, a Argentina e a Defesa do Rio Grande do Sul. Posteriormente, iniciaram os trabalhos de montagem da instrução e organização da ESAO e o aperfeiçoamento doutrinário na Escola de Estado-Maior, no bairro da Urca. Todavia, os franceses queriam, na verdade, um pacote. Entregamos a doutrina e vocês compram material bélico francês, ou seja, no início dos trabalhos já estavam ocorrendo alguns entreveros entre brasileiros e franceses, já que a principal motivação da França para firmar o contrato seria venda de armas e retomada da economia no pós-1ªGM. Na parte da organização militar, a MMF irá instruir e modificar a doutrina na EEM, como era chamada a ECEME à época, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária.

Com relação às críticas à MMF, foram pouco hábeis na venda do material bélico ao Brasil e na conquista de militares, tidos por germanófilos, no EME que estava sob o comando do general Bento Ribeiro.<sup>148</sup>

As maiores críticas à MMF foram conduzidas pelo cap. Bertoldo Klinger, assessor direto do general Bento Ribeiro, ministro do Exército Brasileiro à época, o referido capitão encabeçava a linha dos germanófilos, oficiais oriundo dos jovens turcos<sup>149</sup>, desejosos de boicotar

---

<sup>148</sup> BELLINTANI, Op. Cit., 2009. p. 260.

<sup>149</sup> uma alusão pejorativa aos oficiais brasileiros que foram estagiar no corpo de tropa no Exército Alemão, em 1910. criada pelos seus opositores e que os comparavam com os jovens oficiais turcos que, a exemplo deles, também haviam estagiado na Alemanha e, ao retornarem à Turquia, participaram das lutas pela modernização e reconstrução daquele país ao lado de Mustafá Kemal, em 1923. ROESLER, Rafael. A Missão Indígena e sua atuação na Escola Militar do Realengo (1919-1922). Florianópolis: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, p. 2.

a influência francesa na caserna. Podemos considerar que os oficiais mais antigos geralmente são mais insensíveis à mudanças corporativas e somente com a chegada das novas gerações formadas na EEM e na ESAO, este movimento reacionário vai perdendo a força no final da década de 20 do século XX.<sup>150</sup>

Entretanto, segundo Fernando Rodrigues et. Al.<sup>151</sup>, no término da Primeira Guerra Mundial, a França, uma das nações vencedoras, convida uma delegação brasileira para participar das tratativas da assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, demonstrando as aproximações diplomáticas entre a França e o Brasil. O maior pró-França no estamento político será o futuro ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, filho de grego e uma francesa, tratará de influenciar o poder executivo e os militares do alto escalão para uma inclinação e aproximação da cultura e doutrina francesa. Os mesmos observam que a Missão militar Brasileira, em 1918, chefiada pelo general Aché e contando com uma plêiade de oficiais, entre eles os mais famosos o Ten. Pessoa, introdutor dos blindados no Brasil e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras e o Maj. Potyguara, veterano da Guerra do Contestado, realizou missões reais ao final da Grande Guerra no Exército Francês e foi decisivo para a escolha da MMF no Exército Brasileiro. Esta missão também levou ao surgimento na Escola Militar do Realengo, berço dos oficiais do exército à época, a arma de Aviação Militar que também levará a compra de exemplares franceses. No período entre guerras, e por influência da MMF se manteve a mística da defensiva atrelada a regiões fortificadas, as mesmas sendo usadas pela artilharia de Costa quando dos trabalhos da MMA. Entretanto, em artigo do Historiador Dennison de Oliveira<sup>152</sup> e outros autores desmistificam este entendimento que a doutrina francesa era puramente defensiva, para os mesmos a postura defensiva é apenas uma das fases da ação militar desencadeada pelo país invadido, que logo deveria passar a uma postura de contraofensiva.

Estas fortificações têm sua concepção e uso oriundas da doutrina francesa, ou seja, antes da FEB, permaneceremos focados na fronteira sul, o nosso “provável” inimigo, a Argentina, e as colônias alemãs, possíveis focos de insurreição nazista. A nova ameaça é caracterizada pela pressão americana a defender o Saliente Nordestino, atrelada ao grande planejamento norte-americano do Rainboot ou Pote de ouro, que resume a defesa continental no transcurso da possível nova Grande Guerra europeia.

---

<sup>150</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Guardiões da Nação: Formação Profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. 339 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 79.

<sup>151</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva et. al. Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência doutrinária da Missão Militar Francesa (1906-1930), Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 13, n. 26, p. 115-128, 2017.

<sup>152</sup> OLIVEIRA, Dennison de. A herança Francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945). Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 7, 2015. p. 152.

Podemos trazer a baila o lembrete de Latfalla sobre uma das linhas de ação deste plano: “É bom também salientar que neste mesmo ano de 1940, os EUA já haviam elaborado um plano para invadir o Brasil, conhecido como Pote de Ouro”<sup>153</sup>.

Podemos observar segundo Rodrigues et. Al<sup>154</sup>, que os jovens turcos tiveram sucesso em manter a MMF sem atuação na formação do oficialato, só quando da gestão de Setembrino de Carvalho, que MMF atuou naquele Estabelecimento de Ensino, devido uma pequena rebelião dos cadetes contra a Missão Indígena<sup>155</sup>, que buscou abandonar um pouco do academicismo e uma formação mais prática e laboral do jovem oficial. Outra atuação da MMF foi a de coibir a influência política e de apadrinhamento na promoção dos militares, em 1920, por influência da MMF, foram estabelecidos o novo Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais.<sup>156</sup>

Durante a chefia de Tasso Fragoso, a alta cúpula já observava em seu relatório a necessidade de findar a missão francesa. Tendo em vista, a diminuição dos custos e a domínio por parte de instrutores e formandos brasileiros nas escolas militares e alguns excessos e/ou regalias auferidas pelos instrutores franceses que estavam mais interessados em permanecer o maior tempo possível de recesso na França.

Voltemos agora aos debates sobre o início dos trabalhos de cooperação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da artilharia costeira da força terrestre pelo Exército norte-americano, a política da boa vizinhança dos Estados Unidos da América, começa a incidir com maior profundidade entre os militares brasileiros durante a década de 30 do século XX, materializada com o contrato da Missão Militar Americana (MMA).

O livro *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*<sup>157</sup> nos fornece uma visão, ainda que resumida, do estudo das relações exteriores durante as décadas de 1930 e 1940, sendo a *posteriori*, complementado pela sua obra mais recente *História da Política Exterior do Brasil*<sup>158</sup>. Segundo os autores, professores universitários dos Cursos de Relações Internacionais e bibliografia básica para os concursos nos corpos diplomáticos brasileiros, as referidas obras

<sup>153</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.61.

<sup>154</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva et. al. Op. Cit., 2017, p. 124.

<sup>155</sup> O grupo de instrutores selecionados que conduziram a instrução militar, de forma prática, na Escola Militar do Realengo entre os anos de 1919 a 1922, reformando todo o ensino militar dos oficiais da linha bélica, ficou conhecido como “Missão Indígena”. ROESLER, Rafael. História e memória - A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922). Rio de Janeiro: Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH - Rio: Saberes e Práticas Científicas, 2014, p.9.

<sup>156</sup> Rodrigues et. al., Op. Cit. 2017, p. 124.

<sup>157</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. A Política Externa Brasileira, 1822–1985. São Paulo: Editora Ática, 1986.

<sup>158</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

dialogam com a seguinte perspectiva da Era Vargas, perpassando as limitações de hermenêutica de um Estado Centralizador e da historiografia oficial à época, criando um arcabouço especializado das relações diplomáticas. Empréstam selo, os autores, aos diferentes elos estruturais na análise de longa duração, e apontam os responsáveis pelas escolhas no campo diplomático e militar de qual seria a melhor linha do Nacional-desenvolvimentismo a ser buscada, em conluio com as principais autoridades militares à época.

Após a ascensão de várias disciplinas de outras áreas das ciências sociais, a historiografia das relações internacionais, teve um crescimento maior que todo o período anterior nessas duas últimas décadas, tendo por perspectiva o crescimento do Brasil como potência sul-americana em ascensão no cenário internacional, arejado pela produção acadêmica nos programas de pós-graduação.

Nesta produção historiográfica de Cervo e Bueno, temos um verdadeiro compêndio da política exterior brasileira, dando novos ares ao quadro teórico-metodológico das relações internacionais brasileiras. *A História da Política Exterior do Brasil* criou novos paradigmas na interpretação da política externa, saindo da visão totalizadora do Estado Centralizado na Capital e adentrando os processos estruturantes norteadores da elite diplomática, que conformam nossas fronteiras e ditaram os rumos do país até os dias atuais.

Nesta obra, podemos alicerçar nosso debate nas resultantes do interesse nacional da Era Vargas, industrialização de longo prazo, em particular a siderurgia e a metalurgia, demandas essas que consolidaram o Brasil como potência. Na postura de país dependente, busca ajuda internacional para suprir as potencialidades dos objetivos nacionais no plano interno, através de manobras que barganham com períodos de crise ou guerra melhores condições nos acordos comerciais, empréstimos de governos centrais, acesso a tecnologias da indústria produtiva de ponta à época, passando a ter relacionamentos bilaterais, ao invés de sermos meros dependentes ou tutelados por potências imperialistas.

Na obra de Cervo e Bueno, vemos as transformações da elite brasileira estatal na longa duração, criando elos com as corporações europeias e norte-americanas, em todo o período do Brasil independente até o advento da Nova República. Neste espaço temporal, podemos descobrir as oportunidades de melhoria e onde o Brasil teve as possíveis decisões que levaram a sermos a República dos dias atuais, almejando sempre suplantar nosso atraso econômico-social e diminuição da dependência externa. A obra se mostra um clássico teórico metodológica de dois internacionalistas que ajudam aos pesquisadores a desenvolverem uma visão mais holística das diferentes propostas políticas do passado, analisando os variados atores sociais que perdem ou

ganham nos sistemas de poder, na transição do imperialismo europeu, prosseguindo no surgimento da nova superpotência norte-americana até o período do término da Guerra Fria.<sup>159</sup>

Em uma análise opositora aparece na historiografia do professor Ítalo Tronca, que centrou seus estudos nos militares, na implantação da Siderúrgica nacional e nos acordos Brasil-EUA. Tronca identifica que a industrialização não foi o projeto protagonista nas ambições militares, sendo a preocupação maior um rearmamento imediato através da importação, com a preocupação de seu “inimigo” em potencial está em melhores condições que a brasileira e o aumento das tensões com uma crise econômica e ideológica internacional. Não havia um objetivo militar uníssono de industrializar a Nação Brasileira e sim pensadores militares isolados.

A industrialização era mais incentivada pela complexidade que estava tomando vulto no Centro-Sul Brasileiro em abastecer as novas necessidades materiais da urbanização crescente. Para Tronca, a siderúrgica de Volta Redonda se materializou mais pelas disputas externas por áreas de influência e dominação do que por projetos internos empreendidos pela alta cúpula administrativa e a elite industrial.<sup>160</sup> Foi tomada essa perspectiva de análise devido os militares de forma alguma serem um grupo coeso e homogêneo, tínhamos integralistas, os reformistas doutrinários, os que desejavam tornar o Brasil um governo totalitário e outros mais liberal-democráticos, ou seja, não devemos atribuir a total influência dos militares no processo industrializador, este mais atrelado a ala tecno-científica do que aos ligados a doutrina e operacionalidade da Força. Este apêndice interpretativo nos esclarece que os objetivos nacionais não eram de exclusividade das Forças Armadas, embora não podemos menosprezar sua atuação, situando-o no contexto de rearranjo das forças produtivas nacionais ao abandono do protagonismo do modelo agrário-exportador e a iminência de novos atores sociais na articulação do setor e da emergência de novas forças sociais articuladas à expansão da indústria brasileira. De acordo com Brustolin, a partir de 1930, iniciou-se o primeiro ciclo de industrial Militar do País<sup>161</sup>, onde começaram a desenvolvimento no parque industrial bélico as primeiras tecnologias nacionais.

Para outras visões sobre o tema em tela, percebermos que a dependência brasileira de uma potência hegemônica, passou da Inglaterra para os EUA após o fim da Primeira Guerra Mundial. Vemos deste decênio, paulatinamente a balança de pagamentos e de importações e/ou

---

<sup>159</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p.490.

<sup>160</sup> TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Bóris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986. p.360.

<sup>161</sup> Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume II / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva... [et. al.]Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022. p.64.

exportações vão migrando dos britânicos para os americanos. Até o fluxo de investimentos e empréstimos também passam a ser de maior proeminência norte-americana: “O período que vai de 1914 a 1930 é marcado pelo declínio da influência britânica e pela concomitante consolidação norte-americana sobre a economia brasileira.”<sup>162</sup>, ou seja, com a crise da Grande Guerra no mapa europeu, as potências imperialistas do século XIX abriram caminho à potência que estava se consolidando a partir de 1898, após o conflito Hispano-americano e abrindo as portas a nova ordem internacional com a preparação para surgimento dos regimes totalitários.

No Brasil, o período entre guerras não apresentou grandes mudanças estruturais e econômicas, somente o constante endividamento externo e a preocupação com a pauta de exportações primárias em declínio, face à Crise da Bolsa de Valores e a decadência econômica dos anos 1930. Assim o Brasil, um país dependente no concerto das nações, com um modelo agrário-exportador, baseado na cultura cafeeira e com fronteiras nacionais bem definidas, só restava o eterno inimigo ao sul.

A pauta da política externa brasileira, na primeira metade do século XX, era ampliar ou abrir novos mercados à exportação dos nossos produtos primários e assegurar a manutenção de antigos contratos comerciais, em especial com os EUA e a Alemanha. Por isso, a preocupação da elite política local era demonstrar que mesmo sendo um país agrário, estaríamos modernizando a agricultura e civilizando as maiores cidades.

A Era Vargas apresentou grandes mudanças em seus objetivos políticos básicos, ou seja, manutenção dos contratos comerciais de *commodities* e expansão deles, somente variando a renegociação de empréstimos, pagamento dos títulos públicos com norte-americanos e a incessante busca de material bélico e de tecnologia para montagem das indústrias de base, em particular, a siderúrgica. O fomento à agro-exportação continuou como a grande demanda dos embaixadores brasileiros. Sendo um período de percepção do esgotamento das políticas do agronegócio e substituição de importações. Conduzindo a uma nova política externa, de não apenas procurar ser um país agroexportador, mas sim o desenvolvimento da produção para substituição de importações, o que faria nossa balança comercial se tornar superavitária. No período Vargas, temos a construção política de novos objetivos nacionais, mesmo mantendo a sua base agropastoril, os dirigentes buscaram formas de cooperação militar e barganha para criação de um parque industrial nacional que influenciou sobremaneira o Poder Militar.

---

<sup>162</sup>CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.70.

Segundo Ricardo Vieira<sup>163</sup>, professor de economia política internacional, a alta cúpula militar que apoiou Vargas, em 1930, buscou no provável inimigo do Brasil, a Argentina, as bases nacionais de uma política de rivalidade regional que levou a substituição das políticas nacionais da República Velha pela política desenvolvimentista-industrial e de centralização do mando no Distrito Federal e na figura dos interventores. Convertendo as Forças Armadas e uma força política que vai direcionar as políticas nacionais no desenvolvimento na área da petroquímica, siderurgia e transportes, ou seja, uma rivalidade regional criou as bases do início do desenvolvimentismo brasileiro.

No prosseguimento do governo de Vargas, tivemos um pequeno incremento da pauta de exportações com a ascensão do Nazismo na Alemanha, esta passou a importar uma considerável quantidade de algodão, café e gêneros naturais da indústria da Guerra, adotando como forma de pagamento o comércio compensado, onde trocamos produtos primários por industrializados: “Tal sistema de comércio, posto em prática pelo Reich, fez aumentar a presença comercial alemã no Brasil no período de 1934-1938, principalmente, e afetou ligeiramente a presença comercial norte-americana”.<sup>164</sup> Assim, os EUA deixaram de ser o maior parceiro comercial de nossas principais *commodities*. Tudo isso, culminando na mudança do paradigma diplomático, com o reforço da barganha por trocas de produtos industrializados, ou seja, novos armamentos, pelos insumos primários produzidos no país. E o pragmatismo de apresentar os reais objetivos nos acordos comerciais e militares, em busca do projeto maior da era Vargas, o do Nacional-desenvolvimentismo e a pedra fundamental, a siderúrgica brasileira. Este pragmatismo é latente no paradoxo da postura interna, mais germanófilo e autoritário que culmina com o Estado Novo, já que nas relações externas se alia às nações democráticas e liberais.

Observando por outra perspectiva esse pragmatismo nas relações com as nações centrais, podemos nos apoiar na historiadora Andrea Rahmeier<sup>165</sup>, em sua tese de doutorado que trata das relações Brasil- Alemanha, entre os anos de 1937 a 1942, visto pelo III Reich. Como os alemães e italianos se sentiam prejudicados na Partilha da África quando do Imperialismo do Século XIX, buscaram acordos comerciais com demais nações periféricas, em especial a América Latina, principalmente após a crise da Bolsa de Valores, em 1929. A Alemanha usou como sistema de reserva para suas exportações de forma unilateral o comércio de compensação

---

<sup>163</sup>VIEIRA, Ricardo Zortéa, Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950), Revista de Economia Política, vol. 40, nº 4, pp. 788-806, outubro-dezembro/2020.

<sup>164</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822-1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.71.

<sup>165</sup> RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. 2009. 390 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 75.

ou marcos Askí.<sup>166</sup> Isto foi ao encontro dos interesses econômicos de ambos os países, pela falta de divisas internacionais, levando a diversificação das exportações brasileiras, ainda muito dependentes do café, considerado supérfluo nos EUA e em tempos de crise. Já a Alemanha estava disposta a viabilizar que as trocas comerciais envolvessem uma diversidade de produtos que beneficiou em muito o Brasil, em especial o algodão brasileiro. E não só os descendentes alemães se beneficiaram, até os pecuaristas e produtores de cacau na Bahia começaram a realizar trocas com os alemães. Os brasileiros tiveram acesso às importações de carvão, aço e os demais maquinários que modernizaram o setor industrial já existente.

O ano do contrato tema da nossa pesquisa é como um ponto de corte das forças armadas do Brasil, onde os relatórios do Ministro da Guerra deixam claro nossas deficiências e a faina por adquirir material bélico, e conectar os contratos bélicos e de assistência militar com os acordos comerciais. Os brasileiros voltaram para a Alemanha, em 1935, porque os EUA haviam iniciado há poucos anos seu rearmamento, sendo que a indústria bélica americana primeiramente deveria atender à demanda interna, vendo a evolução dos acontecimentos no continente europeu. Sem falar da legislação americana e a oposição dos isolacionistas.

Com relação ao Reich: Já a Alemanha concebia essa questão de modo diferente, tanto que desde 1935 a empresa Krupp, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores daquele país, demonstrou claro interesse em vender armamentos para o Brasil. Tanto a Alemanha quanto o Brasil estavam satisfeitos com esta possibilidade, pois assim seria trocado material bélico por produtos primários, quer dizer, seria utilizado o comércio de compensação.<sup>167</sup> Para esta historiadora, Dutra também era um germanófilo, sendo que este militar era favorável ao equipamento alemão.

Seguindo o mesmo debate sobre a aproximação com os germânicos, para o historiador McCann, a pressa em comprar armamento alemão devia-se ao fato do poderio argentino e nossa condição financeira de não conseguir acesso nem aos americanos, e muito menos aos italianos, isto é, era necessário armamento para tratar com os demais Estados em bases mais iguais e a Alemanha facilitou a forma de pagamento para a aquisição destes armamentos.<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> Em 12 de dezembro de 1934, a Alemanha implantou de forma unilateral o comércio de compensação ou marcos Askí - *Ausländer Sonderkonto für Inlandszahlungen* [conta especial de estrangeiros para pagamentos domésticos]. Os objetivos alemães vieram ao encontro do contexto político e histórico existente no Brasil deste período, pois o país carecia de divisas em moeda estrangeira. 8 Com o comércio de compensação seria possível suprimir a principal preocupação do governo brasileiro na esfera das relações internacionais, que era a de assegurar e ampliar mercados para a exportação de produtos primários. Op. Cit. 2009. p.76.

<sup>167</sup> RAHMEIER, Op. Cit., 2009, p. 84.

<sup>168</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.33.

Conforme Moura nos diz, a crise da nossa balança de pagamentos gera um ambiente de disputa política entre os adeptos do Nacional-Desenvolvimentismo, podemos incluir aí as lideranças militares, e os defensores do agronegócio exportador, gerando desequilíbrios nas decisões diplomáticas do período em todas as esferas de poder.<sup>169</sup>

Na obra em tela, ao que concerne o vetor militar, ocorreram acordos militares posteriores a Missão Militar Americana de 1934, principalmente após a visita do chefe de Estado Maior do exército estadunidense ao Brasil, que tinha por objetivo estreitar os laços para agilizar o acesso às bases aéreas no Saliente Nordestino e convidar o general Góis Monteiro, congênere militar brasileiro, para uma visita oficial aos EUA.<sup>170</sup>

Os americanos estavam preocupados com a maior aproximação comercial-militar com os alemães, importadores de produtos primários e principal fornecedor das peças de artilharia, pelos relatórios do ministro Dutra, em 1942, tínhamos em torno de 189 peças em condições de uso, mas com o bloqueio naval inglês, ficam impossibilitadas a chegada das novas peças compradas pelos marcos de compensação e da artilharia de Costa “... só 69 canhões para 9.000 km de costas com insignificante quantidade de munição”<sup>171</sup>. Assim, os EUA estavam forçando um acordo bilateral com o governo brasileiro. Se aproveitando das boas oportunidades de ambas as nações, a política externa varguista envidou esforços na maximização das benesses das negociações, tanto com a Alemanha nazista, quanto com os Estados Unidos, esta política externa que recebeu o nome por Moura de equidistância pragmática. As tratativas americanas para convencer os brasileiros foram: incentivar a criação do Banco Central<sup>172</sup>, porque facilitaria a conversão da moeda brasileira em dólar, tanto nos acordos comerciais, como nos contratos de cooperação e vendas de artigos militares. Tudo isto, visava atrair a oficialidade brasileira, mais inclinada à influência alemã.

Através da pesquisa bibliográfica, constatou-se que o embaixador Oswaldo Aranha procurava apresentar ao presidente o paradoxo entre a política da Boa Vizinhança com os dilemas e o possível auxílio ofertado pelo *New Deal*, ou seja, os americanos apresentavam relações bilaterais, mais almejavam uma política intervencionista econômico-cultural em solo brasileiro, “(...) a missão Aranha representou o primeiro ponto de inflexão no sentido da quebra

---

<sup>169</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira, de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.146.

<sup>170</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira, de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.146.

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015. p.172.

<sup>172</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 116.

da equidistância pragmática até então sustentada pelo governo brasileiro<sup>173</sup>, indo ao encontro do pan-americanismo e dos objetivos nacionais americanos.

Segundo Moura<sup>174</sup>, a equalização dos conflitos internos brasileiros, levou a um equilíbrio de nossas relações internacionais, a proximidade Brasil-EUA e o distanciamento dos alemães, quando as vantagens auferidas com os americanos, se apresentaram maiores nas disputas de ambas as nações. Mesmo possuindo uma dependência tecnológica das nações mais avançadas, o Brasil conseguiu usufruir de benefícios e relativa autonomia a partir de acordos comerciais e militares com as duas grandes potências da época. Isto mostra que mesmo frente a uma cultura de dominação americana sobre o Brasil, este conseguiu contornar os empecilhos e receber alguns benefícios pelo nosso apoio na defesa estratégica do continente americano frente a um possível conflito mundial.

No advento do *American Way of Life*<sup>175</sup>, as importações brasileiras já eram maiores dos EUA do que as da Inglaterra. Tomando este quadro apresentado por Moura<sup>176</sup>, os anos 1930, “caracteriza-se pela presença de dois sistemas de poder concorrentes no plano internacional, ansiosos por ampliar e solidificar alianças, tratando para isso de fazer concessões e acenando com as vantagens de sua proteção”. Nesse contexto, e nos mais diversos aspectos da vida, política-ideológica ou econômica, os alemães buscaram ampliar a base de fornecedores de produtos de gêneros primários, em clara rivalidade comercial com os americanos, como uma possível ponta de lança da entrada da ideologia nazista no Brasil, um dos países com maior quantidade de imigrantes alemães na América do Sul. Nas relações internacionais, Getúlio se mostra por vezes contraditório, exemplo disso foi o discurso de 11 de junho de 1940 a bordo do Minas Gerais<sup>177</sup>, a qual país uniu forças em sua política desenvolvimentista, mas estava sempre adiando tomar decisões antecipadas ou simplesmente não decidir qual caminho tomar, esperando o desenrolar dos acontecimentos na Europa e no transcurso da 2ª Guerra Mundial. O modelo que Moura vai intitular de *equidistância pragmática*<sup>178</sup>, advém da postura de barganha dos Brasileiros, não se colocando sobre a tutela de nenhuma potência, ou seja, “flores ao vento” no

---

<sup>173</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.132.

<sup>174</sup>MOURA, Op.Cit., 1980, p. 135.

<sup>175</sup> O American way of life, ou seja, o jeito norte-americano de se viver foi um conceito criado para indicar uma singularidade norte-americana baseada em valores morais, políticos, econômicos, sociais e estéticos ... Se até os anos 1920 as propriedades rurais com forte ética de trabalho protestante eram consideradas os traços marcantes da especificidade norte-americana, a partir dessa década o American way of life passou a indicar uma cultura urbana de massas, marcada pelo consumo e pelo conforto. CARVALHO, Maria Helena Meira. Right man com bossa: as representações do Brasil e do American way of life nas propagandas comerciais em revistas brasileiras de variedades (1937-1947). 240 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2015. p.13.

<sup>176</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 52.

<sup>177</sup> MOURA, Gerson. 1980, p. 152.

<sup>178</sup> MOURA, Gerson. 1980, p. 63.

jogo internacional. Se colocando ao lado, ora dos alemães, ora dos estadunidenses, o Ministério das Relações Exteriores, em sintonia com o da Economia e o da Guerra, obtiveram consideráveis ganhos políticos e militares no sistema de barganha. Principalmente a partir de 1934 até 1942, ocorreu um aumento significativo no comércio Alemanha-Brasil. Entretanto, o III Reich tinha inserido em seu planejamento para o pós-guerra a cooperação industrial e a ajuda militar ao Brasil, ainda temos que lembrar das comunicações interrompidas pelo bloqueio naval inglês.<sup>179</sup>

O avanço do nazifascismo na Europa levou com que os Estados Unidos da América renovassem sua política externa com as nações periféricas, no período entre guerras, uma importante aproximação com seus vizinhos americanos, substituindo a política do *Big Stick* do Imperialismo *Yankee*, pela política da Boa Vizinhança.

Autonomia na dependência foi uma gestão importante do Ministério das Relações Exteriores varguista, emergindo do modelo histórico de autonomia à brasileira, certo que dependente do sistema de poder estadunidense, e sofrendo interferência de outras potências emergentes, buscou-se uma relativa soberania e viabilizar os objetivos comerciais do Brasil, de diminuição do déficit na Balança Comercial brasileira, os objetivos militares de se armar ao nível de se defender dos Argentinos e a defesa costeira por uma possível invasão continental e o objetivo político de deixar de ser uma nação periférica e dependente dos produtos industrializados das nações centrais. Gerson Moura prossegue em seu debate que essa aproximação foi vista em um espectro de relações distintas, por vezes antagônicas, ainda mais quando da nossa entrada na 2ª Guerra Mundial, lembrando que os EUA não tinham interesse em mandar os Brasileiros para o *Front*. Foi o governo brasileiro<sup>180</sup> que pressionou a ida. Acreditamos que Vargas, tenha procurado participar da guerra, buscando uma política de reestruturação governista atrelada ao populismo, enquanto os fatos militares seriam a distração do povo mais preocupado com os preços dos bens essenciais e de sua subsistência, o futebol e o carnaval nacional.

Podemos observar que este alinhamento foi muito bem negociado e debatido, até nos levando a uma Guerra que caminhava para o seu fim. As relações do Brasil com os Estados Unidos foram pautadas, a partir desse momento, com a busca de autonomia no seio das barganhas, da economia à política, principalmente com a iminência da Guerra Fria.

---

<sup>179</sup> SEITENFUS, R. A. S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p.320.

<sup>180</sup> McCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p.272-273.

Corroborar com esta afirmação o historiador Francisco Ferraz<sup>181</sup>, onde caracteriza também a política externa varguista em um jogo pendular dos sistemas de poder americano e alemão, seu papel fornecedores estratégicos de produtos primários necessários à alimentação e produção de artigos militares e o conflito externo que batia às portas de nosso litoral e no momento mais propício teria que escolher um dos lados quando a opinião pública o exigiu. Ferraz também afirma a existência na alta cúpula governamental dos germanófilos, mas ao fim tiveram que apoiar os norte-americanos e os demais países europeus, com as bases aéreas no Nordeste. Ele considera que o ponto de inflexão do pêndulo indo em direção aos norte-americanos tenha sido Pearl Harbour (dezembro de 1941), já que com os acordos diplomáticos dos países do continente americano, um ataque a qualquer país do continente seria um ataque a todos.

Sobre a barganha e o movimento pendular na política externa brasileira entre os EUA e a Alemanha, temos uma questão específica abordada pelo historiador Dennison de Oliveira<sup>182</sup>, que em suas análises da evolução da aliança militar Brasil-EUA a demora e a inépcia nas decisões se deve ao conflito interno dos gestores brasileiros, que levava sem dúvida a uma excessiva quantidade de reuniões para formalizar os acordos entre as nações tanto na Comissão de Washington como na do Rio. Exemplos disso eram as relações conflituosas entre o Ministro da Guerra Brasileiro, o General Eurico Gaspar Dutra, e o representante do governo brasileiro na Comissão mista em Washington, General Estevão Leitão de Carvalho e a postura do General Góes Monteiro e de Oswaldo Aranha frente ao presidente, com pedidos de demissão de ambos no período do Estado Novo.

Podemos observar o historiador Dennison de Oliveira<sup>183</sup>, este joga luz a essa letargia nas decisões e assinaturas dos termos de contrato de aliança Brasil-EUA, primeiramente os EUA pretendiam a todo custo a *americanização* do armamento, munições e parque fabril, tendo parcialmente conseguido isso, pois as autoridades continuaram a incentivar a produção interna e expansão de munições e armamento de origem europeia. Constatado pelo pessoal de inteligência americana que o Brasil, mesmo em 1943, seguia avançando no domínio da produção industrial de itens de armas adquiridas na Alemanha<sup>184</sup>. E corroboramos com a análise

---

<sup>181</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). 395 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2003. p.66.

<sup>182</sup> OLIVEIRA, Dennison de. “O combatente melhor alimentado da Europa”: a alimentação da Força Expedicionária Brasileira e a aliança Brasil-EUA durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1945), Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 116-141, jul. 2016.

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p. 169.

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Op. Cit. 2016. p. 175.

de Dennison que como uma espécie de boicote as medidas do Brasil seria o não-envio de lotes completos para o adestramento da FEB, principalmente as armas mais comuns ao combate moderno, que seriam submetralhadoras, lançadores de rojão, lançadores de granada, blindados armados e artilharia, e quando a faziam eram os modelos obsoletos e de inferior qualidade das nossas já dotadas. Esses conflitos entre as autoridades militares brasileiras e as comissões conjuntas americanas podem ser resumidos pelo parecer de Dutra de não declarar guerra ao Eixo, em 1942, já que não possuímos as armas prometidas pelos EUA e a tropa ainda não estava completamente adestrada, equipada, em particular a defesa costeira da ameaça submarina alemã.

Tanto Moura, como Cervo e Bueno, e mais ainda McCann<sup>185</sup>, tem apresentado nas discussões sobre as relações internacionais Brasil-EUA o embate entre os realistas e os idealistas no Departamento de Estado Americano, em um dualismo, o conflito *versus* cooperação. Destarte, Moura faz aquela introdução aos conceitos básicos de política externa: o Estado-Nação agindo isoladamente, com plano estratégico bem definido; um segundo, onde os vários organismos estatais produzem ações governamentais isoladas e geram uma política externa sistêmica, “ações de um governo são, na realidade, efetuadas por organizações semiautônomas no interior do governo (...)”<sup>186</sup>. E finalizando essas três concepções básicas de política externa temos a política da burocracia estatal, que não seus jogos de poder e interesses fazem as andanças nas diversas concepções político-ideológicas dos governos.

No quadro teórico do seu livro, Moura escolhe como modelo o terceiro, o mais utilizado na práxis: “(...) a compartimentalização que opera ao desvincular, no plano teórico, os cursos alternativos de ação das determinações estruturais.”<sup>187</sup>. Em seguida, parte para o debate historiográfico sobre as relações imperialistas, a política externa brasileira envolta nos sistemas de poder do concerto das nações. Com uma análise crítica, conceitua as relações internacionais da seguinte forma: “(...) como o resultado da conjugação das conjunturas políticas mais imediatas, tanto internas como externas, nos condicionamentos estruturais mais amplos (...)”<sup>188</sup>, aponta que uma economia dependente, tem a emergência do imperialismo como responsável por certas determinações estruturais, e pela falta de igualdade no que tange às relações internacionais.

Assim, o livro analisa os programas estatais e os conflitos entre a burocracia brasileira na década de 1930, definidora dos rumos do Estado Brasileiro e de suas Estatais estratégicas,

---

<sup>185</sup> McCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

<sup>186</sup> MOURA, Op. Cit., 1980, p.29.

<sup>187</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.31.

<sup>188</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.37.

como a Petrobrás, se atendo ao período entre 1935 a 1942. O autor vai fazendo uma avaliação dos sistemas de poder em disputa e em conflito pelo Mundo, as democracias contra os regimes totalizadores, de viés fascista, nazista ou comunista. Fala da crise do sistema liberal capitalista no Entre Guerras, nos mais variados aspectos das sociedades, ou seja, a crise do capitalismo que foi considerada a abertura para o surgimento do Totalitarismo nos Estados derrotados da Primeira Grande Guerra “(...) impulsionaram uma política de conquista de mercados e fontes de matérias-primas, de modo pacífico ou violento”<sup>189</sup>. O autor considera que a crise democrática-liberal leva à quebra do “equilíbrio de poder” das nações imperialistas, tanto que o Totalitarismo vem a reboque no suposto atraso na formação de novos Estados-Nação. A Alemanha e a Itália com seu atraso na formação do Estado e na implantação do modelo imperialista forçam uma intervenção no continente africano e no asiático.

Além disso, temos a desintegração de alguns sistemas antigos e a implantação de novos modelos como, por exemplo, os EUA, a Alemanha e a URSS. A jovem Potência americana busca como uma das formas de recuperação econômica, pós-crise de 1929, dominar o comércio internacional baseado no livre-comércio, em particular com a América Latina. A Alemanha também buscava agir como uma potência emergente, conquistando mais espaço econômico.

As nações periféricas latinas lutam entre qual ideologia totalizadora seguir e um nacionalismo desenvolvimentista baseado na substituição das importações e franca oposição aos regimes liberais e democráticos, pois miravam acabar com as elites agrárias remanescentes do período colonial. Nisso aparece o Brasil, transitando da tutela britânica para as novas potências, hora a americana, ora a germânica, principalmente após ascensão do Nazismo que tentava exercer maior influência e procurava um maior abastecimento de matéria-prima não só no território brasileiro, mas também nos demais mercados consumidores latino-americanos.

Os dois sistemas de poder em disputa se apoiavam na propaganda estatal da seguinte maneira, os americanos investidos no pan-americanismo com o seu corolário a política da Boa Vizinhança, e os alemães com um nacionalismo fervoroso de proteção à indústria militar e utilizando dos marcos de compensação para acordos comerciais bilaterais.

Com relação dos EUA, não foi uma política conduzida com uma voz uníssona, e sim de conflitos entre os demais agentes estatais do governo Roosevelt, basicamente o conflito entre a preocupação com mercado interno e resolver os problemas apenas americanos e uma política mais interacionista de vincular a produção e a indústria americana com o mercado global. Porém, o panamericanismo saiu vitorioso, já que ele “(...) responde, portanto, não apenas às

---

<sup>189</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.52.

necessidades econômicas, como aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos”<sup>190</sup>. Uma outra proposta de interpretação sobre a guinada na política externa americana é a apresentada por Latfalla<sup>191</sup>, quando o Governo Roosevelt faz o ideal realista se sobressair nas decisões governamentais, na clara iminência de um conflito de proporções mundiais, a partir do final de 1939, levando ao esforço de guerra em apoio aos aliados e uma preparação militar interna e dos demais apoiadores na defesa continental americana, sendo seu grande aliado o Brasil na Repartição sul-americana.

A Era Vargas trouxe paradoxos políticos, ideológicos e sociais, tanto no governo, como na sociedade brasileira. Temos uma proposta de reforma política, constitucional, mas com vários pontos de conservadorismo da elite agrária agroexportadora, pois o próprio Vargas é um estancieiro gaúcho. Assim, uma nova elite política surge, mantendo alguns sobreviventes das oligarquias que aderiram ao governo revolucionário e novas propostas de desenvolvimento urbano-industrial.

Voltemos ao debate sobre a obra de Gerson Moura, às hipóteses das relações internacionais do livro, “(...) de que as decisões da política externa brasileira nesse período respondem mais diretamente à dinâmica da conjuntura política brasileira.”<sup>192</sup>. A “equidistância” se concretizou porque o próprio governo sendo novo, revolucionário e sem propostas nacionais concretas teve que dialogar com ambos os sistemas de poder, numa mistura de neutralidade e não tutela, equilibrando assim a dependência externa brasileira e apenas escolhendo um lado quando as condições da Guerra estivessem mais claras e mais definidas os vencedores e aumento o poder de barganha brasileiro.

Boa parte dos argumentos na obra de Gerson Moura centram-se nos debates e nas tomadas de decisão com relação ao comércio exterior brasileiro, entre 1935 a 1937, principalmente pela mudança da economia projetada para o “novo” Brasil, de agroexportador para industrial desenvolvimentista, “(...) adoção de um comércio bilateral e acordos de troca que salvaguarda se as possibilidades da incipiente indústria nacional (...)”<sup>193</sup>, tanto que mesmo ocorrendo imposições, por parte dos estadunidenses, dos rompimentos dos acordos de compensação, convivem no cenário nacional dos tratados: os acordos comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos em 1935 e o ajuste de compensação entre o Brasil e Alemanha em 1936, levando a um breve equilíbrio nessas relações. No que tange o acordo Brasil-EUA, a iniciativa

---

<sup>190</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.59.

<sup>191</sup> LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil/Estados Unidos - 1939/1943*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2016. p. 38.

<sup>192</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 62.

<sup>193</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 71.

partiu de Washington, que buscava “(...) um acordo comercial que levasse a uma redução de tarifas sobre produtos norte-americanos no Brasil (...)”<sup>194</sup>.

Moura encerra sua análise crítica se contrapondo a historiografia da época no que diz respeito, aos anos 30, à ocorrência de um profundo processo de industrialização. Para Moura, o Brasil foi capaz de explorar as “(...) possibilidades então existentes, em limitações concretas”<sup>195</sup> em decorrência dos diversos atores no processo decisório. Por fim destaca a importância da equidistância pragmática dentro desse processo de negociação. Refletindo sobre o aumento das tensões mundiais, a partir do ano de 1938, e com a possibilidade da guerra, Vargas nomeia Oswaldo Aranha para o Ministério do Exterior e busca um maior alinhamento com os EUA. Para enfrentar a oposição castrense, começa uma política de maior reequipamento das Forças Armadas do Brasil — que seria um ponto-chave para a obtenção do apoio militar na política Varguista — e da necessidade de construção de uma siderurgia para expansão econômica.

Em continuação da análise do livro do autor, vemos um foco na chamada Missão Aranha, viagem de uma delegação brasileira aos EUA, com fins de pedidos de cooperação econômica e militar, além de tentar conseguir insumos tecnológicos e a construção de um Banco Central. O autor foca nos dois principais eixos de permanência e modificação do cenário brasileiro: a “primário-exportadora” e a “industrialização limitada”<sup>196</sup>. O primeiro é a diversificação dos itens primários importados pelos norte-americanos, o que ocorria com os alemães, deixar a balança comercial brasileira menos dependente do Café e com menor possibilidade de crises quando os valores do café baixam no mercado internacional e a passagem de uma protoindustrialização para a construção de indústrias de base, em particular a siderúrgica e a metalurgia, criando um ambiente de substituição das exportações e limitada a uma dependência norte-americana imposta pelos seus componentes existentes na transferência de máquinas e periféricos industriais. Como os americanos exigiam o pagamento da dívida e dos negócios militares em papel-moeda e não por trocar por produtos primários. O planejamento brasileiro baseou-se na renegociação de empréstimos, ou seja, transferência dos bancos europeus para os norte-americanos, criação de prazos para amortização da dívida com os compradores de títulos públicos brasileiros, retomada do pagamento da dívida externa brasileira e aporte financeiro para criação do Banco Central e construção de infraestrutura ferroviária, rodoviária e portuária para o escoamento da produção primária brasileira, em especial de insumos para indústria de guerra, devido à iminência da entrada dos norte-americanos no conflito.

---

<sup>194</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 75.

<sup>195</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 97.

<sup>196</sup> MOURA, Gerson. Op. Cit. 1980. p. 116.

Os exportadores brasileiros de produtos primários viam com desconfiança a busca por parte dos americanos de negociar por um mercado liberal, que já tinha dado errado com a crise de 1929 e aboliu o plano interno dos Estados Unidos. Os acordos comerciais fechados com a Missão Aranha foram abaixo das expectativas brasileiras, mas com concessões razoáveis e a vinda de empresas estrangeiras ao Brasil. No poder Militar, alguns acordos já existentes, com a Missão Militar Americana (1934), foram renovados e ocorreram visitas entre os comandantes de Estado-Maior dos dois países para estreitamento de laços de amizade. Contudo, ocorreram críticas na alta cúpula do governo e por parte dos economistas e militares, pelo compromisso de diminuir as trocas por compensação com os alemães, naquele momento, mais vantajosas aos brasileiros. Estas eram trocas comerciais de gêneros primários por industriais e a assinatura de acordos militares de uma lista de armamentos e sobressalentes utilizando-se gêneros da pauta de exportações brasileiros, como café, açúcar e borracha, e não perdendo divisas monetárias.

Para a criação de uma aversão aos nazistas, o Departamento de Estado americano investiu na propaganda para convencer os militares germanófilos da urgência da defesa continental, insinuando que toda a América Latina seria dominada pelo Nazismo. Para Moura, “(...) a missão Aranha representou o primeiro ponto de inflexão no sentido da quebra da equidistância pragmática até então sustentada pelo governo brasileiro”<sup>197</sup>.

Para finalizarmos a análise crítica desta obra, a Autonomia na Dependência apresenta a relação entre o comércio exterior e a ofensiva político-ideológica das potências econômicas centrais frente aos países periféricos, com o intuito de reservar os melhores fornecedores a nossa indústria doméstica, criando polos de apoio ao comércio de compensação dos alemães e os importadores de máquinas dos norte-americanos, ou seja, uma oposição interna de aderir ao liberalismo americano versus os acordos de compensação alemães, este, agradava às elites decadentes e os imigrantes alemães. Os americanos para conseguir apoio brasileiro das demais nações latino-americanas reconheço-as como democráticas e republicanas.

Foram criados organismos estatais americanos com o objetivo de intervir na cultura dos países periféricos que estavam sobre a área de influência americana, como o OCIAA (*Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs*). Este escritório tinha a responsabilidade de coordenar os mais diversos campos do saber e da cultura estadunidense para a América Latina e vice-versa. Os programas eram transmitidos via rádio em baixa frequência em espanhol e português, começando a influenciar na opinião pública de toda a América.

---

<sup>197</sup> MOURA, Op.Cit., 1980, p.132.

Segundo Latfalla, havia interesses obscuros por trás da boa vontade do OCIAA, Rockefeller veio com a missão de gerenciar a obtenção das matérias-primas essenciais para o esforço de guerra americano, quais seriam: “para o esforço de guerra dos Estados Unidos: bauxita, antimônio, amianto, cobre, diamantes industriais, manganês, cristais de quartzo; borracha, tungstênio, vanádio, lã e zinco”<sup>198</sup>

Após o romper de uma nova Grande Guerra, em 1939, o Brasil começa a sofrer com o bloqueio naval inglês, aos produtos e armamentos alemães que haviam sido negociados em 1938. Com esses acontecimentos, Vargas continuou se utilizando da equidistância pragmática, com objetivo de auferir melhores condições de acesso à siderurgia nacional e aos contratos comerciais e militares, sob o argumento de que “O Brasil era pan-americano em princípio, mas havia problemas de solução urgente, como o nosso rearmamento”, conseguindo que Roosevelt concedesse empréstimos para construção da futura siderúrgica.

Assim, podemos considerar que o afastamento da equidistância germânica inicia-se após o bloqueio marítimo contra a navegação alemã, onde vemos em 1940, o intercâmbio comercial entre a Alemanha e Brasil cair a 1/10 do volume de trocas com o ano anterior. Os ingleses pacificaram a preocupação dos EUA com a insolubilidade do comércio compensado germânico e afastou o Brasil da política equidistante.<sup>199</sup> A partir de 1940, os militares brasileiros aperceberam-se que teriam maior chance de reequipamento militar com os estadunidenses.<sup>200</sup> Com o desenrolar do conflito, a decisão brasileira em relação à guerra, apoiar os Estados Unidos ou o Eixo, dividia a cúpula política. Não havia unanimidade na declaração de Guerra, o General Dutra deu voto contrário a declaração de Guerra, os americanos não estavam cumprindo parte do *Lend Lease*. Entretanto, após janeiro de 1942, na III Reunião Pan-Americana e assinatura da cooperação na solidariedade continental, temos um alinhamento informal, quase que total do Brasil com os EUA, na Conferência do Rio de Janeiro, e o rompimento das relações diplomáticas com as nações do Eixo. Em 15 de fevereiro de 1942, foi torpedeado o primeiro navio brasileiro, o paquete *Buarque*, pelo submarino alemão U-432, ao largo da costa dos Estados Unidos da América, mesmo sem a declaração formal de guerra. Com o afundamento do *Baependi*, que conduzia militares do Exército que atuavam na defesa do Nordeste, gerou-se uma comoção da opinião pública. Em 22 de agosto de 1942, foi declarada formalmente a Guerra ao Eixo.

---

<sup>198</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.46.

<sup>199</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 143.

<sup>200</sup> MOURA, Op. Cit. p. 156.

Gerson Moura consegue mostrar importantes meandros que envolvem as negociações no campo das relações exteriores brasileiras, como a atuação de nossa elite política à época, bem como ocorreu a aproximação entre o Brasil e EUA, e o abandono dos alemães, demonstrando que com esse jogo de relações de poder conseguimos vantagens econômicas, políticas e tecnológicas na guerra dos dois sistemas de poder. Criando um paradigma de que países periféricos não foram apenas tuteladas no concerto das nações, mas que através dessa política de barganha conseguiram extrair diversos benefícios e relativa autonomia como foi o caso do Brasil que abriu espaço para o processo de uma industrialização de base e abriu caminhos para seu plano estratégico de desenvolvimento.

Com relação ao brasilianista Frank McCann, na obra *A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*<sup>201</sup>, esse é uma referência nos estudos das relações comerciais e do plano militar no intervalo de tempo que baliza essa pesquisa, constituindo importante livro de consulta da História das relações interamericanas e de preparação para ida da FEB à Itália. O estudo revela parte das mudanças que envolveram o Brasil, de um país agroexportador para uma potência regional aliada aos EUA, a manutenção das Forças Armadas como agente político no Estado Brasileiro.

No transcurso da obra, McCann aborda que o Estado Novo lançou dúvidas sobre a permanência do Brasil no rumo democrático, no período de aproximação com os alemães, o Departamento de Estado americano via com ressalvas os destinos do Brasil. Diferente de Moura, McCann observa que as relações estabelecidas entre as duas nações, levaram ao Brasil a uma atitude subserviente. Uma verdadeira tutela na Guerra Fria, os EUA, McCann acredita que as aproximações dos anos 30 foram mais fruto das relações exteriores brasileiras de que uma preocupação norte-americana, nossos produtos primários eram mais importantes que de nossos vizinhos, ou seja, “Em tamanho e poder, Brasil e os Estados Unidos eram os gigantes do continente e, como tal, atraem-se mutuamente”<sup>202</sup>.

Em sua obra, o brasilianista não se limitou a abordar os aspectos conjunturais da iminência de uma nova guerra mundial, esta levou uma mudança da postura americana frente aos países latino-americanos, de mais intervencionismo militar, para maior relacionamento econômico, cultural e social, ou seja, do Big Stick para a Política da Boa Vizinhança, “O interesse americano no Brasil aumentou nos anos trinta, por duas razões: a política de boa vizinhança e a ascensão do nazismo alemão.”<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> McCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

<sup>202</sup> MCCANN. Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p.15.

<sup>203</sup> MCCANN. Op. Cit., 1995. p.16.

No plano militar, a política de aproximação se deu pelas reuniões das cúpulas militares interamericanas e ao incentivo ao intercâmbio doutrinário, venda de armamentos e instrução das forças latino-americanas. Tudo isso, de acordo com McCann, visava expandir a influência e a segurança relativa de pontos nevrálgicos do continente americano, além de vantagens comerciais às indústrias militares aos brasileiros. Para McCann, havia um grande receio na cúpula político-militar das simpatias com que a oficialidade brasileira nutria pelos regimes totalitários alemão e italiano.

Vários segmentos da sociedade brasileira apoiavam movimentos ideológicos de cunho totalitário. O receio do Nazismo triunfar na América Latina levou o Governo Roosevelt a apresentar todas as formas de aproximação e apoio, em que pese o advento do Estado Novo: Washington não teve outra escolha senão apoiar Vargas. Enfraquecê-lo corresponderia a ajudar o Partido Integralista, de molde fascista, os quintas-colunas nazistas ou os militaristas, como o Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, que defendia uma ditadura bonapartista.<sup>204</sup>, ou seja, os EUA não apoiam uma forma de governo ou uma ideologia, apoiaram a força da liderança carismática de Vargas, que dava uma consciência de pertencimento e unidade nacional à nação brasileira. Esta liderança atrasou a escolha de um lado, porque objetivava agradar aos militares da alta cúpula, e a opinião da elite civil de não se curvar aos desejos americanos, deixando todos os mercados exteriores em aberto. Além dos mais, os alemães estavam comprando muitos gêneros primários do Sul, principal fornecedor de carne bovina, charque, fumo, etc.

O encerramento de sua obra tem total apoio da minha parte, ele faz uma crítica a visão de que a partir da queda do Império, o Exército tenha assumido as atribuições de poder moderador na República. Aceno como McCann que foi a partir de 1937 que a alta cúpula do Exército criou o ideário de ser esta a instituição de moderação nacional.<sup>205</sup>

Já na Obra *Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889 -1937*, Frank McCann trata da história da evolução institucional do Exército brasileiro. O historiador americano afirma que para um melhor entendimento das relações entre O Estado Brasileiro e a sociedade civil, no período ora estudado, perpassa o entendimento da instituição Exército Brasileiro, desde o golpe republicano, seus conflitos internos e a participação das Forças Armadas na política da Primeira República, até o ano de 1937, com advento do Estado Novo. Neste panorama da criação do Brasil República até o Estado Novo, podemos perceber que as

---

<sup>204</sup> MCCANN.Op. Cit., p.17.

<sup>205</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 547.

forças armadas foram utilizadas para manutenção do mecanismo da política dos governadores. Somente quando os estados periféricos e o movimento Tenentista se unem que este quadro político é quebrado. Isto será um dos motores para uma nova onda de reformismo, reorganização e rearmamento do Exército. Nesse ínterim, encaixamos a Missão Militar Americana (1934), como mais um dos vetores de transformação da Força Terrestre. Com a convicção da alta cúpula da elite política e militar<sup>206</sup> que deveríamos diminuir o hiato tecnológico e a dependência de insumos industrializados, tanto para nosso parque industrial civil, como para uma indústria bélica nacional. Esta seria a mola propulsora de manutenção da aliança de Vargas com os militares, sem mencionar as relações comerciais e diplomáticas que seriam estabelecidas. A revolta Paulista de 1932 foi utilizada como exemplo, nos relatórios do general Góes Monteiro, que nossas forças armadas não estavam preparadas para o cumprimento de sua missão constitucional. Por isso, um dos mais preocupados em mudar este estado de coisas com armamento e vetores de transformação da Força Terrestre, o exemplo da MMA, seja o Chefe do Estado-Maior do Exército. Goés Monteiro envidou esforços no projeto industrializador de Vargas e de imediato agilizar a importação de armas e munições, aperfeiçoamento dos nossos arsenais e dos processos produtivos, de insumos básicos, como uniforme, municionadores, cartucheiras e incentivo ao surgimento de pequenas fábricas civis e preparou o terreno para os sucessores implantarem a industrialização de longo prazo.

Em resumo, McCann conseguiu tirar uma boa análise crítica dos anos 30, observando a necessidade do Exército, e a alta cúpula estava ciente disso, de realizar uma radical reforma nas instituições de ensino e doutrina. Para prover a Nação de armamento e equipamento a altura. São apresentados no livro o conflito do Chaco e Questão Letícia. Como o Brasil poderia ser considerado Potência Regional, a frente da Argentina, se nem mesmo conseguir apaziguar seus vizinhos em litígio.

Outro autor, que iremos discutir neste debate, será José Murilo de Carvalho. Em sua obra, *Forças Armadas e Políticas, 1930-1945*, o autor reuniu uma coletânea de artigos e ensaios produzidos sobre a temática das forças armadas brasileiras, principalmente sua evolução institucional no século XX. Alguns pontos de sua análise são sobre as relações entre a política e os militares. Por exemplo, Carvalho apresenta três linhas de interpretação dessa relação, naquilo que ele chamou de “tipos de ideologia da intervenção”: a “intervenção reformista”, a “não-intervenção” e a “intervenção moderadora”.

---

<sup>206</sup> BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro. 1939.

A intervenção reformista foi implantada no Brasil no período que antecedeu a Proclamação da República, através da Questão Militar e depois ela voltou com o movimento tenentista. A partir das reformas empreendidas pelos Jovens Turcos e o Tenentismo, temos a criação do conceito de soldado-cidadão, basicamente seria de os militares se voltarem para as atividades castrenses, criando o ideário ou uma doutrina de não-intervenção na política, que isto era coisa para os políticos ou a elite civil, este corolário foi empreendido pela atuação da Missão Militar Francesa nas Escolas Militares.

Com as sucessivas alianças das elites políticas periféricas da República Oligárquica, mesclada aos oficiais intermediários e o tenentismo temos o caldeirão ideológico que vai criar o conceito cunhado por Carvalho de Intervenção Moderadora, que vai associar às Forças Armadas o papel de novo Poder Moderador da República. Devemos sinalizar aqui que nos estudos conclusivos de McCann, ele sinaliza que este “Poder Moderador” tem sua implantação e entrega às Forças Armadas com o advento do Estado Novo (1937).

A partir desse momento, iremos focar nosso debate na evolução das cooperações militares Brasil-EUA e a modernização das Forças Armadas Brasileiras, entre os anos 1930 a 1940, do século XX. Iniciando pelo Cientista Político e professor da UFRGS, Eduardo Munhoz Svartman, que em sua tese de doutorado, *Guardiões da Nação* (2006). Os protagonistas da tese foram educados nas escolas militares nos anos 30 a 40, com base nas reformas estruturantes realizadas pelo Exército Brasileiro, e operacionalizam no contexto das mudanças do modelo doutrinário francês para o estadunidense. Svartman realizou uma análise da atuação da alta cúpula militar na conspiração que levou a intervenção moderadora em 1964 e a queda de Goulart, ou seja, a pesquisa do autor diferencia-se dos demais até agora no debate historiográfico, porque o mesmo identifica que a formação dos oficiais, nos anos 1930 e 1940, era muito politizada e cria vieses dessa atuação da alta cúpula militar revolucionária de 1964, conforme três perfis distintos: rebelde-insurrecional, tecno burocrático e conspirador institucional, mas tinham o mesmo objetivo político-institucional.

O professor Fernando Silva Rodrigues, um pesquisador da história político-militar do corte temporal do trabalho em tela, destaca em seus artigos, a indefinição do governo brasileiro na postura de seu plano de defesa nacional frente ao prelúdio da Segunda Guerra Mundial e sua sucessiva manutenção de laços comerciais e militares com os regimes totalitários europeus. Em outro estudo de sua autoria, o professor Fernando Rodrigues especifica os detalhes da Missão Militar Americana (1934), tomado como a pedra angular de substituição da tendência militar germanófila dos militares brasileiros e a inclinação à doutrina militar americana.

A tese de doutorado do pesquisador Fernando Velôzo Gomes Pedrosa merece destaque especial, pois embasou estudos da modernização recente do Exército Brasileiro. Sendo assim, pode ser utilizada como história comparada com nossa pesquisa historiográfica, já que a nossa trata das reformas estruturais do Exército da primeira metade do século XX e a mudança do paradigma doutrinário do francês para o americano. Até mesmo a identificação se as mudanças realizadas na doutrina e no material adquirido pela Missão Militar Americana e as corporações militares Brasil-EUA foram eficazes em aumentar o poder de dissuasão e de combate de nossa Força Terrestre, será mais abordada nos capítulos posteriores.

De acordo com McCann<sup>207</sup>, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, as influências militares alemã, francesa e americana, criaram um caleidoscópio de táticas e técnicas no Exército Brasileiro. A “guerra” por quem ganharia o direito de vendas de armamento para o Brasil gera um poder de barganha por parte das relações diplomáticas brasileiras, disputa pelos países periféricos entre as principais potências, onde podemos incluir o nosso Brasil.

A malograda perseguição da Coluna Prestes e as dificuldades para a vitória sobre a Revolução de São Paulo, em 1932, mostraram novamente as deficiências em material e pessoal do Exército, e o relacionamento com a elite política que deixou as principais forças de coerção e defesa da Pátria aos frangalhos. E quem será o mentor principal de renovação e reformismo no Exército nos anos 1930. Foi um dos principais líderes do movimento revolucionário, que comandou as tropas rebeladas no Rio Grande do Sul, o general Góes Monteiro. Para ele, as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, seriam as fontes dos principais problemas sociais do Brasil e uma das possíveis vias de solução dos mesmos<sup>208</sup>. Responsabilizava a classe política pela ineficiência da instituição militar, desde a doutrina até os recursos materiais e humanos, sem falar das sucessivas diminuições no orçamento das Forças Armadas durante a crise mundial dos anos 1930. Nesse período, observadores estrangeiros consideravam os exércitos sul-americanos indisciplinados e inferiores à algumas forças policiais estaduais, como a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No transcorrer da Revolução de 1930, além do período de crise econômica global, também houve mudanças estruturais e institucionais no Brasil, as primeiras foram a busca por uma diversificação da economia com novos produtos primários na pauta das exportações, como o cacau, o minério de ferro e etc., buscando-se a diminuição da dependência do café, ainda após uma crise econômica mundial e as institucionais como o movimento de 1930 na Capital Federal.

---

<sup>207</sup> McCANN, Frank. A influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945. In: A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDO/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 213.

<sup>208</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007, p. 392.

As Forças Armadas foram o fiel da balança para fazer valer o movimento revolucionário, ou seja, o comando revolucionário tinha que possuir militares em condição *sine qua non* para o sucesso das radicais mudanças. Como um dos membros dessa elite política, Osvaldo Aranha confessaria a um chanceler de outro país: “tudo se relaciona com o Exército”.<sup>209</sup> E como partícipe deste movimento revolucionário, o general Góes Monteiro iria levar o Exército a protagonizar os principais feitos dos anos 1930 e lutar pela construção de uma indústria de base na Era Vargas. O mesmo resumiu a atuação do Exército no processo revolucionário e na Era Vargas na seguinte frase: “Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército”<sup>210</sup>, ou seja, os militares deveriam participar apenas dos momentos de crise na política, e depois deveriam se ater apenas às lides da caserna, e não tomar atitudes político-partidárias e se ater apenas à sua missão constitucional, de defesa da Pátria e das garantias constitucionais.

### **3.3 Os relatórios do Ministro da Guerra (1934-1939) e a Evolução da Artilharia de Costa.**

Abordaremos nesta subseção como eram as impressões que alta cúpula militar e política tinham sobre a Missão Militar Americana e a Artilharia de Costa no período pesquisado. E devemos sempre atentar-nos que “A história do Exército Brasileiro é mais bem compreendida como um reflexo da complexa, intrigada e às vezes contraditória cultura nacional”<sup>211</sup>. Iniciando com o relatório do Ministro da Guerra Goés Monteiro sobre o ano de 1934. O primeiro ponto que nos chama atenção era onde estava enquadrada a Artilharia de Costa. No Decreto nº 23.976, que organiza o Ministério da Guerra, o Estado Maior do Exército, dispõe dos seguintes órgãos de assessoramento: Inspetoria de Costa. A mesma subordinada diretamente ao Chefe do EME (Art.17).<sup>212</sup> As forças de artilharia de Costa são agrupadas em distritos, só com existência efetiva à do 1ª RM (Distrito Federal), este sob o comando de um coronel de artilharia. As demais fortificações de costa e das fronteiras obedecem aos respectivos comandos regionais ou no canal técnico com a Inspetoria de Costa. Em 1934, através do Decreto nº 24.602, foi proibido a instalação de fábricas civis destinada à produção de material bélico, ou seja, reforça a estatização de setores estratégicos no Brasil.

---

<sup>209</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007, p. 384.

<sup>210</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007, p. 385.

<sup>211</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007, p.9.

<sup>212</sup> PONDÉ. Francisco de Paula e Azevedo. História Administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério do Exército. (Volume da República). Rio de Janeiro: ENAP e Bibliex, 1994. p.248.

Podemos identificar que a “verdadeira” aproximação entre estadunidenses e brasileiros ocorre no ano que não mais compramos armamentos da Krupp, ou seja, a partir do ano de 1939 quando iniciou o bloqueio naval britânico, devido nosso estreitamento à cooperação na VIII Conferência Pan-Americana, em Lima<sup>213</sup>, marcada pela preocupação continental com o cenário vivido pelos países direta ou indiretamente envolvidos nos conflitos que antecederam à 2ª GM. A partir daí uma série de encontros entre alta cúpula econômico-militar dos dois países, mas corroboro o pensamento de McCann que por vezes a cooperação seria de impossível realização, os generais querem armas, entretanto o congresso americano é contra. E os objetivos estratégicos militares diferiam, estávamos preocupados com os argentinos e os estadunidenses com o canal do Panamá. Os planos de guerra mantinha a concentração das tropas ao sul, não havia ameaça real ao nordeste brasileiro desde a invasão dos holandeses, em 1630, enquanto os germanos do sul poderiam ser uma possível quinta-coluna nazista<sup>214</sup> em nosso território. Nosso melhor armamento artilharia costeira estava centrada no Rio de Janeiro, sendo o equipamento de última linha, o Forte de Copacabana, batia um alcance de 23 quilômetros e não dispunha de pólvora e munição suficiente para o treinamento e a defesa em caso de invasão de um encouraçado moderno. As minas antissubmarino tinham mais de 20 anos de idade, de funcionamento duvidoso. Depois do início do conflito mundial, em 1939, o Brasil percebeu que apenas os EUA poderiam fornecer armas ao Brasil, e seria difícil com o Bloqueio britânico a chegada em nosso solo das armas encomendadas em 1939 com os alemães. O receio era de que Fernando de Noronha virasse uma base de submarinos na Batalha do Atlântico.<sup>215</sup> O aceno da atuação da Missão Militar Americana para aquisição de material bélico ao Brasil foi a de fortalezas voadoras quando da comemoração do 50º aniversário da República Brasileira, o voo realizou o reconhecimento aéreo das rotas até o saliente nordestino e o chefe da MMA, coronel Kimberly, discutia com major Ridgway a venda de peças de artilharia de costa excedentes por uma relação de materiais estratégicos para a indústria bélica, que os EUA iriam necessitar, em especial os quartzos empregados nos equipamentos de telecomunicações.<sup>216</sup> Mas, o Departamento de Estado Americano deseja que fossem as negociações em padrão-dólar, foi enviada uma comissão para inspecionar a artilharia a ser vendida após o aceite do Brasil.

---

<sup>213</sup> MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 105.

<sup>214</sup> “A quinta coluna em ação” se refere à denominação que foi dada às pessoas identificadas como simpatizantes às causas ou ideias nazistas ou fascistas, sendo acusadas de “traidores da pátria” quando o Brasil abandona sua neutralidade e se alia aos EUA. Maria Nogueira Cordeiro, Philonila; Cortez Silva, Sílvia. *Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco: a Quinta Coluna em ação (1937-1945)*. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p.12.

<sup>215</sup> MCCANN, Op. Cit., 1995. p. 121.

<sup>216</sup> MCCANN, Op. Cit., 1995. p. 122.

Outro avanço na indústria bélica sobre a Artilharia é a Lei nº 223, de 13 de julho de 1936, que autoriza a comprar em Juiz de Fora, um terreno destinado às instalações da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia.<sup>217</sup> No relatório de 1936<sup>218</sup>, o Ministro da Guerra informa da Missão Militar Americana (MMA): “é composta de 3 oficiais, brilhantes, chefiados por um verdadeiro técnico de Artilharia de Costa (...) o respectivo contrato foi renovado por mais dois anos”, este elogio individual refere-se ao coronel Lehman Miller e ao capitão Hoental, em particular.

No relatório de 1937<sup>219</sup>, o general Dutra ratifica esses elogios: “não menos valioso, embora limitado ao Centro de Instrução de Artilharia de Costa e à Escola Técnica, foi o concurso da MMA (...) seus métodos objetivos de ensino, rápida e profícua progressão nos estudos dessa especialidade.

No relatório de 1939<sup>220</sup>, aparecem os estabelecimentos fabris de interesse da Artilharia: Fábrica de Projéteis de Artilharia, no Andaraí (RJ); Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia, em Juiz de Fora (MG); e as Fábricas de Pólvora e Explosivos, em Piquete (SP) e a Estrela, em Magé (RJ). Assim sendo, tínhamos a expertise nos insumos de artilharia. Por isso, a preocupação do EME e da Comissão Militar Mista da passagem do maquinário e da técnica para o fabrico dos tubos e acessórios das peças de Artilharia de Campanha e de Costa.

A partir de 1939, o Exército Brasileiro teve continuamente aumentada a sua preocupação de as cargas de artilharia compradas da Alemanha não conseguirem furar o bloqueio britânico, além da angústia com seus militares e cidadãos comissionados naquele país. Com relação às negociações com os estadunidenses ainda em 10 de junho de 1939, nas discussões entre Goés Monteiro e o coronel Miller, chefe da MMA, que passados mais de um ano de negociações comerciais e cooperação militar, o Brasil não tenha sequer recebido um carregador de munição, e sim “caixas de uísque e pacotes de *Lucky Strikes*.”<sup>221</sup> Os norte-americanos ainda sondavam o território nas cercanias do Saliente Nordestino, enviando o USS Helena para avaliar as defesas costeiras da Ilha de Fernando de Noronha, criando duas ações extremas caso alguma nação europeia mandasse uma frota para iniciar a tomada do Nordeste, ocupação americana da ilha ou destruição do campo de pouso.

Uma situação paradoxal nas relações Brasil-EUA, seria que ao término de 1940, os

---

<sup>217</sup> PONDÉ. Op. Cit., 1994. p. 263.

<sup>218</sup> BRASIL. Relatório do Ministro de Estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1936. p.16.

<sup>219</sup> BRASIL. Relatório do Ministro de Estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1937.

<sup>220</sup> BRASIL. Relatório do Ministro de Estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1939.

<sup>221</sup> MCCANN, Op. Cit., p. 156.

estadunidenses tiveram maior sucesso em permitir a chegada da artilharia da Krupp no Brasil, encomendada em 1938, do que a sua própria indústria militar. No caso Siqueira Campos, os britânicos foram convencidos que a artilharia alemã da Krupp seria empregada na defesa de Natal. Infelizmente com esse incidente, as remessas das aquisições na Alemanha da maior parte do novo equipamento adquirido com a Krupp do Exército Brasileiro, achava-se estocado em território alemão, após ter sido pago com os marcos de compensação e alguma parte das reservas de libras esterlinas, além disso, a fonte alternativa que seria os EUA, “o material bélico mais indispensável... sem que até a presente data algo de concreto fosse conseguido”<sup>222</sup>, ou seja, passados dois anos (1940-1942), o Brasil ainda não tinha recebido as levas de armas prometidas. Somente peças de artilharia obsoletas, sem munição e sem os respectivos sobressalentes, estes tiveram que ser produzidos pela indústria nacional. Durante o treinamento da FEB, a remessa de 50% da dotação de uma divisão para treinamento que seria enviada ao Brasil, não foi entregue. Esta força expedicionária chegou à Itália sem armas norte-americanas, que deveriam ser entregues durante o seu treinamento na Vila Militar (RJ), este também não ocorreu na África setentrional francesa. Assim, chegaram sem qualquer contato com material estadunidense ao porto de Nápoles. Após o incidente do Siqueira Campos, até o general Dutra curvou-se à amizade norte-americana, assim, em 1940, foi o pêndulo crítico das relações Brasil-EUA para uma real aproximação e a sublimação das relações teuto-brasileiras, todavia o clima de incerteza perdurou em realidade até 1942, pela comprovada não entrega das prometidas remessas de armas pela MMA e a Comissão Militar Mista Rio-Washington. Devemos ter em mente que a participação direta do Brasil na Segunda Guerra Mundial teria um sentido muito mais político do que o objetivo militar.<sup>223</sup>

Após as consultas aos relatórios do ministro da guerra, estes apresentam uma síntese de como as Forças Armadas estavam no período da nossa pesquisa. E que sempre o Exército teve papel de relevo na tutela da sociedade brasileira. Na Era Vargas, as cooperações militares e a europeização da nossa doutrina romperam as amarras do regionalismo e da cooptação das forças políticas locais. Não só a Constituição foi reconstruída, em 1934 e 1937, todo o Estado Vargas remodelou o país, paralelamente o Exército foi reformado e formatado baseado nas grandes potências - alemães, franceses e por último norte-americano. Mas este reformismo sempre encontrou barreiras arcaizantes: “A ideologia modernizadora da oficialidade colidiu com a

---

<sup>222</sup> MCCANN, Op.Cit., 1995. p. 206.

<sup>223</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.65.

tenacidade das oligarquias agrárias regionais”<sup>224</sup>, mesmo com o Estado Vargasista impondo isto, a força regional permanece atuante e disputando o poder com os interventores. No período republicano inicial, o único corpo estatal que tinha atuação realmente nacional era o Exército Brasileiro. Após a concentração dos poderes nacionais no Estado Vargasista, essa tutela foi maximizada e se tornou parte do comportamento dos militares até a redemocratização após 1985.

Ainda que em 1942, tenhamos declarado guerra ao Eixo, a situação permanece nebulosa diante da não entrega de armas por parte dos estadunidenses, somente o torpedeamento de navios mercantes brasileiros jogam de vez os brasileiros a colaboração aliada. Neste momento os argentinos mobilizaram mais tropas na fronteira com o Brasil, isto gerou a Vargas a possibilidade de apressar a entrega de armas por parte dos norte-americanos utilizando dos informes militares do adido militar em Buenos Aires. O ministro da economia Souza Costa foi o encarregado de acertar os acordos de arrendamento das armas das Forças Armadas Brasileiras, do maquinário de Volta Redonda, da renovação da Estrada de Ferro Central do Brasil, apoio na construção de novas jazidas de matérias-primas estratégicas, com diria Vargas o “fundamental era a questão do suprimento de armas”<sup>225</sup> para agradar os militares que apoiaram o estabelecimento do Estado Novo em 1937. Vargas tinha total consciência que o Brasil era peça chave da defesa continental dos norte-americanos, estes pagariam a siderúrgica e a FEB para a cooperação política brasileira. A venda de armas, na Missão Souza Costa, era o núcleo de equipamentos da divisão blindada, o material do Batalhão de engenharia, armamento não produzido pelos nossos arsenais, medicamentos, e produtos químicos para abertura do laboratório farmacêutico militar, com entrega até meados de 1942, este acordo diplomático agradou em muito os militares.

Em 1942, a situação do Brasil no Estado de Beligerância com os alemães era preocupante, podemos resumir que para a defesa costeira de Salvador até Belém contamos com 52 canhões com calibre acima de .30 e somente 30 aeronaves de combate<sup>226</sup>, uma pequena força expedicionária tornaria nossas defesas deprimentes. Os militares acabaram convencidos que deveriam abandonar a esperança de receber seus materiais da Alemanha, e a promessa dos estadunidenses de ser o substituto de apoio bélico, somente ocorreria com envolvimento real na guerra em algum teatro de operações aliado. Para a mobilização total para a guerra, o Brasil poderia armar 150.000 homens, mas calcula-se a necessidade de munição de artilharia e das armas coletivas e viaturas teríamos a necessidade de importar 50% da dotação para um nível de

---

<sup>224</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.13.

<sup>225</sup> MCCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 212.

<sup>226</sup> MCCANN, Op.Cit., 1995. p. 236.

prontidão operacional.<sup>227</sup>

Podemos chegar a conclusão que, mesmo com toda a preocupação da montagem da defesa costeira, nossa maior conquista durante o período da pesquisa foi a obsoleta, incompleta e inservível artilharia que era oferecida pelos estadunidenses<sup>228</sup>. Dennison observa bem, e até esclarecer o porquê da insatisfação de Dutra na aliança com os norte-americanos, em matéria militar, haja vista que se a alta cúpula militar comparar os nossos equipamentos Krupp adquiridos entre 1937 a 1938, sistemas de armas de última guerra que os nazistas estavam usando em batalha na guerra moderna com as entregas que não ocorreriam antes do fim de 1941. Entenderemos porque Dutra foi contra a declaração de guerra ao Eixo em 1942.

### **3.4 O Marechal José Pessoa na função de Comandante da Artilharia de Costa**

Nesse momento, será decisivo abriremos espaço para discutir a atuação do marechal José Pessoa na função de comandante da Artilharia de Costa, utilizando-se da tese de doutorado do historiador Rafael Roesler<sup>229</sup>, visando entender a aplicação da Doutrina e das técnicas empregadas no sistema de armas e seu aperfeiçoamento com a Missão Militar Americana (1934). É importante entender como a oficialidade compreendia a defesa de nossos pontos estratégicos em sintonia com a Defesa Continental montada pelos americanos.

O marechal José Pessoa teve importantes atuações no movimento revolucionário de 1930, na modernização e na simbologia do Cadete de Caxias na Escola Militar do Realengo e como idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras.<sup>230</sup> O referido militar foi um dos mais influentes de sua geração. Descendente da tradicional aristocracia agrária nordestina, um legalista por excelência, mas paradoxalmente, teve papel de destaque no governo revolucionário varguista. José Pessoa combateu nos blindados franceses na Primeira Guerra Mundial, foi chefe dos bombeiros da capital Federal, presidiu o Clube Militar, participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e chefiou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Contrário ao golpe do Estado Novo, entrou em choque com a alta cúpula militar de Vargas, os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra o que levou a seu afastamento do centro do poder decisório e a assumir a Inspeção de Artilharia, uma chefia sem muito destaque no âmbito das

---

<sup>227</sup> MCCANN, Op.Cit., 1995. p. 298.

<sup>228</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p.47.

<sup>229</sup> ROESLER, Rafael. Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque – Vida e trajetória militar. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 2021.

<sup>230</sup> CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa. A força de um ideal. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

Forças Armadas Brasileiras naquela ocasião. Por fim, José Pessoa foi inserido no rol dos militares legalistas, ciosos do afastamento destes da política partidária, e foram degolados em seu projeto pós-Revolução de 1930. De acordo com McCann, “O desacordo com o então ministro da Guerra, Góes Monteiro, quanto à condução do caso da revolta dos cadetes no seu comando na Escola Militar do Realengo, acarretou sua substituição. Ainda assim, ele continuou a pressionar pela construção da nova academia em Agulhas Negras”.<sup>231</sup>

Comissionado na Inspetoria de Artilharia de Costa, a partir de 10 de agosto de 1934<sup>232</sup>, mesmo ano da assinatura do contrato da MMA, assume a Artilharia de Costa da Capital Federal, ainda que seja oriundo da Arma de Cavalaria, o que lhe causava espanto e indicava a preocupação de Vargas de manter possíveis aspirantes ao poder no seu círculo de convivência. As forças militares passavam por uma reorganização forçada de seus quadros. Pouco após assumir Executivo, o Governo Provisório pôs na reserva militares não alinhados com o Catete. De 24 generais-de-brigada, apenas sete escaparam à degola e mais quarenta coronéis foram reformados. Aos afastados coube celebrar o aumento que o Exército deu. A referida instituição passava por uma crise de liderança devido sua politização e poucas atividades eminentemente militares, ou seja, adestramento e exercício no terreno, convertendo as Forças Armadas em mais um ente da burocracia estatal.<sup>233</sup> O general José Pessoa, por coincidência no momento que assumiu o comando da Artilharia de Costa, também ocorreu no início da MMA.

Agora vamos apresentar um relato do biógrafo do Marechal Pessoa sobre a organização da Artilharia de Costa na República brasileira<sup>234</sup>:

A lei de organização dos quadros e efetivos do Exército para o tempo de paz, de 1934, estruturava a Artilharia de Costa da 1ª Região Militar em dois grandes agrupamentos. O primeiro deles, o Grupamento do Leste, estava sediado na Fortaleza de Santa Cruz e possuía um grupo e três baterias independentes de Artilharia, distribuídas pela fortaleza de Santa Cruz e fortes Marechal Hermes, São Luiz e Imbuí, todos no Rio de Janeiro. O outro grupamento, do Oeste, possuía a sua sede na Fortaleza de São João e era constituído por três grupos e uma bateria independente de Artilharia, distribuídos pela fortaleza de São João e fortes de Copacabana, da Lage e do Vigia, localizados no Distrito Federal. A lei previa, ainda, que o comandante da DAC da 1ª RM deveria acumular, provisoriamente, a Inspetoria da Artilharia de Costa, subordinada diretamente ao chefe do Estado-Maior do Exército. Sendo assim, José Pessoa ficava responsável, também, pela inspeção, instrução e organização de todas as unidades de Artilharia de Costa do Exército, marítimas e fluviais, inclusive as localizadas em outras regiões militares: dois grupos de Artilharia de Costa, sediados em Itaipu (São Paulo) e Coimbra (Mato Grosso); e quatro baterias

<sup>231</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p 441.

<sup>232</sup> ROESLER, Op. Cit, p. 512

<sup>233</sup> MCCANN, Op. Cit., 2009, p. 357.

<sup>234</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021, p. 513.

independentes, sediadas nos fortes de Paranaguá (Paraná), Marechal Luz e Marechal Moura (ambos em Santa Catarina) e na distante cidade de Óbidos (Pará).

O Plano de Fortificações existente em 1934, era o mesmo concebido em 1910, que incluía a ampliação dos canhões de penetração na entrada da barra da Guanabara no Distrito Federal e as baterias independentes destinavam-se a defesa de portos estratégicos ou o ponto mais estreito do Rio Amazonas, no caso Óbidos. Idealizado e projetado pela Comissão de Defesa de Litoral<sup>235</sup>. As novas posições armadas com obuseiros de costa são as seguintes: Morro do Pico, que recebeu a denominação de Forte São Luiz, do Complexo da Fortaleza de Santa Cruz e outra posição foi o Morro do Vigia, futuro Forte Duque de Caxias e a construção de fortes mais modernos com canhões retirados de navios da esquadra: Macaé (RJ), Óbidos (PA), Paranaguá (PR), de todos somente o Macaé saiu do papel, com a denominação de Forte Marechal Hermes. Trataremos mais particularmente cada fortificação em capítulos posteriores, ou seja, todo o sistema defensivo existente em tempo de paz da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar e das quatro baterias independentes de pontos estratégicos do território nacional existente e aperfeiçoadas com a MMA entre os anos de 1934 a 1942.

Segundo Roesler<sup>236</sup>, a Artilharia de Costa não foi matéria da Missão Militar Francesa, está apenas concentrada nas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais e no aprimoramento dos quadros de Estado-Maior. Decorrido alguns desentendimentos diplomáticos entre a França e o Brasil, acelerou-se a contratação da missão americana em 1934. A aproximação militar com os estadunidenses foi resultado dos sucessivos acordos comerciais e expansão da pauta de exportações com os estadunidenses, a missão militar torna-se mais um campo do poder nacional entrelaçado nas relações internacionais: “A partir daí, iniciou-se uma aproximação com o governo norte-americano, que resultaria na vinda para o Brasil de uma missão americana com o objetivo de cooperar com o desenvolvimento da artilharia de costa brasileira”<sup>237</sup>.

O material bélico utilizado na defesa da Costa Brasileira e suas fronteiras eram oriundos dos mais diversos matizes, não havia uma padronização para o emprego, tendo em vista os calibres, a pólvora utilizada e os alcances, ou seja, cada fortaleza possuía seu *Modus Operandi*. Acreditamos que um dos principais motivos para a ocorrência da MMA, seja a referida padronização da doutrina e do material bélico da Artilharia de Costa.

Voltemos agora à coincidência da assunção do general José Pessoa no cargo de Inspetor

---

<sup>235</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 432.

<sup>236</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021, p.514.

<sup>237</sup> BELLINTANNI, Op. Cit., 2009, p. 309.

da Artilharia e o início dos trabalhos da MMA, está no seu primeiro ano de atuação já tinha inspecionado o material e as fortalezas da Guarnição Militar da Capital Federal ROESLER<sup>238</sup>. A MMA logrou em seu prelúdio a construção de um sistema de controle de tiro, nomeado Hohenthal, em homenagem a um dos oficiais americanos que desenvolveu o projeto.<sup>239</sup>

O Marechal José Pessoa cumpriu seu papel institucional, inspecionando todas as unidades de artilharia de costa durante a comissão que lhe foi investido. Na visão de Pessoa, o ponto mais estratégico da Artilharia era o Forte Coimbra, acredito que seja devido ao isolamento da região da fronteira oeste brasileira e por conta da recente Guerra do Chaco (1932-1934). Sua importância era tamanha que: “Apesar de haver uma comissão nomeada para o estudo, Pessoa tratou de acompanhar *in loco* os trabalhos em Coimbra, como noticiavam alguns jornais da Capital Federal.”<sup>240</sup>

Em sua Inspeção junto à MMA, orientou um estudo do melhor emprego das características topométricas e de utilização dos armamentos disponíveis no 5º Grupo Independente de Artilharia de Costa (GIAC), tudo com vista a defender a fronteira fluvial que estava com litígios à época, apresentando uma mescla de artilharia móvel com melhor calibre e alcance das armas, dificultando a localização e destruição por um possível invasor da fronteira subindo o rio Paraguai, substituição da artilharia por calibre maior e adequação das instalações no valor de 370:000\$000 (trezentos e setenta milhões de réis), que podia ser “encarada como uma pequena despesa em face de obras de tal vulto”, segundo Pessoa<sup>241</sup>.

Outra fortificação que foi fruto de inspeção e atenção prioritária por Pessoa foi a Artilharia de Costa de Óbidos, no Pará. Região de rarefeita população, mais de grande cobiça internacional. Os principais pontos de preocupação por parte do general Pessoa durante suas inspeções nas guarnições militares: as questões fronteiriças com as Guianas, por serem territórios ultramarinos de nações poderosas europeias. A Alemanha, o Japão e o “Grande” da América do Norte poderiam realizar operações navais na foz do Amazonas e assumir o controle das principais entradas da Amazônia. A Argentina era vista como possibilidade remota de invadir a fronteira norte Brasileira, ou até mesmo uma operação naval, já que teria condições logísticas de suportar duas frentes, uma, no local da invasão mais, a defesa de seu próprio país.

Na visão do Inspetor, a defesa da costa amazônica era bastante deficitária com a existência de uma única unidade de artilharia em todo o teatro de operações amazônico, a Bateria independente de Óbidos seria a melhor defesa até que as melhorias fossem adequadas e unidades

---

<sup>238</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021. p. 515-516.

<sup>239</sup> FORTES, Op. Cit., 2001, p. 173.

<sup>240</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021. p. 519.

<sup>241</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021. p 525.

de artilharia de costa fossem criadas nas fozes dos rios Pará e Amazonas, no perímetro de segurança militar da cidade de Belém<sup>242</sup>.

Tanto em Coimbra, como em Óbidos, foram realizados relatórios por parte da Missão Militar Americana. Tínhamos pessoal adequado e as fortificações nas posições equacionadas com a Inspeção do general Pessoa. Entretanto, o material, a instrução e a doutrina não estavam desenvolvidas em sua plenitude:

Quanto à instrução, era deficiente, em decorrência da falta de equipamentos apropriados, como os já citados aparelhos de pontaria adequados, e do desconhecimento das técnicas costeiras de tiro, por sargentos e oficiais que não possuíam, até aquele momento, os cursos do CIAC.<sup>243</sup>

Após inspeção e relatórios sobre as fortificações fronteiriças fluviais, o General Pessoa centrou sua atuação no 1º DAC (Distrito da Artilharia de Costa), que tinha como principal objetivo a defesa da Capital Federal, provável local de invasão estrangeira e ponto mais importante na defesa continental sulista por parte do Brasil. Em um de seus atos administrativos e seguindo o *ethos* militar, coroou a transformação do Forte da Vigia em Duque de Caxias por ocasião da passagem do dia do soldado.<sup>244</sup>

Podemos observar que Pessoa, seguiu durante seu período na Inspetoria de Artilharia de Costa, as mesmas características que marcaram seu comando na Escola Militar do Realengo, de criação de toda uma mística e comemoração dos vultos militares e conjecturas históricas poucos tratadas pela sociedade da historiografia militar, como a placa no Forte da Laje, após reforma de monumento, lembrando que José Bonifácio ali permaneceu preso após a noite de agonia.<sup>245</sup>

Com relação à Defesa Nacional, tinha posição crítica à concessão e arrendamento de terras aos estrangeiros residentes nas fronteiras e nos pontos estratégicos que facilitariam possíveis invasões ao território brasileiro, em sintonia com a postura nacionalista do primeiro governo Vargas. E tratou também sobre a falta de infraestrutura, como saneamento e saúde aos amazônidas e a carente logística, citamos a título de exemplo o presenciado por Pessoa em sua Inspeção à Óbidos: “ocasião em que fazia mais de um mês que nenhuma embarcação da Lloyd

---

<sup>242</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021. p 527.

<sup>243</sup> ROESLER, Op. Cit, p. 527-528.

<sup>244</sup> ROESLER, Op. Cit., p. 529.

<sup>245</sup> A noite da agonia foi um episódio da história do Brasil Império, ocorrido na madrugada de 12 de novembro de 1823, durante a Assembleia Constituinte, no Rio de Janeiro, que estava encarregada de redigir a primeira Constituição do Brasil. D. Pedro I mandou o Exército invadir o plenário da Assembleia Constituinte, que resistiu durante horas mas não conseguiu evitar sua dissolução. Vários deputados foram presos e deportados, entre eles os irmãos Andradas, José Bonifácio (o Patriarca da Independência), Martim Francisco e Antônio Carlos.

aportava no local. Urgia, portanto, a quem fosse de direito, sanar essa lacuna. Uma das soluções que apontou ser viável, seria impulsionar a aviação naquelas regiões, especialmente nos eixos dos rios Solimões, Madeira e Negro”<sup>246</sup>.

Por tudo assinalado, na passagem do general Pessoa na Inspetoria da Artilharia de Costa, ele foi mais uma voz do Alto Comando que se voltou contra as posturas dos generais Góes Monteiro e Dutra, principalmente após a declaração de guerra aos regimes totalitários e constante presença na opinião pública contra possíveis estrangeiros que agredisse a Segurança Nacional ou alinhados com possíveis invasores estrangeiros ao Brasil, além de crítico a decretação do Estado Novo. O general foi exonerado do Comando da Artilharia de Costa, agradeceu ao apoio da MMA durante o transcurso do seu comando de 1934-1937. Em sua “ordem do dia” de passagem do Comando da Artilharia, apresentou críticas indiretas ao Alto Comando do Exército, tendo como direção o general Dutra e Góes Monteiro, pelo apoio ao golpe do Estado Novo.

---

<sup>246</sup> ROESLER, Op. Cit., 2021. p 530-531.

## Capítulo IV – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-EUA

O objetivo desse primeiro capítulo foi desenvolver um estudo sobre a evolução das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos da América no transcurso da Era Vargas (1930-1945), período em que se insere a contratação da Missão Militar Americana (MMA). Entretanto, para entendermos esse processo das Relações Internacionais Brasil-EUA, como o intitulado no capítulo seis de McCann<sup>247</sup> “A porta aberta”, teremos que voltar aos princípios do século XX, quando a nação britânica deixou de ser o principal sistema de poder econômico a influenciar a política externa brasileira, ocorrido após o início da Primeira Guerra Mundial e aumentando no transcurso do conflito. Literalmente podemos perceber isso na balança de pagamentos, quando as importações de manufaturados passaram a ser maiores com relação aos EUA dos que com os britânicos, ou seja, no período entre guerras a influência britânica quase desapareceu e a norte-americana se consolidou como o grande investidor de divisas, cultura e parceria, tornando-se os gigantes continentais do norte e do sul do Novo Mundo.<sup>248</sup>

Numa retrospectiva destas relações, a influência cultural norte-americana começou seu processo de expansão na passagem do século XIX para o XX, tanto que este último é denominado como o século dos Estados Unidos da América. Buscando apoio na bibliografia, podemos observar Moura<sup>249</sup>, onde a penetração da cultura e do modo de vida estadunidense torna-se perceptível nos “modismos culturais ligados à juventude que atravessaram fronteiras e aqui se estabeleceram com os nomes de origem”. Seguindo ainda o debate de Gerson Moura, até o surgimento do movimento republicano no Brasil, em 1870, os britânicos ainda tinham hegemonia nas relações exteriores com o Brasil, quando do início da crise imperial vemos pouco a pouco novas potências emergentes disputando o mercado brasileiro, principalmente estadunidenses, alemães e franceses, que buscavam através de suas embaixadas apresentar contratos comerciais, produtos culturais e possíveis interações militares e industriais, só diminuiriam sua entrada no mercado brasileiro com a Primeira Grande Guerra.

No prelúdio do movimento revolucionário de 1930, os norte-americanos já eram nosso principal parceiro comercial, também era nosso principal credor internacional, necessário a qualquer nação agroexportadora que sofre com as oscilações dos preços das commodities

---

<sup>247</sup> MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estado Unidos: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 125.

<sup>248</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822-1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

<sup>249</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 7.

principalmente entre 1930 até irromper a Segunda Guerra Mundial, tiveram crises graves no Brasil: colapso financeiro, com constantes negociações de moratória da dívida externa, insurreições político-militares, surgimentos de movimentos totalitários no Brasil. Os Britânicos ainda se recuperam da Grande Guerra, os alemães já disputavam mercados internacionais com os EUA. Assim, novos parceiros e disputas pelo mercado brasileiro iriam definir a política externa.

Todavia devemos nos ater que em toda a América Latina, entre os anos 20 e 30 do século XX, teríamos como característica a perda da influência britânica e um contínuo crescimento nas trocas comerciais, industriais e militares com os alemães e os estadunidenses. Já na matriz ideológica, vemos o duelo das três vertentes, liberalismo-democrático, totalitarismo-fascista e o socialismo-marxista, estas buscavam espaço e domínio na América Latina, até mesmo nos Estados Unidos. A grande disputa no cenário brasileiro será entre as potências emergentes à época, os EUA e a Alemanha, que estão com viés autoritário, e em manobras políticas para pôr fim à República de Weimar. A Alemanha da década de 30 do século XX, buscava acordos econômicos com marcos de compensação, tendo em vista sua retomada econômica, após a depressão mundial e um nacionalismo militarista. Já aquela, tenta expandir seu modelo de democracia liberal e livre comércio por toda a América, ou seja, tanto o Brasil, como toda a América Latina será palco de disputas comerciais, políticas e ideológicas, em um momento que a maioria dos seus governos são autoritários e buscam proteger suas economias agroexportadoras e uma industrialização por substituição das importações.

#### **4.1 Ascensão dos regimes totalitários europeus e suas influências na equidistância pragmática.**

Devemos recordar que até a Primeira Guerra Mundial, o clima de felicidade e *Pax* da “*Belle Époque*” criava a falsa ilusão que o capitalismo teria uma expansão limitada. Que era contraposta pelos comunistas que viam ciclos inevitáveis de superprodução.

Neste momento, os estadunidenses assumiram a dianteira e somente após a guerra voltaram a rivalizar com os alemães e não mais os britânicos. Também devemos lembrar que os Estados Unidos foram os maiores beneficiários da Primeira Guerra Mundial. Na maioria da Europa, após este contenda ocorreu uma drástica queda na produção industrial e agrícola, desemprego e inflação. Os EUA tornou-se a nação mais próspera do Mundo na década de 1920. A sociedade estadunidense configura-se assim com a da abundância e do consumo em massa de eletrodomésticos com o crediário facilitado. A riqueza e o prazer em exagero levam a população americana à especulação na Bolsa de Valores e investimentos acima de suas possibilidades. Os

Republicanos comandava a postura isolacionista e afastou os EUA dos problemas europeus e da Sociedade das Nações. O protecionismo econômico estadunidense, atrelado a uma época de futilidades, trapanças e homens crentes na riqueza infinita desmoronaram o mundo inteiro em uma crise econômica ou a Grande Depressão Americana. O executivo estadunidense ainda acreditava em possível recuperação e mantiveram a fé na capacidade econômica norte-americana. Somente com a ascensão de Franklin Roosevelt, foram adotadas medidas intervencionistas para mitigar e amparar os desempregados. Em quatro de março de 1933, Roosevelt assumiu a presidência com uma coligação dos partidos e inspirado no economista inglês Lord Keynes, que propunha uma intervenção do Estado com grandes obras públicas e criação do Estado de Bem-Estar Social, materializado no New Deal, um plano reformista de luta contra o desemprego, o saneamento da agricultura e o revigoramento econômico, através do subsídio às empresas que estavam a beira da falência e da construção de obras públicas da infraestrutura estadunidense. Assim, podemos analisar que na década de 1920, a economia mundial tinha ampliado uma interdependência dos Estados-Nações no aspecto econômico, já que os EUA era o maior credor e investidos nos países europeus e latino-americanos, principalmente no transcurso da Primeira Guerra. Quando o mundo apresentava uma pequena recuperação após este conflito, temos a crise econômica que faz o crédito norte-americano desaparecer e uma falência numerosa de empresas e bancos, criando milhões de miseráveis pelos países periféricos, incluindo aí o Brasil, ou seja, a desconfiança generalizada no liberalismo econômico e na democracia parlamentar levaram a opinião pública apoiar a criação de regimes totalitários, onde o Estado Forte suprimiu a democracia com apoio popular, mesmo com a diminuição de seus direitos e liberdades. Com isso, o Liberalismo econômico abriu alas ao nacionalismo econômico, o mercado fechou-se aos importados e o populismo, tutela do Estado e culto ao líder da Nação dominou alguns Estados europeus e latino-americanos. Se o mundo após a Primeira Guerra Mundial sofreu mudanças drásticas, com o surgimento de novo eixo político-econômico na América do Norte (EUA) e na Ásia (Japão), as antigas potências imperialistas europeias viam o florescer dos movimentos nacionalistas afro-asiáticos de contestação do regime colonial.

A crise de 1929 que foi atrelada ao liberalismo econômico exacerbado e às potências econômicas democráticas gerou o caldeirão ideológico para o surgimento de novos regimes e movimentos políticos de viés fascista. A Grande Depressão acentuou os antagonismos criados com a Primeira Guerra, provocando a necessidade de rearticulação no quadro internacional, o que terminou produzindo a Segunda Grande Guerra. “Esta Guerra, de fato, é uma continuação da

anterior<sup>250</sup>. Os valores liberais começaram a ser contestados. Os governos democráticos se mostravam impotentes frente às crises econômicas que aguçaram as insatisfações sociais e pauperizavam os setores que mais se agarravam aos valores liberais: as classes médias. Era necessário esmagar as forças militantes dos setores laborais, foi nesse momento que os grandes industriais europeus recorreram ao fascismo ou as ideias totalitárias<sup>251</sup>.

A vitória do fascismo italiano e ascensão do Partido Nacional-Socialista, de Hitler, devem-se a perda da credibilidade no liberalismo clássico e uma nova opção de governo que não seja a comunista, ou seja, o fascismo foi uma alternativa a manutenção do domínio dos grandes capitalistas e uma forma de fazer frente aos avanços sociais e ao comunismo, disfarçando o Capitalismo do Estado tutelar dos trabalhadores. O primeiro país a constituir-se em estado fascista foi a Itália, que em seu prelúdio era apenas um agrupamento político. Os pioneiros do regime italiano totalitário denominavam-se *Fasci di combattimento*, pois suas milícias usavam como símbolo o *fasci*, feixes de varas. Em grupos, andavam uniformizados de camisas negras, e bradavam as místicas dos ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, e dos hábitos culturais das classes médias empobrecidas, organizadas sob rígida hierarquia e disciplina. Por volta de 1919, Mussolini, um ex-socialista, fundou o partido Fascista e as tropas de choque, com poder de polícia e atuavam com violência. Em 1922, houve um desentendimento no parlamento e ocorreram batalhas entre fascistas e os trabalhadores socialistas, em greve geral. Neste interregno, Benito organiza a Marcha sobre Roma, tomam o poder, no entanto, o Rei Vítor Emanuel III não reprimi a Marcha e esta ideologia começa a designar uma forma de governo e a constituição de um Estado-Nação, sendo estendidos a todos os movimentos políticos e aos Estados que se assemelhavam ao modelo italiano, principalmente a partir de 1927, toda a doutrina fascista é materializada pela *Carta del Lavoro*, modelo para a Legislação trabalhista Brasileira do Estado Novo. Além de modelo doutrinário aos seguintes regimes: o Franquista na Espanha, em 1936 e o de Salazar, em Portugal; Certos partidos totalitários da França, do princípio de 1930 e o nacional-socialismo de Hitler, em 1933, na Alemanha.

O Nazismo foi o totalitarismo extremado e com um plano sistemático de extermínio de minorias. Podemos inferir que o fascismo e o socialismo soviético teriam uma certa semelhança de negar a democracia e as liberdades individuais, onde tudo seria resumido ao Estado forte. Entretanto, o socialismo marxista pregava a ditadura do proletariado, enquanto o fascismo

---

<sup>250</sup> CHURCHILL, Winston. Discurso feito no parlamento britânico, em 21 de agosto de 1941.

<sup>251</sup> Conjuntos de ideias que formalizaram um regime político no qual inexistia a separação de poderes, ficando a totalidade do poder concentrada numa só pessoa ou num só partido. CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: n. 15. ano VIII, abr. p. 15-21.

procurava eliminar a luta de classes subjugando seus trabalhadores a tutela e a conquista dos objetivos nacionais permanentes da nação fascista. O socialismo era internacionalista e propunha a destruição do capitalismo. Já o regime fascista era desejoso de uma grandeza nacional, de exaltação histórica de seu povo e sua raça, atrelado a manutenção do funcionamento de um sistema econômico capitalista-trabalhista.<sup>252</sup>

O fascismo surgiu, na verdade, como antítese das contradições da lógica capitalista, e encontrava-se ameaçado pela crise aguda de 1929, ou seja, através de um Estado forte, buscou-se diminuir os salários, seguros sociais e as liberdades para pôr fim às agitações e recuperar a ordem social perdida com a crise econômica sistêmica, com o Estado fornecendo ajuda às empresas à beira da falência, com subsídios, subvenções, construções de obras públicas e compra de armas e equipamentos. O aparecimento destes grupos de extrema-direita, compostos por ex-militares, profissionais liberais e estudantes desempregados, decorria do achatamento das classes médias com a concentração do capital no setor financeiro-industrial. Na Itália e na Alemanha, no princípio do totalitarismo, os setores da indústria pesada e dos banqueiros foram os principais apoiadores de sua chegada ao poder, tendo em vista a ociosidade da cadeia produtiva. Isto tudo, leva o apoio dos setores produtivos de uma tutela do movimento operário por parte do Estado que garantisse produção em ritmo acelerado e a redução dos salários e aumento da jornada de trabalho.<sup>253</sup>

O fascismo caracterizou-se por amplos movimentos de massa, cujos líderes não pertenciam às elites tradicionais. As levas de fascistas eram de ex-combatentes da Primeira Guerra que não tinham sido reintegrados ao mercado de trabalho e a vida em sociedade. Homens que foram jogados à míngua pela crise econômica mundial e alguns desiludidos com os movimentos socialistas de seus países. As lideranças fascistas eram semelhantes à maioria da população com ares plebeus, a criação do mito, em Mussolini e Hitler, deve-se muito à propaganda, fazendo-os líderes e personagens intocáveis, ou seja, o homem da providência divina, onde o povo poderia confiar sem pestanejar e atrelados às aspirações da sociedade e aos discursos acalorados que conduziam ao povo.<sup>254</sup>

A crise generalizada das indústrias, dos meios de comunicação, da política, da guerra, levou o povo ao desespero pela procura de figuras carismáticas que ganharam força com a imposição da agenda fascista, em títulos pomposos como *Duce* e *Führer*: “O fascismo pratica a religião da pátria” e se despreza a inteligência crítica, livros indesejáveis, propaga-se a atividade

---

<sup>252</sup> COSTA, Sandra Regina; COSTA, Carlos Odilon; GOMES, Vilisa Rudenco. Teorias fascistas: discutindo o fascismo em sala de aula. Revista Maiêutica, Indaial, v. 5, n. 01, 2017, p.80.

<sup>253</sup> COSTA, Op. Cit., 2017, p.83.

<sup>254</sup> COSTA, Op. Cit., 2017, p.85.

física e a preparação ao conflito armado. E o sistema de segurança coletiva internacional não foi suficiente para solucionar, por meios pacíficos, os antagonismos criados pela Grande Depressão e a crise do sistema liberal do mundo ocidental. Na Itália, o militarismo era um sinônimo do regime fascista e a propaganda foi talvez a melhor das armas empregadas pelo fascismo para a chegada ao poder.

Já na Alemanha, desde os primórdios prussianos, os militares eram uma sociedade a parte e independente do poder civil, após a derrota na Primeira Guerra e a assinatura do Tratado de Versalhes e a ocupação da Alemanha, as milícias nacionalistas mantiveram a tradição militar advinda do Império alemão, o nazismo só veio exacerbar esse militarismo e nos combates contra os socialistas. O Nazismo, além de um estado totalitário, também tinha um componente racista: “A mistura do sangue e o abaixamento, por ela ocasionado, do nível da raça são a causa única da morte das civilizações antigas; pois os homens não perecem perdendo guerras, mas perdendo essa força de resistência que é própria apenas do sangue puro”<sup>255</sup>. A partir daí criou-se o mito racista dos arianos, mas devemos recordar que as lideranças nazistas em nada se assemelhavam à “raça ariana”. O componente racista tem sua gênese na segunda metade do século XIX, com o neo-germanismo que levou a unificação alemã e permaneceu impregnada na burguesia e na nobreza alemã e influenciou as camadas populares na década de 1930 que habilmente converteu o anticapitalismo em antissemitismo. O resultado dessa manipulação de sentimentos e informações levou aos genocídios das minorias étnico-culturais no transcurso da Segunda Guerra Mundial.

Passaremos a abordar os estados totalitários no contexto da nossa dissertação. A crise do sistema liberal mergulhou o Reino da Itália na bancarrota e o estado fascista começou a sofrer críticas na opinião pública, era necessário aprofundar o estado dominador. Então, aos meados de 1934, Mussolini aprofundou o Corporativismo entre empregador e trabalhadores unindo-os em sindicatos, com representantes do estado fascista com voto de Minerva nas relações trabalhistas, ou seja, os fascistas italianos dominavam toda a cadeia de produção e a vida da sociedade. Montando uma economia de guerra, um programa de modernização e autossuficiência econômica em alimentos e em sua infraestrutura. Apesar dos esforços, a Itália continuou subdesenvolvida e com uma precária agricultura e grande parte dos investimentos em gastos militares e a população com baixa qualidade de vida. O desenvolvimento industrial italiano foi financiado pelos bancos com bônus a longo prazo que a partir de 1936, tornaram-se compulsórios a montagem da máquina de guerra. A população assistiu ao aumento do custo de

---

<sup>255</sup> HITLER, Mein Kampf. Trad. Antônio Rodrigues. Ed. Guerra e Paz. Lisboa (2016 (1925)) p.13-105.

vida e crises de abastecimento para a preparação militar italiana. Podemos observar na figura abaixo a características do Estado totalitário, sua militarização e praticamente obediência cega.



Fonte: Coleção 70º aniversário da 2ª GM, v.1. São Paulo: Abril Coleções, 2009.

Com relação aos alemães, em 1933, Hitler aproveitou-se do desgoverno da República de Weimar, assumindo através das eleições, a função de chanceler e como presidente o envelhecido Marechal Hindenburg. Apoiado pelo parlamento, acumula ambos os cargos e inicia a construção do totalitarismo na Alemanha. Após o incêndio do Reichstag, atribui a causa aos comunistas e socialistas que logo seriam presos. Iniciou uma faxina política na polícia, nas forças armadas e o fechamento de partidos políticos opositores, bem como sindicatos ou qualquer associação não alinhada aos nazistas. Em 1934, o Partido Nazista ocupava todos os cargos estatais, agora o Grande Capital e o exército queria acabar com o prestígio adquirido pelas milícias nazistas, chamadas de Seções de Assalto (SAs). Em 30 de julho de 1934, Hitler ordena ao exército e a S.S.<sup>256</sup> (elite nazista da SA), que massacrem os membros comunistas da S.A., evento que entrou para história como “noite das longas facas”. O Nazismo assumiu total controle da máquina político-administrativa da Alemanha, com a polícia política, o terror e a propaganda. Iniciam-se os campos de concentração de opositores políticos e os meios de comunicação são controlados pelo partido nazista.

Embora perseguidor dos comunistas e autointitulado anticapitalista, o totalitarismo alemão manteve a propriedade privada, mas com forte intervencionismo estatal, com as comunidades de trabalho que uniam patrões e empregados. Greve era prática criminosa, salários

---

<sup>256</sup> KOEHL, Robert Lewis. História revelada da SS. 2 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021. p.4. A Schutzstaffel, nome abreviado em SS, foi uma organização paramilitar ligada ao Partido Nazista e a Adolf Hitler na Alemanha Nazista e mais tarde na Europa ocupada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial

baixos e uma série de contribuições deveriam ser dadas à causa nazista. A economia foi planificada com os Planos de Quatro Anos, tendo por metas a redução do desemprego, graças a incorporação de milhões de alemães ao exército, polícia política, burocracia estatal e o Estado Nazista, além de grandes obras na infraestrutura nacional e no rearmamento alemão com a indústria pesada. O segundo plano de 1936, criou os marcos de compensação para toda a preparação a uma guerra iminente. Aquisição de matérias-primas, subsídio estatal e prioridade nos insumos da indústria bélica.

Por conseguinte, as medidas adotadas pelos estados totalitários, acabaram por dilatar os antagonismos com as demais potências capitalistas europeias. O Crescente nacionalismo econômico, tendo por ideal a autossuficiência e a militarização da sociedade e da indústria, criou-se um ambiente de disputa internacional e de corrida armamentista. Foram criados dois grupos que opunham totalitarismo e democracia, ambos rivais do comunismo russo. Como não tínhamos acordos diplomáticos entre as nações democráticas ocidentais, estabeleceram os nazistas, o Pacto Germano-Soviético de Não-Agressão, que adiou a entrada da URSS na Segunda Guerra Mundial.<sup>257</sup>

O prelúdio para os acontecimentos que levaram o mundo à Segunda Guerra Mundial foi a crise que estourou no Extremo Oriente em 1931: a conquista da Manchúria pelo Japão, este abandonou a Sociedade das Nações após boicote internacional. No cenário europeu, Hitler iniciou uma escalada expansionista da raça alemã ao “espaço vital” do III Reich<sup>258</sup>, em meio às crises mundiais se retira da conferência de desarmamento de Genebra em 1932, não realiza mais os pagamentos das reparações da Primeira Guerra e retoma o rearmamento do país, em 1935, inicia a reconstrução do exército, da frota e aviação de guerra seguindo sua meta de destruição do *Diktat* de Versalhes. A Itália, em 1935, realiza uma invasão à Etiópia, cuja conquista foi realizada em um ano<sup>259</sup>. Em 1936, os alemães militarizam a Renânia, declarada desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes. Neste momento, podemos identificar o erro das nações aliadas em não barrar o avanço alemão, mea-culpa nos isolacionistas estadunidenses e do primeiro-ministro inglês que não desejava jogar novamente à Europa em uma guerra. Ambas nações utilizam a Guerra Civil Espanhola<sup>260</sup>, em 1936, como campo de testes de suas armas produzidas com a

---

<sup>257</sup> GELLATELY, Robert. A maldição de Stalin: O projeto de expansão comunista na Segunda Guerra e seus ecos para além da guerra fria. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 97.

<sup>258</sup> EVANS, Richard J. Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha pós-guerra. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 496p.

<sup>259</sup> MARQUES, Alexandre Konrausch. “A questão Ítalo-Abissínia”: os significados atribuídos à invasão à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p.55.

<sup>260</sup> SOUZA, Ismara Izepe de. A diplomacia brasileira e a Guerra Civil Espanhola. In: Jose Carlos Sebe Bom Meihy. (Org.). Guerra Civil Espanhola 70 anos depois. São Paulo: EDUSP, 2011, v. 1, p. 139-156.

renovação da indústria bélica ítalo-germânica, além de formalizarem o Pacto que gera o Eixo Roma-Berlim. Também, secretamente, o Eixo Roma-Berlim-Tóquio assinam o Pacto Anti-Komintern, porém para a opinião pública expressava aversão ao liberalismo. O Japão retomou a expansão do seu Império com a invasão a Nanquim, em 1937, permanecendo neste país até 1945. Todavia, foram as sucessivas anexações de territórios e a invasão da Polônia, entre 1938 a 1939, que levaram as nações aliadas declararem guerra à Alemanha e iniciava-se a Segunda Guerra Mundial.

Em nossa pesquisa, iremos tratar apenas da primeira fase da 2ª GM, nas operações bélicas da Europa e África, mais atinentes à defesa do Saliente Nordeste e que influíram na aliança com os estadunidenses, na doutrina e no material trazidos pela Missão Militar Americana (MMA). Vejamos os principais acontecimentos nesta fase, marcada pela expansão e contenção do Eixo e o início da contraofensiva dos aliados, a seguir: entre setembro de 1939 a junho de 1942, a guerra-relâmpago ou *Blitzkrieg*<sup>261</sup>, no teatro europeu, resultou na invasão da Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, parte da França; O governo colaboracionista de Vichy e a Resistência liderada por De Gaulle. Neste período, em particular no ano de 1940, a Inglaterra liderou sozinha o teatro europeu e a batalha no canal da Mancha levou a pesadas perdas com os bombardeios e ataques dos submarinos alemães. Através do pacto Molotov-Ribbentrop<sup>262</sup>, os soviéticos aproveitaram a guerra na Europa Ocidental e ocuparam a Estônia, Letônia, Lituânia, parte da Polônia, a Romênia e o Istmo da Carélia, na Finlândia, eles já anteviam uma impossibilidade de os alemães não atacar a URSS. Tivemos também o fracasso dos italianos no Norte da África e na Grécia que levou a intervenção nazista nos balcãs. Assim, anexaram a Iugoslávia e a Grécia e o *Afrika Korps*<sup>263</sup> dominaram o Egito.

Nesta primeira fase do conflito, dois pontos nevrálgicos vão selar os destinos da Segunda Guerra Mundial, ocorridos em 1941: a invasão da URSS pela Alemanha e o ataque japonês à base de Pearl Harbor (Havaí). Os japoneses levaram os estadunidenses a abandonar seu isolacionismo e assumir a dianteira das forças aliadas, mas não devemos esquecer que após a

---

<sup>261</sup> RODRIGUES, Luiz Fernando Confessor. A guerra relâmpago (Blitzkrieg) alemã: da teoria à capacitação estratégica, tática e tecnológica bélica e militar ao êxito nos campos de batalha (1939-1940). 2015. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.13.

<sup>262</sup> PORFÍRIO, Manuel António Ferreira de Almeida. Análise da política externa soviética na década de 1930, da ascensão de Hitler ao poder até à assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop em 1939. Enquadramento desta na teoria das Relações Internacionais do realismo ofensivo e análise quanto à forma como se enquadra na teoria. Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. p.47.

<sup>263</sup> O Afrika Korps foi a força expedicionária da Alemanha durante a Campanha do Norte da África na Segunda Guerra Mundial. AURÉLIO, Daniel Rodrigues. Segunda Guerra: A História Oficial e seus heróis anônimos. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

invasão da França, os EUA já viessem ajudando os ingleses e russos com a Lend Lease<sup>264</sup>. O Lend-Lease Act (também conhecido como Lend-Lease Bill) foi aprovado pelo Congresso estadunidense em março de 1941.

Através deste instrumento jurídico, o Presidente dos Estados Unidos podia, discricionariamente, vender, arrendar, emprestar ou trocar armas ou outros equipamentos para defesa com qualquer país, “cuja defesa o Presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos”<sup>265</sup>

Com os ingleses também firmaram a Carta do Atlântico, assinada entre Roosevelt e Churchill, condenando as ações do Eixo e propagando a necessidade de o mundo restituir a soberania e a autodeterminação dos povos dominados pelo uso das armas.

Terceiro - Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual querem viver (...) desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que foram despojados pela força.<sup>266</sup>

Em 1942, o Eixo atingiu o máximo de seu território conquistado: na Europa, os Nazistas chegaram nas imediações de Moscou; na África, Rommel chega nas proximidades do Suez; na Ásia, os japoneses dominam grande parte da Indochina e preparam-se para invadir a Índia e a Austrália.

Por volta de meados de 1942, o Eixo começa a sua contenção e marca o princípio da tomada da iniciativa ofensiva pelas nações aliadas, muito devido à máquina de guerra montada pelos EUA e a obstinação do regime comunista da URSS. Em junho de 1942, os norte-americanos paralisaram a ofensiva nipônica derrotando-os na Batalha de Midway, e também em *Guadalcanal*, nas Ilhas Salomão, criando um bloqueio à invasão japonesa da Austrália. O regime soviético realiza uma contraofensiva e cerca o que resta do faminto e abandonado exército alemão que atacava Stalingrado, obrigando-o a capitular no ano seguinte. No Egito, os ingleses derrotaram o Afrika Korps em *El-Alamein* com um posterior desembarque

---

<sup>264</sup> LEWINSOHN, R. (2022). Administração contra a inflação: As novas diretrizes econômicas do presidente Roosevelt. *Revista Do Serviço Público*, 2(3), p.11. Recuperado de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP>

<sup>265</sup> ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um Envolvimento Forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2002. p.117.

<sup>266</sup> Trechos da Carta do Atlântico. MELLO, R. F. de, Textos de Direito Internacional e de História Diplomática de 1815 a 1949, Rio de Janeiro, 1950. p. 592-593.

de uma força expedicionária anglo-americana que cria a cabeça de ponte<sup>267</sup> ou de praia para posterior ataque ao teatro do sul da Europa.

#### 4.2 O contexto brasileiro entre os anos de 1930 - 1942 e nossas relações internacionais

Na década de 1920, tivemos transições drásticas na composição de uma fase de ruptura que culminou no Brasil com o movimento de 1930. O ano de 1922 foi a base para essa ruptura institucional da sociedade brasileira, e as indicações foram os eventos a seguir: Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista e o centenário da Independência que colocaram em xeque toda a estrutura político-social da Primeira República.<sup>268</sup>

No período referenciado acima, mesmo com a baixa dos preços do café no mercado internacional, teve uma expansão no setor e nas atividades correlatas à indústria cafeeira e na metade dos anos vinte tivemos um crescimento expressivo até a Grande Depressão, ou seja, a economia brasileira tornou-se mais complexa e diversificada. Isto se refletiu na expansão das classes médias, trabalhadoras e no seio das elites que criaram as conjecturas para contestação da sociedade político-social vigente na República brasileira.<sup>269</sup>

Com relação ao ajuste político da República Velha, temos pela velha historiografia clássica<sup>270</sup> a força do arranjo político do federalismo com a Política dos Governadores. O revisionismo historiográfico já contesta essa harmonia idealizada da aliança Minas-São Paulo,<sup>271</sup> devido à indefinição de parâmetros legítimos da principal característica da Democracia, sua constante renovação e oxigenação do sistema político, criando instabilidade nos períodos de pleitos e campanhas eleitorais. Recordando que mesmo com conflitos, a Política dos Governadores foi implementada por Campos Sales.

Deste sistema político brasileiro temos origem o Coronelismo e seus aspectos secundários como o Mandonismo, o Filhotismo, a fraude nas votações e serviços locais básicos precários. O principal sintoma de esgotamento da Política dos Governadores seria a Reação Republicana. Uma alternativa ao Federalismo que poderia proporcionar o acesso ao poder dos

---

<sup>267</sup> Cabeça de ponte ou testa de ponte, na terminologia militar, é uma posição do outro lado de um rio ou mar, em território inimigo, ocupada provisoriamente para permitir um avanço ou desembarque adicional. Nas operações anfíbias, há o termo “cabeça de praia”. ROCHA, Raymundo Sant'Anna. Operações Anfíbias. A Defesa Nacional, nº 718. Brasília, 1985.

<sup>268</sup> MORAES, Marieta e CONDE, Sumara. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). O Brasil Republicano (Volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 389.

<sup>269</sup> MORAES e CONDE, 2009, Op. Cit., p. 390.

<sup>270</sup> MORAES e CONDE, 2009, Op. Cit., p. 391.

<sup>271</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

estados secundários ou satélites, nas campanhas eleitorais era até chamado de Imperialismo dos Grandes Estados (Minas e São Paulo).

Agora trataremos das relações exteriores brasileiras republicanas, um outro adendo ocorre com Amado Cervo e Clodoaldo Bueno<sup>272</sup>, estes identificam que após a chancelaria de Rio Branco será dada uma continuidade no projeto de uma aproximação crescente das nações americanas, em particular com os Estados Unidos, isso pode ser até relacionado a modesta participação do Brasil na Primeira Grande Guerra (1914-1918). Mas antes deste conflito, os empréstimos para manutenção da nossa dívida externa passaram a vir mais dos franceses e norte-americanos do que dos britânicos. Parte destes recursos eram usados na política de valorização do café, porque ainda no período de 1924 a 1929, o café ainda representa 72,5% das exportações nacionais e seu valor estava em constante declínio no mercado internacional.<sup>273</sup> Entretanto, apesar de este estreitamento de laços ter se iniciado ao final do século XIX, pós-guerra hispano-americano, quando os Estados Unidos despontaram como nova potência hegemônica mundial, tendo como corolário a política do Big Stick. Essa ascensão do poder americano, se subentende à nova ordem internacional do início do século XX. Após a Grande Guerra, o dado basilar é a América como nova potência mundial. E a política externa Brasileira terá como o grande vilão o endividamento externo, principalmente com a quebra da Bolsa de Valores de 1929, e as sucessivas baixas de preços do café e a superprodução no período.

Com a chegada ao poder em 1930, após a união de oligarquias dissidentes e elementos do tenentismo, Vargas permaneceria no poder sustentado pelo “Estado de compromisso”, sendo o mediador dos interesses das principais classes político-sociais, com a política de valorização do Café; fomento de investimentos estatais e ações que atendiam às demandas do setor industrial com a expansão da indústria de base, os trabalhadores conquistaram algumas reivindicações trabalhistas e benefícios legais, exemplo jornada de trabalho, férias e 13º Salário. O Governo suspendeu a vigência da Constituição de 1891, dissolveu o Poder Legislativo, afastou do poder a influência dos políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), e nomeou os interventores, em substituição aos governadores estaduais. Vargas criou o populismo ao colocar-se em um papel de intermediador político neutro e gerenciador de possíveis divergências na sociedade brasileira.

Uma característica interessante da Constituição de 1891, na seção que trata das Forças Armadas, em seu Art. 14 traz que a missão do Exército e da Marinha fossem obedientes ao

---

<sup>272</sup> CERVO, Op. Cit. p. 68.

<sup>273</sup> CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 219.

Presidente da República, se o mesmo estivesse “nos limites da Lei”<sup>274</sup>, e nas seguintes de 1934 e 1946 esta parte permaneceu intacta, já a de 1937, que na opinião de McCann foi um regime civil trajando fardas, definiu a obediência inquestionável ao chefe supremo das Forças Armadas Brasileiras.<sup>275</sup>

No interregno da vitória do movimento de 1930 à promulgação da Constituição de 1934, os setores vencedores do movimento não conseguiram se impor no cenário político nacional. Tendo em vista, a falta de unidade e um plano político das lideranças revolucionárias; a Aliança Liberal foi perdendo simpatizantes que não se consideravam aquinhoados dos mandos locais e no distrito federal; conflitos entre os interventores-tenentes e as oligarquias tradicionais.

“É importante lembrar [...] que não houve na história contemporânea do Brasil período mais confuso do que o Governo Provisório. A derrubada da república velha abriu a caixa de Pandora. A própria Aliança Liberal era uma coalizão inviável, uma vez que o inimigo comum fora eliminado. (...) Floresceram comunistas, socialistas, fascistas, federalistas, autonomistas, regionalistas, nacionalistas, classistas, corporativistas, tenentistas, constitucionalistas e todos os ‘istas’ que se possa imaginar.”<sup>276</sup>

Desta miscelânea política emerge Vargas, o homem que resume o pragmatismo e se aproveita de todas as oportunidades para o interesse nacional brasileiro e sua perpetuação no poder pelos próximos 15 anos. E devemos ter em mente, que esta Era varguista se diferencia da Primeira República, pelo fato de os militares terem encontrado um excelente mediador civil para com os demais segmentos da sociedade Brasileira.<sup>277</sup> Éramos um país baseado na agro exportação de produtos primários, em particular o café. Assim, a grande missão da chancelaria brasileira era a ampliação de parceiros para a exportação de suas fontes. Mesmo na Era Vargas, essa ainda era a grande pauta na política exterior e continuou sendo a moeda de troca na *equidistância pragmática*<sup>278</sup>, ou seja, diante dos interesses dos alemães ou dos estadunidenses, os brasileiros simplesmente procrastinavam assinar acordos comerciais no papel e mantinham as relações, um tanto informais e latino-americanas, de “aperto de mão”.

Na história das relações exteriores do Brasil com os Estados Unidos da América existem momentos de aproximação e distanciamento. Tratos bilaterais que aconteceram desde a

<sup>274</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.49.

<sup>275</sup> Constituição (1891) [Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm). Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>

<sup>276</sup> HILTON, Stanley. A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. pp. 32-33. Acesso em: 21 jul 2023.

<sup>277</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007. p 386.

<sup>278</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 63.

independência do Brasil, e que vêm até o momento atual, em pleno século XXI. Essa relação de proximidade pode ser identificada, quando os EUA se tornam a primeira nação a reconhecer, em 1824, a independência brasileira em relação a Portugal. O Brasil, por sua vez, abriu uma delegação em Washington no mesmo ano. Um marco importante foi o ano de 1823, quando o presidente James Monroe resumiu na frase “a América para os americanos” a doutrina que iria balizar as relações exteriores dos EUA durante mais de um século.

Em relação ao Brasil, nas décadas finais do império, a modernização do Estado e a economia ainda são marcadas pela dependência do comércio com a Inglaterra. No entanto, as relações com os EUA começam a ser apresentar mais próximas, em especial durante a ocorrência das Conferência Pan-americana<sup>279</sup>, em particular a de Lima em 1938, enquadrada no escopo do nosso trabalho. O coroamento dessas boas relações, que preservam a autonomia e a dignidade das decisões de Estado, foi sem dúvida na Questão de Palmas, entre os anos de 1890 a 1895<sup>280</sup>. Embora as relações comerciais fossem fortes, a diplomacia do império tradicionalmente nunca ligou o Brasil à potência continental, pois era a Grã-Bretanha que exercia esse papel. A república mudou esse quadro, com a assinatura de um acordo aduaneiro em 1891, com empréstimos financeiros e apoio dos EUA a Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada. No início do século XX, quando a neutralidade brasileira na Primeira Guerra Mundial foi rota, em 1917, em virtude do torpedeamento de navios pelos submarinos alemães, o Brasil entrou no conflito ao lado dos norte-americanos.

Após o término da 1ª Guerra Mundial, os anos 20 iriam ter uma febre do consumismo, ficando até conhecido como “anos dourados”, sendo uma exportação para o mundo do *American Way of Life*, impondo padrões de comportamento e homogeneizando os hábitos culturais ocidentais em ressonância ao padrão norte-americano. Neste cenário que entra o prédio da Bolsa de valores no começo dos anos 20, administrada por particulares, tinha maior suntuosidade e imponência que as construções dos governos, possuindo no seu hall uma praça de ações divididas por setor de atuação econômica, uma era de aço, outra de transportes, outra de *commodities* etc., criando um verdadeiro mercado de papéis de ações ao portador. Esta áurea de crescimento e consumo foi expandida ainda mais com os veteranos da 1ª Guerra que por arriscar suas vidas, querem consumir e a bolsa de valores virou o novo entretenimento dos

---

<sup>279</sup> Entre outubro de 1889 e abril de 1890 ocorreu, em Washington D.C., a Primeira Conferência Pan-Americana, convocada pelos Estados Unidos, inaugurando o “pan-americanismo moderno”. A proposta fundamental daquela conferência – a elaboração de um acordo de união aduaneira continental. BN I-321,5,32. Relatório das atividades da União Pan-Americana – 1928-1933.

<sup>280</sup> A Questão de Palmas foi um contencioso fronteiro entre Brasil e Argentina, ocorrido no final do século XIX. Estava em disputa um território de 30.621 km<sup>2</sup> envolvendo, do lado brasileiro, a região Oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná e do lado argentino, a província de Misiones. RADIN, J.C., and CORAZZA, G. Questão de Palmas. In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 135-137.

estadunidenses que consumiam em demasia e compravam ações dos produtos que consumiam, exemplo: rádios, automóveis e eletrodomésticos. A ambição dos consumidores que se misturou à febre acionista, levando até a compra de ações no crédito, levou ao *crash* da mesma. Tirando os corretores inescrupulosos, alguns correntistas já afirmavam, em 1928, que a febre do consumo deveria ser refreada com a quitação das ações compradas no crédito e um acerto das finanças pessoais, com uma parte em dinheiro à vista e sem retiradas bruscas do mercado de ações. Mas a crise estava apenas começando, no período de 1929-1932, por volta de US\$70 bilhões em ações se pulverizaram na desvalorização da bolsa, ou seja, a classe média alta que tinha todos seus recursos investidos na bolsa, perderam tudo da noite para o dia. Isto levou a uma reação em cadeia, perda das ações, baixa do consumo. Isto foi a fórmula para a Grande Depressão, ainda mais que a política econômica ainda manteve o discurso do livre mercado e não amparou os que perderam tudo. Somente com a entrada do novo presidente Roosevelt, em 1933, vai ocorrer uma mudança significativa na política econômica, de intervenção estatal na economia com grandes obras na infraestrutura nacional e controle do mercado de ações com o combate à especulação. Essa política intervencionista foi chamada de New Deal.<sup>281</sup> Mesmo com a política intervencionista americana, a economia ainda se manteve em um marasmo, somente mudando a situação econômica-industrial com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, onde foi montado o grande complexo industrial-militar que se perpetua até os dias atuais.

Agora trataremos dos reflexos da crise de Wall Street no Brasil, que passava por uma protoindustrialização e tinha sua política econômica totalmente dependente da exportação de café. Ainda éramos essencialmente rurais, dependendo de um único produto, o café, sendo a maior fatia na nossa pauta de exportações, dependência iniciada no Brasil Imperial.<sup>282</sup> O café já apresentava um declínio dos seus preços desde 1926. Com o Crash de 29, a desvalorização foi agravada, o governo brasileiro buscou alternativas através de nossa política externa e novos mercados, um deles foi o alemão e empréstimos do Banco do Brasil aos endividados e compra de excessos da produção, estocando em galpões do Estado e fazendo progressivas queimas do excesso da produção para possível manutenção dos preços do café no mercado externo. No período referenciado, o governo Washington Luís, que já tinha desde a eleição apoio dos setores

---

<sup>281</sup> New Deal, estava mais do que a estruturação, pela via do Estado, de organizações de trabalhadores para que estas reunissem recursos políticos no sentido de defender seus interesses privados através de contratos coletivos de trabalho, mas a construção do que o Estado americano entendia ser o bem público, fundamentalmente, a paz industrial, expressa em relações harmônicas entre capital e trabalho, e a retomada do crescimento econômico. Política econômica intervencionista Keynesiana adotada pelo governo norte-americano Roosevelt, nos anos 1930, em combate a Grande Depressão. LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930/ Flávio Limonic. – Rio de Janeiro: mimeo, 2003. (Tese de Doutorado).

<sup>282</sup> BIANCHI, Caio. Café e Economia Brasileira: da ascensão à extinção do ciclo do café. Revista Jovens Pesquisadores. Vol. 9, N. 1 (16), JAN./JUN. 2012.

cafeicultores paulistas, buscou como políticas econômicas a estabilização da política cambial e novos empréstimos nos bancos internacionais que financiaram a safra de 1930.

Os cafeicultores tiveram problemas com as ferrovias que começaram a ter seu funcionamento suspenso e as negociações salariais com os trabalhadores rurais, isto tudo poderia dificultar o escoamento e a colheita da safra seguinte. Na quebra da bolsa de valores, os cafeicultores solicitaram moratória da dívida, emissão de papel-moeda e o fechamento da Bolsa do Café, em Santos. A associação dos cafeicultores de São Paulo, buscaram negociações junto ao governo federal, que foram totalmente rechaçadas. Os ânimos se exaltaram com a total falência de alguns cafeicultores, o governo buscou alternativas e já estavam se preparando para as novas eleições em março de 1930. Na política do “café com leite”<sup>283</sup>, período político em que se revezavam na presidência do país, paulistas e mineiros, saiu vencedor o paulista Júlio Prestes, contrariando a referida alternância do governo entre os dois estados. Chegando o momento das eleições presidenciais em 1930, não se encontrou uma fórmula que atendesse as demandas políticas postas para que se chegasse a uma solução.

Pelo sistema político da época, o caminho natural do jogo político nacional era o retorno de Minas Gerais ao poder do país por indicação do seu candidato a Presidente da República, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Porém, quebrando a regra política esperada, Washington Luís rompeu o acordo velado e lançou o candidato Júlio Prestes, indicado do Estado de São Paulo. Entretanto, iniciou-se um movimento revolucionário dos estados com economias intermediárias, estes desejavam acabar com a velha política da República Velha.<sup>284</sup>

As lideranças do Movimento de 1930 na ala militar eram oficiais intermediários dentro da hierarquia da caserna. Já haviam participado dos movimentos tenentistas, em 3 de outubro, que levaram à deposição de Washington Luís. Júlio Prestes foi impedido de assumir, e ambos foram exilados na Europa.<sup>285</sup> Após assunção do governo provisório, uma das medidas para acalmar os ânimos da elite paulista foi a decisão de auxiliar aqueles que estavam envolvidos com o café. Buscando a manutenção do preço no mercado internacional, o governo brasileiro buscou estocar o excedente, e nos momentos de superprodução queimava o excedente. Esse movimento

---

<sup>283</sup> NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. Brasil Republicano. Vol. 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 193.

<sup>284</sup> NETO, Op. Cit., 2003.p. 194.

<sup>285</sup> o fim do domínio de um grupo político determinado que comandasse o país por longo período, em meio a crises econômicas, políticas e sociais, que aos poucos fora fragilizando o sistema oligárquico, tendo seu ponto culminante, no questionamento das eleições em 1929 pelo grupo da Aliança Liberal e seus aliados, o que levou grupos que estavam insatisfeitos a agir contra o governo e impedir a continuação do poder nas mãos da oligarquia cafeeira que ficou conhecida por: “Primeira República, ou ‘carinhosamente, República do café com Leite’”. Bernardo, J. da S. (2019). O FIM “MELANCÓLICO” DA “REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE” (1922-1930). *Das Amazônias*, 2(1), 17–30.

político fez com que Minas Gerais buscassem aliança com o Rio Grande do Sul de Getúlio Vargas, sendo criada a Aliança Liberal. O político gaúcho Getúlio Vargas, ex-Ministro da fazenda de Washington Luís, lançou sua plataforma política voltada para a defesa dos interesses econômicos das elites do Rio Grande do Sul, e das elites Mineiras, além de tentar sensibilizar as camadas médias liberais na defesa das liberdades individuais, da anistia e a reforma política.

O resultado das eleições de 1930 aponta a vitória de Júlio Prestes, candidato indicado pelo Estado de São Paulo, e representante da elite econômica produtora de café. A oposição liderada por Getúlio Vargas não aceitou e questionou o resultado das eleições nas urnas, acusando a oposição de fraude na apuração. Em 1931, criou-se o Conselho Nacional do Café, vinculou-se o preço do café ao dólar, mas a recuperação dos preços somente ocorreria no pós-2ªGM.

A solução encontrada progrediu de conspiração ao uso da força, com a derrubada do poder legal. O presidente Washington Luís foi afastado por uma Junta Militar, que passou a Presidência da República a Getúlio Vargas. Assim começou os anos 1930, com uma revolução iniciada no Rio Grande do Sul e no Nordeste, que terminou com um Golpe de Estado dado no Rio de Janeiro pelo general Tasso Fragoso e outros Oficiais Generais, para derrubar o presidente Washington Luiz e evitar que a revolução virasse uma guerra civil.

De acordo com Arias Neto, criou-se na historiografia clássica brasileira o simbolismo que o término do período imperial, a abolição, o processo de urbanização e industrialização são atrelados aos cafeicultores paulistas.<sup>286</sup> Prosseguindo na sua análise, o mesmo sustenta que é mais complexo do que se imagina, associar a economia cafeeira e o processo urbano-industrial brasileiro, em especial, o ocorrido em São Paulo. Argumenta que processo de manufaturas já existiam desde a economia açucareira importado pelos flamengos, da indústria naval, que construiu o maior navio do mundo, no século XVI, na ponta do Galeão e as manufaturas criadas no período joanino, para dá sustentação a presença da família real portuguesa no Rio de Janeiro. O mesmo acrescenta um apêndice à clássica historiografia de Caio Prado Jr, do sentido da colonização, identificando que até as atividades coloniais são integradas ao complexo globalizante gerado pelo advento do Capitalismo. Arias Neto prossegue na sua argumentação, que as características do setor industrial dos séculos XVIII e XIX, já eram encontrados na indústria açucareira, que eu prontamente discordo. Haja vista, que mesmo com a especialização de técnicos e escravos da “indústria do açúcar”, ela não possui o contexto da maquinofatura que terá velocidade de produção dos tempos contemporâneos. Somente no período de importação da

---

<sup>286</sup> NETO, Op. Cit., p. 194.

infraestrutura têxtil da primeira metade do século XX que podemos identificar a protoindustrialização por substituição das importações.

Particularizando a historiografia da economia cafeeira de Arias Neto, o mesmo principia que já em 1840, a produção do café era o principal artigo da pauta de exportações e presente no Brasão Imperial, com símbolo de riqueza do Brasil Independente, reforçando as características já encontradas na economia agroexportadora colonial, sob tutela dos traficantes de escravos e do Partido Conservador.<sup>287</sup> Observamos também, que a economia cafeeira expandiu-se para o oeste paulista, apoiado no trabalhador livre emigrado da Europa, e nos últimos decênios do século XIX até o início do século XX, ocorreram vultuosos investimentos britânicos, fruto da corrida imperialista do século XIX, atrelados a montagem da infraestrutura da economia agroexportadora brasileira e retroalimentar o processo urbano-industrializador. Sendo o ponto nevrálgico da argumentação de Arias Neto sobre a economia cafeeira, a aglutinadora de todas as forças produtivas que levaram a modernização do centro-sul brasileiro, em particular o território paulista, sem contar a transferência do capital negreiro, reinvestido na referida economia.<sup>288</sup>, ou seja, a acumulação de capital do tráfico negreiro e o ciclo do café criaram as bases das divisas para o investimento nas primeiras indústrias que surgiram no centro-sul brasileiro.

Sigamos agora ao ponto da influência da economia cafeeira na primeira república, um ponto que deve ser considerado que na segunda metade do século XIX até os anos 30 do século XX, a economia brasileira da passagem do Império para a República era mais diversificada, e durante a Primeira República vamos nos tornando cada vez mais dependentes financeiros das exportações de café, quando tivermos a crises econômicas, em 1893, e a de Wall Street, também tivemos crises de superprodução cafeeira, haja vista a expansão ao Oeste Paulista, a diversificação da cultura e a substituição de áreas de produtos alimentícios por cafezais.<sup>289</sup>

Na primeira década do século XX, a economia cafeeira teria levado a concentração de 30% da produção industrial no centro sul do Brasil, já possuímos até ferro-gusa em escala industrial em Minas Gerais, concentrando a maior parte do operariado urbano nos três principais estados da Federação (Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais). Mas a fragilidade da economia brasileira depende ainda do modelo agroexportador, somente seria superado quando a indústria migrasse dos bens de consumo não-duráveis para os bens de capital.<sup>290</sup> E a dependência da economia cafeeira perpassaria todos os primeiros 30 anos do século XX, com a expansão de mais pés de café por outros estados da federação, como Paraná, Bahia e Espírito Santo que levou

---

<sup>287</sup> NETO, Op. Cit., p. 199.

<sup>288</sup> NETO, Op. Cit., p. 207.

<sup>289</sup> NETO, Op. Cit., p. 212.

<sup>290</sup> NETO, Op. Cit., p. 218.

a uma crise estrutural de oferta e demanda na queda da bolsa de valores em 1929. Por tudo observado por Arias Neto, a maior parte crescimento da industrialização estava atrelado ao crescimento da economia cafeeira, pois somente com aumento das exportações poderíamos ter aumento nas importações de maquinaria complementar ao surgimento de novas unidades fabris. Esta transmigração do capital do café para o setor industrial se concentrou nas áreas produtoras, mas não seria somente o capital do café, toda a rede de infraestrutura montando em torno da economia cafeeira teria influência nos setores industriais, principalmente de bens de consumo, haja vista que onde teríamos pés de café, teria necessidade de ferrovias para escoamento até o porto de Santos e do Rio de Janeiro, novos núcleos populacionais que demandariam abastecimento e mais bens industriais e alimentícios. O autor infere como errôneo que no período da 1ª Guerra, ocorreram aumento da industrialização como substituição das importações, pelo contrário, comprova com dados a retração na importação do maquinário e de bens de capital da indústria.

A partir deste momento abordaremos o 2º decênio do século XX e as principais questões político-militares que levaram ao movimento revolucionário de 1930. Os anos 20 foram um momento de transições e crises do pós-1ªGM. As conjunturas sociopolíticas que efervescecem este período, e o crescimento expressivo de vários setores da sociedade até a Grande Depressão de 1929. E a diversificação dos interesses da elite, ampliação da classe trabalhadora, formação de uma maior parcela da classe média vai fazer ruir as bases da oligarquia cafeeira que dava sustentação à República Velha, ou seja, na segunda década do século XX teremos o esgotamento da Política dos Governadores e uma maior disputa entre as principais oligarquias e as intermediárias, levada ao clímax, ocorre o movimento revolucionário de 1930 que resumidamente seria um movimento das estruturas arcaicas que já não davam atenção a complexidade social que surgiram e ampliado pelo descontentamento econômico, onde as classes médias urbanas aderiram ao levante das elites das províncias intermediárias.<sup>291</sup>

A Revolução de 1930 imputou uma derrota à velha política dos Governadores e aos produtores de Café de São Paulo, que mantinham a hegemonia do poder até a assunção de Getúlio Vargas, sem falar daquelas consideradas por Moraes Ferreira e Sá Pinto como satélites.<sup>292</sup> A esse respeito, as referidas autoras dialogam que já nos anos do governo de Artur Bernardes já estavam ocorrendo cisões intra-oligárquicas apoiadas na jovem oficialidade, nas revoltas de 1922 e 1924, foram apaziguadas na segunda metade dos anos 20 do século XX, e voltaram com uma

---

<sup>291</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. Brasil Republicano. Vol 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 393.

<sup>292</sup> MORAES e PINTO, Op. Cit., p. 403.

nova cisão intra-oligárquica, reunidos durante a disputa com o candidato da situação Júlio Prestes, na Aliança Liberal, após a derrota nas eleições os ânimos oposicionistas foram reacendidos, com a morte do candidato a vice-presidência João Pessoa, este fato foi usado como o clamor para a opinião pública e pelo movimento revolucionário planejar a data e hora do início do movimento revolucionário, buscaram uma aliança com as lideranças tenentistas derrotas na década anterior. Mas não devemos deixar que citar que mesmo na Aliança Liberal e nos apoiadores militares havia dissidências quanto ao melhor caminho a ser seguido no movimento de oposição às oligarquias e como conduzir a revolução armada, ou seja, a Aliança reunia desejos políticos heterogêneos que pretendiam expandir a participação no jogo político com as classes médias urbanas surgidas da expansão econômica e a complexidade social do século XX.<sup>293</sup>

Ainda sobre o movimento revolucionário de 1930, de acordo com Mary Del Priore,<sup>294</sup> a mesma identifica que os contemporâneos da revolução eram disputa entre caciques políticos da República Velha, que seria facilmente debelada como as de 1922 e 1924, e que ninguém à época, poderia fazer frente aos fazendeiros paulistas e ao núcleo que reunia a elite paulista no Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda sobre o movimento de 1930, temos a proposta de Eduardo Bueno<sup>295</sup>, que identifica nas lideranças políticas, encabeçadas por Getúlio, herdeiros de uma longa tradição caudilhista. Onde o segundo principal nome da “geração de 1907”, Oswaldo Aranha viram que somente através do movimento armado, poderiam retirar do poder “o rolo compressor paulista”, desde 1929 começou usando-se do cargo público no Rio Grande do Sul, encomendar armas na Europa e manter contatos com os derrotados de 1922 e 1924, exilados no estrangeiro e buscando lideranças intermediárias nas Forças Armadas, um exemplo dele o general Góes Monteiro.

Continuando o debate historiográfico acerca do movimento de 1930, elencados por Moraes Ferreira e Sá Pinto<sup>296</sup>, na visão mais clássica e marxista apresentada pelas historiadoras seria que a Revolução foi um movimento da média burguesia, que se identificava com os tenentes derrotados, e que tinha se tornado antagônica a Alta burguesia, representada pelos cafeicultores e industriais paulistas. Esta visão também é convalidada por Sodré<sup>297</sup>, entretanto “Duas correntes extremas e antagônicas se diferenciam desde logo na massa confusa dos triunfadores”, ou seja, para as lideranças políticas eram apenas uma adequação do jogo do poder,

---

<sup>293</sup> MORAES e PINTO, Op. Cit., p. 406.

<sup>294</sup> DEL PRIORE, Mary. Uma breve história do Brasil. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016. p. 248.

<sup>295</sup> BUENO, Eduardo. Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 334.

<sup>296</sup> MORAES e PINTO, Op. Cit., p. 408.

<sup>297</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 316-317.

enquanto os tenentes e a população desempregada da Crise de 1929, desejava mudanças mais profundas na política e na sociedade, por isso foram logo colocadas “cartas fora do baralho”. Como revisionista e crítico destas duas vertentes, surge o historiador Boris Fausto<sup>298</sup>, com seu conceito deste movimento de Estado de Compromisso. Esta seria a situação que ficaria pós-1930, onde todas as demandas buscavam ser parcialmente atendidas e não mais existiria um grupo todo-poderoso definindo todas as eleições presidenciais, governamentais e a economia apenas subordinada a ele mesmo grupo oligárquico. O centralismo estatal, subordinado aos sistemas de poder internacional, seria o novo agente distribuidor do poder, riqueza e dando uma atenção às questões sociais através do trabalhismo-populista de Vargas que vai se utilizar do rádio para se comunicar com as massas, ou seja, sairíamos de uma vertente liberal para um regime totalitário, sintetizado na Constituição de 1934, com pequenos contornos fascistas. Concepções historiográficas mais modernas identificam a revolução de 1930 como um golpe preventivo devido à ascensão da internacional comunista. A revolução teria um viés mais conservador e subordinaria o proletariado aos sindicatos e nas reformas trabalhistas da Era Vargas.

Com relação aos atores militares da Revolução de 1930, não podemos deixar de destacar a proeminência do general Góis Monteiro como grande líder militar, com visão além de seu tempo e profundo conhecedor e estudioso das doutrinas do Exército, soube entrar no jogo político ainda como Tenente-Coronel, e se posicionar no centro do poder, ombreando na liderança política no sul do país com os dois ícones políticos locais daquele tempo, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. O brasilianista McCann trata assim o estopim do movimento revolucionário de 1930: “...tiros disparados contra o quartel-general regional do Exército em Porto Alegre... as forças rebeldes chefiadas pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro e pelo advogado Oswaldo Aranha venceram o reduzido número de oficiais e praças que resistiam em todo o Rio Grande do Sul.”<sup>299</sup>, a considerou mais uma batalha da informação da alta cúpula dirigente do que uma guerra civil em sua essência. E sintetiza bem o levante de 1930 como um movimento conservador e reformista, e não revolucionário. Não se buscava o fim das mazelas sociais, nem mesmo mudar a grande concentração fundiária e de renda no Brasil e diminuir a carestia e analfabetismo da maioria da população e sim um rearranjo e/ou substituição das lideranças políticas e levar os militares mais antigos que sustentavam a velha República para o ostracismo, por isso ascenderam ao comando da cúpula política a “geração de 1907”, e no

---

<sup>298</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>299</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 335.

campo militar, um dos comandantes das tropas revolucionárias ser um Tenente-Coronel, que em curto tempo chegou ao posto de General-de-Divisão, maior posto à época, e assessor militar direto de Vargas, trazendo Dutra ao seu lado por indicação do mesmo, o general Góis Monteiro.<sup>300</sup>

Após a Revolução de 1930, tivemos um enfraquecimento do Tenentismo, o general Góis Monteiro foi reconhecido como principal liderança, no alto escalão à época, já na interpretação do Historiador Marcos Bretas, era uma figura paradoxal, que tinha momentos de lampejo ativo e logo depois se escondia na penumbra da burocracia estatal, podemos considerá-lo uma eminência parda do período varguista<sup>301</sup>. Podemos ainda verificar uma terceira proposta de interpretação da figura de Góis Monteiro, que seria seu assessor direto à época, o general Cordeiro de Farias, que o considerava-o muito inteligente, de fala mole, que possuía coragem física, mas lhe faltava coragem moral e espírito de cumprimento de missão, esta ficava sob os auspícios do General Dutra<sup>302</sup> e num momento em que a hierarquia e a disciplina do Exército Brasileiro estavam abaladas.

A instituição necessitava de novos líderes militares, pois os generais pós-revolução, não tinham condições políticas e ideológicas de exercerem suas lideranças na reestruturação das Forças Armadas após o processo revolucionário. Este chefe militar tinha uma vertente política de criação de um Estamento burocrático-corporativo nacional com grandes poderes no governo federal.

O ano de 1932 marca o Governo Vargas pelo fato histórico conhecido em boa parte da historiografia como a Revolução Constitucionalista de São Paulo. A revolução durou três meses, mas Vargas teve muita dificuldade na articulação entre o Alto Comando das Forças Armadas, principalmente entre os generais do Exército que não concordaram inicialmente com o posicionamento do Governo para debelar de imediato o movimento que acontecia também dentro de alguns quartéis do Exército. O movimento revolucionário ganhou força com as ideias de liberdade, intervenção civil e de reconstitucionalização da velha oligarquia política formada pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático. O movimento foi debelado com forte intervenção militar do Exército e expurgos de antigas lideranças militares, que discordavam do novo modelo de governar de Vargas. A Revolução de 1932 demonstrou na prática como o Exército estava mal preparado para o combate, por isso os anos de 1934 a 1939, foram pródigos

---

<sup>300</sup> MCCANN, Op. Cit., p. 356.

<sup>301</sup> BRETAS, Marcos Luiz. General Góis Monteiro: A formulação de um projeto para o Exército *in* Militares e Política nº 2. Rio de Janeiro: LEMP/UFRJ, 2008, p.32.

<sup>302</sup> LATFALLA, Giovanni. *O general Góis Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2011. p. 35.

em reorganização e rearmamento das tropas. A convicção da necessidade da montagem de uma indústria bélica era premente, isto levou a aliança entre Vargas e os militares, além de afetar a nossa política externa com constante alteração de rumos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o Bloqueio Britânico a nossas compras alemãs<sup>303</sup>. Outra conjectura que facilitou a radicalização do Regime Vargas foi o movimento da “Intentona Comunista” ou os levantes de 1935.<sup>304</sup> Este episódio, segundo Dulce Pandolfi, mesmo que de curta duração possibilitou a radicalização da perseguição policial e política pelas forças armadas e policiais, haja vista que após 13 anos de turbulências nos quartéis e duas anistias (1930 e 1934) a conspiração e politicagem permeavam a mocidade militar.

Para a historiadora Marly Vianna, os anarquistas e comunistas buscaram a independência da tutela estatal, representada pelo Ministério do Trabalho. Inclusive antes dos levantes de 1935, a oposição comunista com apoio estrangeiro prosseguiu, em destaque a criação da Aliança Nacional Libertadora (ALN). O que levou a ação política contrária, materializada na Lei de Segurança Nacional, contudo, prosperou os planos e as reivindicações operárias dos aliancistas, mantendo sua independência de classe.<sup>305</sup>

Para Vianna, os levantes de 1935 foram o pretexto de uma ideologia anticomunista nos quartéis e abriu caminho para a construção da narrativa de que a Constituição de 1934 não salvaguardava o movimento de 1930 e impedia os avanços no intervencionismo estatal que para fortalecer seu poder e intensificar a repressão temos, por exemplo, a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional, além da decretação do estado de sítio. Vianna segue inferindo que após a derrota das insurreições de novembro de 1935, iniciou-se uma colaboração entre a polícia brasileira e a Gestapo. Sobre o movimento insurgente McCann opina da seguinte forma: “A iminência de uma ameaça comunista [...] é necessário agir, mesmo fora da lei ...”<sup>306</sup>

Em resumo, a historiadora Marly Vianna sintetiza que a propaganda anticomunista se mantém até hoje, como fio condutor de todos os reacionários. Seguindo seu raciocínio, os anos

---

<sup>303</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p 420.

<sup>304</sup> Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado em 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18 km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). ARAGÃO, José Campos de. A intentona comunista de 1935. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973. 160 p.

<sup>305</sup> VIANNA, Marly. Os Revolucionários de 1935. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.173.

<sup>306</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 532

de 1936 e 1937, ainda no período constitucional, foram de extremado anticomunismo e caminho aberto para o Estado Novo, onde toda a oposição foi censurada e mesmo assim, não perdeu o apoio da classe operária, trocaram direitos trabalhistas pela perda temporária de alguns direitos civis no governo autoritário de 1937.

Estes dois embates, no princípio da Era Vargas, levaram a ascensão do general Góes Monteiro ao centro da cúpula política, e seria o mesmo, e não os jovens turcos, quem criaria a base modelar do novo Exército Brasileiro.<sup>307</sup> Tendo influência de Góes Monteiro, tanto no contexto militar quanto político, o acúmulo de Ministro da Guerra e chefe do Estado Maior do Exército do presidente Getúlio Vargas. Foi decisivo na implantação do Estado Novo, em 1937. Pelo imaginário construído entre os militares, Góis Monteiro foi amado e odiado, contemporâneos seus disseram que o Estado Novo foi mais que Góis, e que mesmo sem Getúlio Vargas o Estado Novo seria concretizado, pelos ideais do general Góis Monteiro, ou seja, em seus discursos oficiais, o Estado Novo seria uma evolução ou prolongamento dos acontecimentos de 1930, uma evolução política que refletia os acontecimentos externos europeus na seara brasileira.<sup>308</sup> Góes Monteiro não atrelou o reformismo industrialista à necessidade de material de guerra; sua preocupação básica era adquirir armas, tendo o receio da superioridade bélica dos argentinos, sendo a importação o remédio básico. Embora em seus relatórios ministeriais alertavam a melhoria dos estabelecimentos fabris civis e estatais, a geração seguinte se encarregou de uma indústria de defesa nacional mais abrangente e de longa envergadura.<sup>309</sup> O mesmo também idealizou o serviço militar feminino em funções não-combatentes, mas foi rechaçada essa decisão político-militar.<sup>310</sup> A pergunta que McCann responde sobre o apoio de Vargas aos ideais protagonizados pelos militares: “Claramente, a presidência até outubro de 1945, e mais trabalho e sacrifício pessoal.”<sup>311</sup>

Sobre as relações internacionais do Brasil na Era Vargas, uma proposta de interpretação foi apresentada por Arthur César Ferreira Reis<sup>312</sup> e montada por Ribas Carneiro e Hélio Silva, obra pouco citada na historiografia atual, as diversas maneiras sobre a temática das interações com a política externa norte-americana e a avaliação pelos chanceleres brasileiros, em particular com a mistura da política da Boa Vizinhança com o princípio da solidariedade dos povos

---

<sup>307</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007. p 425.

<sup>308</sup> PANDOLFI, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). O Brasil Republicano (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15.

<sup>309</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.426.

<sup>310</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007. p 427.

<sup>311</sup> MCCANN, Op. Cit., 2007. p 543.

<sup>312</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Relações internacionais do Brasil: antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004) / Luiz Felipe de Seixas Côrrea (Org.). - Brasília: FUNAG, 2016. p. 379.

americanos, caso fossem invadidos por nações estranhas ao continente, princípio este ratificado na Conferência de Lima, em 1938 e seu clímax na Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, culminando com a ruptura das relações diplomáticas com os países do eixo e a postura agressiva dos mesmos em afundar os nossos navios mercantes.

Arthur César analisa como o ponto nevrálgico da nossa maior aproximação dos americanos e o distanciamento dos alemães, o convite feito em janeiro de 1939 para que o chanceler Oswaldo Aranha, personalidade de peso na Era Vargas, e a favor do incremento das relações com os Estados Unidos, mas que para outros autores foi uma espécie de contrapeso aos germanófilos<sup>313</sup>, que considero errônea, haja vista que nunca conseguiram provar o alinhamento de Dutra e Góes Monteiro com as potências do Eixo, eles sim, eram admiradores da doutrina militar alemã. Voltemos à análise de Arthur César, a mesma identificou que o presidente Roosevelt sempre buscou um entendimento com o Brasil, já se visualizava um conflito de caráter mundial que jogaria o continente americano nele. Assinala também que, anteriormente à criação dos acordos comerciais e militares, a Missão Aranha teve como um das proposições estadunidenses a criação do Banco Central do Brasil. Devemos destacar ainda, a importância de Oswaldo Aranha na Missão Militar Americana, devido o mesmo ocupar o cargo de chanceler, em 1934, ano do início dos estudos do nosso trabalho. Voltando ao assunto do Banco Central, que para os realistas, a imposição do referido banco se fazia para que as trocas comerciais fossem realizadas em Padrão-Dólar e não os acordos de compensação feitos pela Alemanha.

Arthur César fez uma curta análise da vida de Franklin Roosevelt<sup>314</sup>, primo de Theodore Roosevelt, que com as atitudes progressistas do primeiro, conduziram o partido Democrata a tirar os EUA da Grande Depressão através do New Deal e um duelo com os isolacionistas, conseguiu a duras penas mudar a legislação americana para vendas de armas às nações amigas e uma total reforma na política externa americana com a renovação do Monroísmo, utilizando-se do princípio da não-intervenção, esta terá o nome de Política da Boa Vizinhança.

Os seguintes acordos diplomáticos foram uma evolução da política da Boa Vizinhança: a Conferência da paz de Buenos Aires, em 1936, assim como a Conferência de Lima, em 1938 e se alinharam ao conceito internacionalista de Pan-Americanismo posto em execução com a Doutrina da Solidariedade Continental.

Aos princípios de 1939, logo que terminada a Conferência de Lima, o governo americano convocara Oswaldo Aranha, através de um telegrama direcionado à Vargas de

---

<sup>313</sup> CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p. 265.

<sup>314</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Relações internacionais do Brasil: antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004) / Luiz Felipe de Seixas Corrêa (Org.), Brasília: FUNAG, 2016. p. 384.

Roosevelt, para acerto de acordos bilaterais entre as duas Nações, que ficou conhecida como Missão Aranha. Todo o alto escalão do Governo concordou com a respectiva visita do Ministro das Relações Exteriores àquela nação. No transcurso do encontro em Washington, Aranha mantém Vargas continuamente informado das conversas oficiais: declara que a Guerra na Europa é inevitável; os isolacionistas tentaram de toda forma manter o continente americano fora dessa guerra; que os EUA estão se preparando em todos os campos para a defesa continental e desejoso da união e cooperação do Brasil na prosperidade e defesa continental, se colocando à disposição economicamente e militarmente para tal intuito. Mas devemos contra argumentar que os EUA até a conferência de Munique, em 1938, somente desejava fazer a defesa hemisférica e “... nós devemos ter uma grande força aéreas se formos proteger qualquer parte do continente americanos ao norte ou ao sul... devemos ter uma força aérea suficientemente forte para deter qualquer um que desembarque na América do Norte ou do Sul”.<sup>315</sup>

No ano seguinte, iniciaram-se as aproximações entre o alto escalão militar Brasil-EUA, o General Marshall visitou nosso país, o mesmo ficou impressionado com as condições das forças armadas brasileiras e sua possível ineficiência na defesa do Saliente Nordeste. No regresso levou o Gen Góes Monteiro, como forma de retribuir a visita e acertar detalhes dos acordos militares. Ambos chegaram às seguintes conclusões: o brasileiro informou que a sua prioridade de atuação ainda era a fronteira sul e para a defesa do saliente nordestino necessitaria de amparos financeiros com a venda de armas e suprimentos, assim daria acesso aos americanos às bases de Natal e Fernando de Noronha, ponto de mais fácil acesso ao Continente americano pela África.<sup>316</sup> Seguindo Dennison, o pensamento militar estadunidense e o seu planejamento da defesa continental ou segurança hemisférica, ou a denominação que era dada para priorizar a defesa da região nordeste do Brasil<sup>317</sup>, se algum ponto perto da linha do Equador caísse nas mãos do Eixo poderia ameaçar o principal ponto estratégico para os estadunidenses, o Canal do Panamá. Entendo que seria muito difícil alcançarem isso, pela falta de combustíveis que o Eixo passou durante todo o conflito e se desejassem tomar o Canal entre 1939 a 1942, poderiam usar a Guiana Holandesa ou a Francesa para o intento, além disso, poderiam ter atacado o local. Somente sua destruição teria prejudicado em muito a logística da América como um todo. As leis estadunidenses não permitiam a venda de armas a possíveis beligerantes que causasse desequilíbrio entre potências regionais, causados na Lei da Neutralidade e impediam a venda de

---

<sup>315</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.21.

<sup>316</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Relações internacionais do Brasil: antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004) / Luiz Felipe de Seixas Corrêa (Org.), Brasília: FUNAG, 2016. p. 401.

<sup>317</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p. 39.

armas aos países americanos, principalmente com o início das beligerâncias na Europa. McCann corrobora com a visão de todo o período Vargas da “preocupação do Exército com o péssimo estado de suas armas, equipamentos e as dificuldades para mobilizar e treinar soldados suficientes...”<sup>318</sup> Uma das soluções sugeridas por Aranha à Vargas, em junho de 1937, seria a criação de um fundo especial de defesa como uma medida pacífica para evitar sacrifícios ainda maiores no futuro.<sup>319</sup>

Entretanto, mesmo com acordos comerciais assinados desde 1936, se os EUA não encontrassem uma forma de proporcionar apoio bélico ao Brasil, este se voltaria para a Alemanha, pois a maioria de nosso material bélico tinha origem germânica<sup>320</sup> e mantivemos uma missão para aquisição de artilharia de campanha na Alemanha até declaração de Guerra ao Eixo em 1942, ou seja, mesmo com acordos assinados, a Equidistância Pragmática prosseguiu até o rompimento em definitivo das Relações Brasil-Alemanha. A Guerra na Europa, em meados de 1940, já dava notas que seria prolongada. Em nossa política interna, o governo Vargas propunha a criação de uma estatal que conduziria a instalação de nossa usina siderúrgica e já possuía numerário para tal evento de vulto faltando apenas os acertos finais dos empréstimos americanos para a implantação do complexo siderúrgico, ficando como fiança o nosso Banco do Brasil, para aquisição de toda infraestrutura, técnicos e treinamento nos Estados Unidos<sup>321</sup>, em troca daríamos as bases aéreas em Natal e Fernando de Noronha.

Seguindo mais reflexões sobre o debate historiográfico das relações Brasil- EUA, no transcurso dos anos 30 do século XX, que se intensificaram por interesses nacionais recíprocos. Na eterna busca do mito das origens, as relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos da América, tem seu prelúdio no processo de formação do Estado Nação independente, em decorrência da Doutrina Monroe. Os EUA foram o primeiro país a instalar um consulado em terras brasileiras e reconhecer sua independência de Portugal, tendo o Brasil, segundo o princípio da reciprocidade, aberto um escritório de relações em Washington, no mesmo ano de 1824. Segundo o Destino Manifesto, ideologia criada com a Marcha para o Oeste das 13 Colônias americanas. Os mesmos agora se voltam ao seu expansionismo para as fronteiras externas, buscando influenciar todos os territórios do Novo Mundo. Esse *ethos*<sup>322</sup> do homem

---

<sup>318</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.526.

<sup>319</sup> MCCANN, Op.Cit., 2007. p.527.

<sup>320</sup> REIS, Op. Cit., 2016 p. 403.

<sup>321</sup> REIS, Op. Cit., 2016p. 405.

<sup>322</sup> Ethos pode ser resumido em caráter ou nas idiossincrasias de uma pessoa ou povo. Manifesta-se quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma

norte-americano, de conquistador de novas terras e povos, gera uma perspectiva nesta sociedade que se autointitula os escolhidos por DEUS, ou seja, “era extrovertida, aberta ao longínquo, ao desconhecido, ao não possuído”<sup>323</sup>.

Mas, não podemos negar que com a jovem república brasileira, que as relações Brasil-EUA tiveram um crescimento acentuado, desde tratativas com relação às taxas aduaneiras dos produtos primários, até em empréstimos para a manutenção da dívida externa e o apoio político e naval contra os revoltados da Marinha, em 1893. O primeiro terço do século XIX, nos leva a uma aproximação com os EUA e a perda da influência predominante dos britânicos. Já no Poder Militar, as relações entre as forças armadas brasileiras e americanas, se coadunam com a diplomacia, intituladas por Gerson Moura como sistema de poder<sup>324</sup>.

Segundo a vertente de Gerson Moura, a década de 1930, “caracteriza-se pela presença de dois sistemas de poder concorrentes no plano internacional, ansiosos por ampliar e solidificar alianças, tratando para isso de fazer concessões e acenando com as vantagens de sua proteção”. Seja por questões meramente econômicas, como político-ideológico, os germânicos iniciam um processo de rivalidade com os estadunidenses pela hegemonia comercial e militar no Brasil. No seio desta disputa geopolítica, Vargas apresenta uma mera indecisão de qual país unir laços e forças, como trama diplomática que Moura intitulou de *equidistância pragmática*<sup>325</sup>, demonstrando que países periféricos não se portavam como “flores ao vento” no jogo internacional e tiveram consideráveis ganhos políticos e militares no poder de barganha, entre optar pela potência hegemônica florescente, ou aos demais países europeus que já estavam na 2ª Revolução Industrial a todo o vapor.

Seguindo no debate historiográfico da política externa brasileira do regime Vargasista, Amado Cervo<sup>326</sup> nos esclarece que “não se pode perder de vista o fato de que faltava ao III Reich condições objetivas para atender às demandas brasileiras”, ou seja, características históricas que atraíam jovens repúblicas do Novo Mundo, em contraposição das Monarquias europeias que conduziram um imperialismo voraz durante o século XIX. Disto se depreende que nossa jovem república teria mais afinidade com a maior democracia do Novo Mundo.

---

previsão sobre o caráter do orador. AUCHLIN, Antoine. Ethos et expérience du discours: quelques remarques. In: M. WAUTHION; SIMON (éds.). *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle*. Louvain: Peeters, 2001, pp. 77-95.

<sup>323</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.96.

<sup>324</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>325</sup> MOURA, Gerson. 1980, p. 63.

<sup>326</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

Com o crescimento dos regimes totalitários na Europa, a nova potência estadunidense inicia, no período entre guerras, uma acertada aproximação dos seus vizinhos americanos, substituindo a política do *Big Stick* do Imperialismo Yankee, pela política da Boa Vizinhança. No Brasil, que estávamos vivendo a Era Vargas, um regime totalitário que por motivos econômicos e diplomáticos, não teve outra opção senão se aproximar dos norte-americanos.

Outra análise historiográfica sobre a política externa varguista, temos o historiador Giovanni Latfalla<sup>327</sup> mantém diálogo com os nossos dois principais parceiros comerciais e militares, os alemães e os americanos. Primeiro, a explicação do porquê da nossa aproximação com os germânicos ao longo da década de trinta do século XX e o aumento das trocas comerciais entre o Brasil e Alemanha. Estes dois Estados-Nação não possuíam divisas internacionais para compras no estrangeiro. Os brasileiros possuíam os produtos primários e os alemães os manufaturados. Para ocorrência do comércio exterior, buscou-se o chamado marcos de compensação, sistema criticado pelos americanos como antiliberal, porque criava reservas de mercado e evitava a predominância do padrão-dólar. Em 1938, devido às restrições parlamentares norte-americanas à venda de armas às nações estrangeiras, as autoridades militares buscaram outros parceiros europeus para isso. Sendo a Alemanha o escolhido, o Brasil havia feito encomendas de material bélico à fábrica da Krupp, apoiando na manobra do pagamento compensado. A combinação no Estado Novo era a seguinte: Góes e Dutra desejavam um Exército com sistemas de armas à altura. Estes promoveriam a paz e segurança no governo em 1937, o estamento promoveria armas e indústrias modernas que seriam o sustentáculo da contínua modernização das Forças Armadas. Para Latfalla, essa situação de ligação com os alemães somente foi superada em 1942. Diferente do dito por McCann, que após a conferência de Lima, em 1938, os americanos dominaram as relações exteriores com o Brasil, informação errônea de acordo com Latfalla. Podemos considerar que Vargas buscou até o último momento barganhar para ter condições melhores de escolha do parceiro ideal pela evolução do conflito mundial e de empréstimos mais condizentes e maior transferência de tecnologia ao nosso parque fabril.

Além do mais, não estávamos associados a nenhuma organização supranacional e o continente sul-americano recém-saído da Guerra do Chaco (1932-1935), levando a uma corrida armamentista entre argentinos e brasileiros. O alto comando das Forças Armadas tinha ciência de que não estava em condições de uma defesa de agressão externa de uma grande nação, por isso a sanha em se rearmar-se e a criação de uma indústria bélica apoiada na tão sonhada siderúrgica.

---

<sup>327</sup> LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil/Estados Unidos - 1939/1943*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2016. p. 6.

As hipóteses de conflito brasileiro sempre remeteram à Argentina, o vizinho mais rico. *Los hermanos*, receosos da nossa busca do aumento do arsenal da Marinha e Exército, protestam junto aos norte-americanos nossas tentativas de compra de navios antigos daquela nação.<sup>328</sup> McCann também comenta sobre o assunto de “A Argentina acabara de revelar-se uma “falsa amiga” no caso dos destróieres.”<sup>329</sup> Isto vai levar durante todos os anos 30 do século XX por parte de Vargas e sua política externa a busca incessante em parceiros externos ao rearmamento, enquanto não consegue desenvolver sua indústria de base para esse intento, na lógica de exportação de matérias-primas e importação de alguma nação industrializada, poderia ser aplicada aos EUA ou à Alemanha.

De acordo com Boris Fausto<sup>330</sup>, em sua análise sobre o movimento de 1930, ela faz uma crítica às duas linhas principais de interpretação da historiografia tradicional, a identifica como a ascensão da burguesia industrial e a outra a define como a revolução das classes médias associadas ao tenentismo, além de ressaltar a impossibilidade de se vincular o movimento de 1930 e a burguesia industrial. Seguindo na explicação que se trata de um movimento reformador, as bases da produção agroexportadora não são tocadas e não ocorre uma completa substituição da burguesia do café por outra classe ou uma ditadura da classe média, só esta explicação já elimina a teoria de que o movimento de 1930 se trata de uma revolução, mas sim uma acomodação dos novos atores sociais que ascenderam com o processo de urbanização e expansão de novas atividades fabris e manufactureiras.

Ainda na análise crítica de Boris Fausto, o historiador busca primeiro o entendimento dos sistemas de mundo centrais, periféricos e a formação dos países subdesenvolvidos. Os países sul-americanos, desde o período colonial sempre foram regiões que complementavam as economias mais adiantadas, com o papel de fornecedoras de força de trabalho barata, de matérias-primas, e têm servido de mercado para as mercadorias produzidas pelas nações mais poderosas, alterando um pouco este quadro com a industrialização do Centro-Sul brasileiro, uma economia complementar às importações de bens de produção nacional.

A primeira grande crítica de Fausto reside na comparação da historiografia clássica da plantation brasileira voltada ao mercado externo com as relações de produção do Feudalismo europeu. O autor identifica que esta comparação é esdrúxula e diacrônica na sua perspectiva e liquida esta teoria do mito do feudalismo brasileiro. Quando se volta a Burguesia Cafeeira do período do nosso trabalho coaduna com as práticas da equidistância pragmática, com a maior

---

<sup>328</sup> LATFALLA, 2016, Op. Cit. p.29.

<sup>329</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.527.

<sup>330</sup> FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1975. p.86.

fatia mundial da venda de café, as políticas exteriores podem ser tidas com os compradores das diversas áreas de influência, em particular a Alemanha e os EUA e possibilitando trocas em diferentes perspectivas, uma com as compensações e a outra com o livre-cambismo no padrão-dólar. Fausto também aborda a passagem de nossa maior influência da Inglaterra para os Estados Unidos e a ferrenha disputa destes com a Alemanha: “A primeira operação valorizadora, iniciada em 1906 com o Convênio de Taubaté, é uma demonstração da possibilidade de barganha”. Prosseguindo com esta política da defesa do Café, a Depressão de 1929 irá nos atormentar por longos anos com: “A partir de 1924, a política de defesa permanente do café sustentou os preços por alguns anos, trazendo como contrapartida o endividamento crescente aos centros financeiros externos, a superprodução, o acúmulo de estoques invendáveis”<sup>331</sup>.

Com o governo Campos Sales (1898-1902), monta-se a Política dos Governadores, dando maior relevo aos Estados do Centro-Sul, e apoio e estabilidade ao Governo Central, ponto de equilíbrio e coesão social brasileiro e das peculiaridades dos estados periféricos, transportando o domínio da máquina estatal para o eixo São Paulo-Minas e se tornando o protagonista dos interesses da elite cafeeira e dos objetivos nacionais permanentes previstos em constituição. O mecanismo começa apresentar sinais de derrocada nos primeiros anos da década de 20 no século XX, através das demonstrações de insatisfação das classes médias, exemplificadas com as revoltas tenentistas.

A própria cúpula militar do movimento de 1930 reconhece que o apoio militar seria concebido por alguns "tenentes", da ativa e os que haviam sido expulsos das Forças Armadas e estavam refugiados nos países fronteiriços sulistas, tinham como principal objetivo militar retirar o alto comando das Forças Armadas, considerados incompetentes, burocráticos que não almejavam a modernização do Exército e nas mudanças estruturais políticas e suspeitos de serem o braço armado do *status quo* da política dos governadores. Entretanto, devemos deixar claro que mesmo com a vitória Vargasistas em 1930, a política do café não foi modificada e prosseguiu mesmo com a modernização do parque fabril, durante a campanha presidencial Getúlio declarou o seguinte: “A lavoura do café é, por assim dizer, a linha mestra da nossa economia. A influência da produção cafeeira na vida do país é tão importante que se lhe não podem negar as honras e o largo alcance de um problema de interesse eminentemente nacional.”<sup>332</sup>. Podemos resumir a força política dissidente do movimento de 1930 em uma oligarquia periférica, com uma juventude política que visionava mudar os principais atores políticos do Distrito Federal, e a alta

---

<sup>331</sup> FAUSTO, Op. Cit., 1975. p.89.

<sup>332</sup> FAUSTO, Op. Cit., 1975, p. 96.

cúpula burocrática, eles se denominavam de Aliança Liberal, pressionavam a burguesia paulista em ter concessões aos interesses locais. A errônea insistência de Washington Luís em definir o candidato da situação, ou seja, o domínio hegemônico paulista republicano, levou a ruptura mineira, levando a aliança deste com os satélites republicanos a candidatura Getúlio Vargas, fato que não ocorria desde o senador Pinheiro Machado, por contar agora com o apoio de um dos Estados dominantes, em choque com o outro. A crise acelera as condições que possibilitaram o fim da supremacia da burguesia do café, ao produzir o desencontro entre a classe e seus representantes políticos.

A frente que derruba do poder Washington Luís compõe-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles inteiramente desvinculadas (Rio Grande do Sul, Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do Estado. Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.<sup>333</sup>

Após o movimento de 1930, a alta cúpula castrense, buscava-se incessantemente o objetivo político-militar de criação de um parque fabril de armamentos e munições, a compra de armas e/ou um acordo diplomático mais amplo entre as nações partícipes, tanto alemães e/ou americanas. Buscando corresponder a essas expectativas militares e apoio militar ao processo de mudanças políticas em 1930, inicia-se na cúpula política movimentos que alcançasse responder aos homens de farda.

O governo Vargas nomeia a missão Aranha para otimizar as tratativas pró-EUA, onde vemos membros do governo em uma postura mais germanófila, pelos sucessos militares destes e na composição do seu exército e ainda influenciado pelos antigos, que no período da mocidade eram chamados de *jovens turcos*, parte deles veteranos dos estágios na Alemanha entre 1906 e 1912. O historiador Giovanni Latfalla corrobora com a tese das desconfianças norte-americanas de que a alta cúpula do Exército, nas pessoas dos Generais Dutra e Góes Monteiro, eram germanófilos e desejosos da aliança ao eixo, mas nas negociações nega sobremaneira que seja um germanófilo, isso se resumia a uma minoria militar e sim de patriotismo e aversão aos ideais totalitários.

“Em fins de outubro de 1941, o general Miller, que havia estado nos EUA, pouco tempo atrás, procurou o general Góes Monteiro... a desconfiança sobre os propósitos do Brasil na questão da cooperação militar com os EUA, a tendência germanófila da maioria dos oficiais do Exército, as suspeitas de que o Brasil não ficasse solidário com os EUA, no caso desse país entrar na guerra, a ocupação

---

<sup>333</sup> FAUSTO, Op. Cit., 1975, p.102.

preventiva do Nordeste brasileiro por forças norte-americanas, a protelação para a entrega da encomenda de armamento por esses motivos”.<sup>334</sup>

A missão Aranha seguia suas negociações em Washington, utilizando o que Svartman<sup>335</sup> intitulava de barganha brasileira, o apoio norte-americano ao programa de desenvolvimento brasileiro, que previa a construção de uma usina siderúrgica, as bases aéreas e uma futura aliança militar, se as condições não fossem aceitas, iniciaram as negociações com demais países europeus.

Já no lado americano, vemos uma preocupação com a defesa do saliente nordestino, tendo em vista a proteção do Canal do Panamá, almejava-se uma preparação, caso o conflito europeu se expandisse para outros continentes, uma maior intervenção nos países americanos com inclinações aos regimes totalitários e/ou ideológicos contrários à Democracia americana. De acordo com Latfalla, muito pouco foi feito para melhorar as defesas do saliente nordestino, entre 1939 a 1942.<sup>336</sup>

Podemos então observar que, com a iminência da segunda grande guerra, apresentamos uma polarização política interna no governo Vargas e uma preocupação dos estadunidenses em qual lado da guerra o Brasil irá se postar. A influência deste apenas se fortaleceu e sobrepujou os alemães e franceses, em toda a América Latina no transcurso da Segunda Guerra Mundial. Na visão do historiador Fernando Rodrigues, a Missão militar tema de nosso trabalho leva a substituição da doutrina militar francesa e da atuação dos Jovens Turcos pela Doutrina Militar Americana e materializa-se no envio da FEB à Europa: “...principalmente depois da chegada da Missão Militar Americana (MMA), em 1934, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês, até a sua consolidação, ou seja, com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.”<sup>337</sup>

Segundo Fernando Rodrigues, nas décadas de 30 e 40 do século XX, as nações democráticas ocidentais tinham receio, em particular os EUA, de um alinhamento de alguma nação sul-americana aos regimes totalitários europeus, um projeto futuro de expansão do Nazismo na América se tivesse ocorrido a vitória na Europa e na África. Neste contexto

---

<sup>334</sup> LATFALLA, Giovanni. *O General Góes Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2011. p. 63.

<sup>335</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. *Estudos Ibero-Americanos - PUCRS*, Volume XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho de 2008.

<sup>336</sup> LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editor Editora Associada Ltda, 2022. p.35.

<sup>337</sup> RODRIGUES, Fernando. *O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial*. *Revista da Escola Superior de Guerra*, [s.l.], v.27, n. 54, p. 46-62, agosto de 2017. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/vien/237>. Acesso em: 22 Jan 2020. p. 47.

histórico, que se insere a barganha ou equidistância pragmática que os internacionalistas tanto relacionam a política externa de Vargas no período anterior a Segunda Guerra Mundial, em particular no campo militar e econômico, em menor perspectiva no político, devido estarmos vivendo também um regime autoritário após o movimento de 1930. O regime Varguista parece ter otimizado o seu comprometimento ao que lado está na Guerra quando já do seu desenrolar dos acontecimentos: “Dentro dessa perspectiva, percebe-se uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América pela venda de material bélico, o que poderia representar a aproximação e o alinhamento direto com o Brasil; um Estado forte e estrategicamente importante no cenário político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.”<sup>338</sup>.

Esta barganha tupiniquim foi parcialmente ignorada pelos norte-americanos, mais interessados em projetar o seu sistema de poder em todo o continente e montar o sistema de defesa continental e se preparar para o embate que entrou para a História, nas palavras de Winston Churchill, a Batalha do Atlântico, onde nossos navios mercantes seriam afundados e levaria a declaração de Guerra ao Eixo, em 1942. Os americanos também estavam envolvidos na sua política interna de embates entre idealistas e realistas, além de também necessitar ampliar a preparação e modernização de suas próprias forças armadas e com o início do grande conflito, os realistas se impõem e a política externa se baseia na disputa dos sistemas de poder mundial, em clara distinção a disputa política interna norte-americana.

O poder de barganha brasileiro começa a se definir, de acordo com Rodrigues, após a vitória alemã sobre a França, em 1940. Já que o Brasil se tornará peça fundamental na defesa continental, com especial importância o saliente nordestino, ponto mais próximo da África e ponte de acesso dos alemães ao continente americano. Foi aí que o poder de barganha levou aos principais acordos comerciais, militares e financeiros, pois o Brasil se tornou ponto nevrálgico na defesa continental e citado como integrantes da estratégia político-militar norte-americana.

Sigamos agora à abordagem da elite político-militar que influenciou as relações exteriores no período Varguista. A peça fundamental na articulação política entre os mais inclinados aos regimes totalitários e os democráticos pró-Estados Unidos da América foi Oswaldo Aranha, elemento apaziguador dos mais exaltados, e desejoso que ficássemos ao lado dos estadunidenses, principalmente após assumir o ministério das relações exteriores. Esta liderança política conseguiu concretizar os tratados comerciais de 1935, no que ficou conhecido como Missão Aranha, mas ainda continuou a predominar a barganha Varguista. As negociações econômico-comerciais pareciam mais alinhadas ao Pan-americanismo no transcurso da 2ª Guerra

---

<sup>338</sup> RODRIGUES, Op. Cit., 2017, p. 47.

Mundial, entretanto a colaboração militar foi mais truncada. A partir do ataque japonês à Pearl Harbor, em 1941, as relações militares EUA-Brasil se intensificaram como desejavam os políticos e militares pró-EUA, já que de acordo com as conferências pan-americanas, principalmente em Lima, no ano de 1942, um ataque à qualquer nação americana significava um envolvimento de todo o continente na guerra, mantendo apenas neutralidade e até apoio aos alemães os argentinos.

Vejam os fatos da política interna norte-americana, que criou dificuldade ao apoio bélico e econômico aos demais países sul-americanos. Em contrapartida, os militares brasileiros já realizavam compra de armamentos com os alemães, já que a legislação americana não permitia a venda de armamento externo aos EUA, política implementada pelos idealistas que desejavam permanecer como isolacionistas na América. Até o fim da década de 1930, Roosevelt não tinha argumentos para barrar o isolacionismo nos EUA, mesmo o presidente da república sendo um realista. O parlamento americano era dominado pelos isolacionistas, e o mesmo não tinha interesse de participar de uma nova guerra de forma alguma, tanto que levou à aprovação de quatro leis de neutralidade entre 1935 a 1937.<sup>339</sup>

Para melhor entendimento do conflito na política interna norte-americana, que irá explicar a demora da aproximação militar EUA-Brasil, iremos explicar o que seria o pensamento internacionalista dos idealistas e dos realistas e como eles entraram em choque na conjuntura dos anos 30 e 40 do século XX. Recordemos que a década de 1930, identificada com o período de formação dos regimes totalitários europeus, após o *Crash* de 1929 e o abandono do liberalismo econômico no mundo por parte das nações ocidentais.

O Idealismo surge como forma de evitar um eterno conflito entre quais seriam as nações mais poderosas e os países periféricos, e sua corrida armamentista, tendo sua origem no contexto da Primeira Guerra Mundial, pois buscava-se evitar um novo grande conflito entre as nações, os idealistas acreditam que a paz mundial é possível no equilíbrio entre entendimentos diplomáticos e acordos comerciais que beneficiem a todos. Entretanto, o primeiro exemplo de fracasso dos idealistas foi o abandono das Grandes Potências da Liga das Nações<sup>340</sup>, até os Estados Unidos criador da ideia não aderiu à Liga, levando ao isolamento maior com a crise econômica de 1929.

---

<sup>339</sup> LATFALLA, Giovanni. Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022. p.17.

<sup>340</sup> “O Idealismo partia do princípio de que as relações internacionais se encontravam em estado de anarquia internacional, onde a anarquia seria entendida como ausência de um governo central superior aos Estados. As nações deveriam negociar um contrato social, de âmbito internacional, para ordenar as relações entre os povos.” HERZ, John H. Political realism and political idealism: a study in theories and realities. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

De acordo com Latfalla<sup>341</sup>, somente após ataque japonês que os Estados Unidos “um país em condições de se defender e também de atacar seus adversários”, devido à postura idealista e também dificultaria os apoios financeiros e a venda de armas com “Atos de Neutralidade, entre 1935 e 1936, que impediam empréstimos de bancos americanos às nações beligerantes, e medidas foram tomadas para evitar o envolvimento dos EUA em futuras guerras na Europa”, ou seja, os Estados Unidos da América era uma potência econômica em ascensão que não tinha como se defender militarmente de estados mais pobres, mas militarmente melhor preparados, tudo isso por influência dos idealistas na população e na política pública norte-americana, reforçando o isolacionismo e busca de se recuperar economicamente ao longo dos anos 30 e 40 do século XX, por isso idealistas tiveram mais força política e realmente isolaram os EUA das questões conflituosas do mundo.

Com a evolução do conflito militar na Europa a partir de 1939, os realistas começam a se opor ao pensamento idealista, surgindo o conceito internacionalista de sistemas de poder, onde as nações invariavelmente estariam em constante disputa por hegemonia, sendo o Estado-Nação o protagonista nesta política internacional e não Organismos Supranacionais, ou seja, os realistas abandonam a fraternidade dos povos para uma postura belicosa.

De acordo com Huntington<sup>342</sup>, a política externa norte-americana transmutou-se de dominação do idealismo para o realismo nos anos 30, tendo em vista, a evolução dos regimes totalitários e um maior assessoramento por parte dos militares nas decisões da Alta Cúpula Política e em sessões do congresso ou no Departamento de Estado, a penúria e a inferioridade de nossas forças frente às demais nações com igual poder econômico que os EUA. O autor citado diz que “... a filosofia predominante era rigorosamente civil e os militares reagiram categoricamente contra ela, queixando-se sempre do idealismo, pacifismo e altruísmo injustificados do pensamento americano sobre política externa”.

A política externa norte-americana confiava que o Brasil cumpriria sua aliança militar com a totalidade do continente em caso de alguma agressão externa. Na política de barganha para atender aos interesses brasileiros, negociando com ambos os lados, Oswaldo Aranha será o protagonista. Com os europeus, troca de armamento por produtos primários, já com os estadunidenses, relações comerciais com pagamento à vista e em dólar.

Todavia, devemos nos voltar para o contexto diplomático para o surgimento da Missão Militar Americana, na primeira metade da década de 30 do século XX, o estopim para toda a

---

<sup>341</sup> LATFALLA, Giovanni. *O general Góes Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2011. p. 11.

<sup>342</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996, p.329.

nossa pesquisa e análise. Percebe-se que a Missão Militar Americana surge da preocupação dos norte-americanos de criar uma defesa costeira no Saliente Nordestino, ponto mais próximo da América continental da África, haja vista o prelúdio da ocorrência de uma guerra total na Europa e possível invasão do nazismo na porção sul-americana pelo Brasil.

A contratação de uma Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, mais tarde chamada por muitos autores, e até referenciada nas fontes de Missão Militar Americana (MMA), tem sua origem a não inclusão na instrução de Artilharia Costeira no conhecimento doutrinário passado pela Missão Militar Francesa (MMF) no Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), formadora dos futuros comandantes dos Grupos de Artilharia. Nesse sentido, não teríamos uma instrução ligada com a defesa costeira continental e não tínhamos uma doutrina e técnica da Artilharia Costeira sendo utilizada no Brasil, daí a justificativa da vinda da referida missão militar.

O historiador Dennison de Oliveira segue o mesmo pensamento informando que a aliança Brasil- EUA, no campo militar, não tem origem com a Segunda Guerra Mundial, seu nascituro é a criação da Missão de Instrução de Artilharia de Costa e do envio de uma missão Naval já em 1934.<sup>343</sup>

Com a participação política da caserna, na Revolução Constitucionalista de 1932, os trabalhos de Estado-Maior e os Estabelecimentos de ensino politizados, levaram a um declínio da MMF no Exército Brasileiro, além de mais dois outros pontos, a incapacidade de mantê-la diante da derrota do exército francês na Segunda Guerra Mundial e a ocupação da França pela Alemanha nazista.

Voltemos um pouco ao término da 1ª Guerra Mundial, a nação de maior influência militar teria se tornado a vitoriosa França, materializada pela Missão Militar Francesa (MMF) atuou junto ao Exército Brasileiro durante muitos anos (1919-1939), e segundo nas características doutrinárias brasileiras até a entrada da FEB na 2ª Guerra, ou seja, o período entre guerras temos um exército particularmente afrancesado em suas técnicas e táticas, persistindo o Giro no Horizonte<sup>344</sup> Francês ainda nos dias atuais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que foi a principal contribuição francesa ao nosso Exército Brasileiro, até o início da motomecanização e a chegada dos blindados.

---

<sup>343</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA. Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2015, p. 39.

<sup>344</sup> "Giro do Horizonte" é a identificação em uma Carta Militar (CM) dos vários pontos do terreno, que é formado até o horizonte. Esta linha é limitada a uma distância de 4 quilômetros por causa da dificuldade de observar além desta distância sem equipamentos adequados. ALMEIDA, Raphael de Souza e. Mapeamento das características do terreno em ambiente virtual como ferramenta de apoio ao ensino militar. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020. p.21.

Em que pese o grau maior ou menor de afastamento da doutrina original francesa, é um consenso que, de fato, ao fim e ao cabo da MMF o exército Brasileiro havia se transformado grandemente, ao adotar uma política institucional relativamente unificada, um padrão de atuação política e um conjunto de objetivos político institucionais que o capacitavam a tomar parte ativa nas grandes arenas decisórias.<sup>345</sup>

Segundo Roesler<sup>346</sup>, a Missão Militar Francesa já começou a apresentar desgaste no Brasil devido a alguns incidentes diplomáticos entre os países, o primeiro foi a negação ao apoio bélico contra os paulistas em 1932. Acreditamos que devido ao Estado de São Paulo ter atuado na formação da Força Pública Paulista uma Missão Francesa, anterior à 1919 e a segunda contenda franco-brasileira foi a cobranças de impostos da viagem de uma missão militar brasileira, junto àquele país, sendo que a MMF era isenta de impostos no Brasil, em 1933, o ministro da Guerra, general Espírito Santo, suspendeu a missão na Europa e, por meio de uma portaria ministerial, organizou uma nova missão brasileira, com a finalidade de realizar estudos para a indústria bélica do País.

Sendo assim, o contexto brasileiro diplomático na primeira metade da Era Vargas foi de uma continuidade e falta de um projeto de poder em matéria de política exterior. O fomento da exportação pela troca de armas. No mesmo período tivemos um incremento das trocas comerciais com a Alemanha, principalmente nosso algodão por matéria da indústria pesada alemã: canhões da Krupp, maquinários, instrumentos ópticos e toda tecnologia não fabricada no Brasil, a maior parte através dos marcos de compensação. Podemos considerar que o afastamento dos alemães na política exterior se deveu pela inabilidade em lidar com as disputas dos sistemas de poder do embaixador alemão Karl Ritter e a perseguição perpetrada pela polícia política nos núcleos germânicos, com a decretação do Estado Novo, e a proibição de atividades políticas fora da propaganda oficial do governo Vargas.<sup>347</sup> Segue o mesmo pensamento Sodré: “No que diz respeito ao Exército, fazia-se grande esforço para mobilizar a indústria no sentido de supri-lo, enquanto se encomendava e se recebia da Alemanha a ARTILHARIA necessária e que o nosso parque siderúrgico não tinha ainda condições de atender.”<sup>348</sup> A cúpula militar do Estado Novo se manteve opositora e crítica ao alinhamento com os estadunidenses, entre 1939 a 1942, mais pela difícil definição dos termos de cooperação militar nas reuniões das comissões mistas Rio-Washington, do que no plano comercial e diplomático, entre mediado por Aranha. Todavia,

---

<sup>345</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015, p. 153.

<sup>346</sup> ROESLER, Rafael. Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque – Vida e trajetória militar. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 2021. p. 514.

<sup>347</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. A Política Externa Brasileira, 1822–1985. São Paulo: Editora Ática, 1986. p.72.

<sup>348</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.349.

não nos esqueçamos... “Os nossos homens públicos podem ter, seus pensamentos nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional”.<sup>349</sup> Consideramos, que o ocorrido se deve à falta de capacidade no período dos estadunidenses fornecer armas aos aliados sul-americanos, porque os mesmos ainda estavam expandindo suas próprias forças, fornecendo suprimentos aos ingleses e russos, além de efetivamente ainda não terem a capacidade de estoque sobrando. Pearl Harbor foi o divisor de águas na defesa continental americana e uma repulsa ao totalitarismo nipônico- europeu.

---

<sup>349</sup> SODRÉ, Op. Cit., 1979. p.315.

## CONCLUSÃO

A famosa competição pelo Brasil entre a Alemanha e os Estados Unidos no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial teve origem não na ideologia, mas na necessidade de as Forças Armadas Brasileiras se armarem. Os Estados Unidos objetaram veementemente a esse sistema fechado, que removia o comércio entre o Brasil e Alemanha do sistema internacional geral baseado no ouro e nas moedas conversíveis. Os generais brasileiros angustiam-se por saber perfeitamente que sua artilharia de costa, postada à entrada dos portos do país, não seria capaz de defender o país de um ataque da Argentina, e muito menos da Alemanha. O Rio de Janeiro possuía apenas dois canhões de 305 mm, de alcance menor que os dos canhões dos navios argentinos Rivadavia e Moreno. Foi para remediar a vulnerabilidade dos portos e fronteiras terrestres que o Exército encomendou à Alemanha 55 milhões de dólares em artilharia e acessórios em março de 1938. As armas seriam pagas principalmente com os marcos de compensação ganhos no acordo de comércio entre o Brasil e a Alemanha. A política de defesa conduziu à aliança entre Vargas, Dutra e Góes Monteiro que resultou no Estado Novo.

Uma constatação na nossa pesquisa seria que o alinhamento Brasil-EUA demorou muito a sair do papel. Isso tudo, custou muito caro aos pracinhas da FEB. Eles chegaram a Nápoles desarmados, mal uniformizados e não recebiam os melhores equipamentos e sistemas de armas pela “burocracia” da logística do Exército Americano.

O ano decisivo para as relações Brasil-EUA foi o de 1942, principalmente após a conferência do Rio. Para a diplomacia de Aranha, deveríamos ter rompido imediatamente as relações. Já a alta cúpula militar, sabedora das deficiências gritantes do EB, não queria levar o Brasil à guerra. Tanto que Dutra sempre se manteve contra o rompimento de relações com o Eixo, apresentando como as justificativas a penúria que se encontravam as nossas forças armadas para a própria defesa territorial, como montar uma força expedicionária sem termos recebido os equipamentos para a guerra moderna. Realmente, a FEB ocorreu contra todas as probabilidades e descrenças, e “Fumou” nos Apeninos. Com relação ao defesa marítima, após os afundamentos de nossos navios, a sua defesa já vinha sendo confiada desde os princípios de 1942, ao Almirante Ingram, o comandante da 4ª frota naval estadunidense, o “Lorde do Mar” do Brasil, como era chamado carinhosamente pelo presidente Vargas. Foi o clamor público, que levou o governo brasileiro a uma conduta de decretação da guerra, mas estávamos debilitados militarmente.

As evasivas norte-americanas para o não fornecimento de armas e munições ao Brasil

era que sua indústria ainda alimentava os pedidos de ingleses, russos e de suas próprias forças, o Brasil não era prioridade naquele momento e não se desejava armar um país do cone-sul. Os norte-americanos não queriam nem armar os franceses em treinamento na África francesa. Recebemos várias propostas de atuação das forças armadas brasileiras fora do nosso território: Suriname, Porto Rico, Açores, África do Norte e, enfim, a Itália, sem falar da quixotesca proposta da legião de Assis Chateaubriand.

Uma das hipóteses confirmadas foi que no interregno da Segunda Guerra Mundial, a Aliança Brasil-EUA ao invés de acelerar a autossuficiência bélica brasileira, atrasou-a sobremaneira. Os boicotes à tecnologia “sensível” e a recusa do envio de plantas, projetos e maquinários dos fuzis mais modernos e dos armamentos de grosso calibre, além do material para dotar uma Divisão Blindada até o ano de 1943.

A maior “invasão” da aliança Brasil-EUA, na questão militar, foi nos estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), onde seus alunos assumiram um discurso pró-americanização e nas organizações de ensino e de tropa criadas na guarnição da Vila Militar (RJ).

A trajetória de aliança “especial” Brasil-EUA foi lenta, repleta de desconfianças, entretanto coroada pela boa atuação em combate no Apeninos, apesar do material inferior e o pouco treinamento antes do embarque para a África e/ou Mediterrâneo, não sabíamos! Podemos considerar que o Brasil foi boicotado em sua indústria bélica nos anos 40 do século XX e rearmado com tecnologia obsoleta e desgastada. Além de ter sido estarrecedor a completa desmobilização e perda da experiência profissional dos pracinhas e militares de carreira da FEB. Um tema de pesquisa a ser ampliado pela historiografia brasileira seria a destinação dos oficiais e praças de carreira febianos, os que foram realmente utilizados nos estabelecimentos de ensino e nas unidades do corpo de tropa mais operacionais após a volta da Itália.

## FONTES

### Arquivo Histórico do Exército

AHEx. *Cooperação Brasil X USA*. Documentos compilados (1934 - 1943). Rio de Janeiro. 1985. <[https://drive.google.com/file/d/1L4-QpED2a5Xlgh6730I6fPcM3p9G1SpT/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1L4-QpED2a5Xlgh6730I6fPcM3p9G1SpT/view?usp=share_link)>

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório de atividades. Rio de Janeiro. (1934-1939)*. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/>.

### Espaço Cultural da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (ESACosAAE)

BRASIL. Escola Artilharia de Costa. *Relatório de concludentes Oficiais e Sargentos (1934-1962)*. Rio de Janeiro. 1962. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1MpC6zjC0jfR88OPfCYQXoKhpffRzTc6Q/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1MpC6zjC0jfR88OPfCYQXoKhpffRzTc6Q/view?usp=drive_link)

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. História de um Envolvimento Forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2002.

ARAGÃO, José Campos de. *A intentona comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

ARMADA. João Rogério de Souza *et al.* *Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana*. Rio de Janeiro: Art Técnica Comunicação, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica e Política Exterior*. Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2009.

BRIGAGÃO, Clóvis. *Panorama da diplomacia brasileira para a paz*. In: *Diplomacia Brasileira para a Paz*. Brasília: FUNAG, 2012.

BIANCHI, Caio. *Café e Economia Brasileira: da ascensão à extinção do ciclo do café*. Revista Jovens Pesquisadores. Vol. 9, N. 1 (16), JAN./JUN. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Brasil Republicano. Vol. 1: *O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. General Góes Monteiro: *A formulação de um projeto para o Exército* in Militares e Política nº 2. Rio de Janeiro: LEMP/UFRJ, 2008.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa. A força de um ideal*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

CAPELATO. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, Maria Helena Meira. *Right man com bossa: as representações do Brasil e do American way of life nas propagandas comerciais em revistas brasileiras de variedades (1937-1947)*. 240 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar*”. *Revista de Estudos Históricos*, vol. 7, nº. 14, jul - dez / 1994, p. 231-240.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CERVO, Amado Luiz. *A instabilidade internacional (1919-1939)*. In: *História das Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária, 1976.

CONN, Stetson e FAIRCHILD. *A Estrutura de defesa do hemisfério ocidental*. O Exército dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Biblioteca do Exército (BIBLIEx). 2000.

COSTA, Sandra Regina; COSTA, Carlos Odilon; GOMES, Vilisa Rudenco. *Teorias fascistas: discutindo o fascismo em sala de aula*. Revista Maiêutica, Indaial, v. 5, n. 01, p. 79- 88, 2017.

DEL PRIORE, Mary. *Uma breve história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

*Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): Volume I e II / Organizador Francisco Carlos Teixeira da Silva... [et. al.]* Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

DUARTE, Paulo G. *O Nordeste na II Guerra Mundial: antecedentes e ocupação*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Operações Terrestres. Caderno de Instrução de Aprestamento e Apronto Operacional (EB70-CI-11.404). 1ª Edição. Brasília 2014.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

\_\_\_\_\_. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. 395 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, jul. 1993. ISSN2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1953>>. Acesso em: 09 Out. 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Hugo Borges. *Canhões Cruzados*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército (BIBLIEx), 2001.

HERZ, John H. *Political realism and political idealism: a study in theories and realities*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

HIRST, Mônica. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil - Estados Unidos: 1942/45*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982.

*História oral do Exército na segunda guerra mundial / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta*. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2001. Tomo. 8. p.165.

HOGG, Ian V. Fortress: *a history of military defense*. London: Macdonald and Jane's, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado*. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

LATFALLA, Giovanni. *O general Góes Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Relações militares Brasil/Estados Unidos - 1939/1943*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2016.

\_\_\_\_\_. Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2022.

LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal*. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930/ Flávio Limonic. – Rio de Janeiro: mimeo, 2003. (Tese de Doutorado).

MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa Norte – Americana e sua influência no mundo*. RJ. Biblioteca do Exército, 2006. p. 31-32.

MCCANN, Frank D. *A influência estrangeira e o Exército Brasileiro, 1905-1945*. In: Gerson Moura. *A revolução de 30*. Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Setembro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UnB), c. 1983.

\_\_\_\_\_. *A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

\_\_\_\_\_. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 -1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira, de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Getúlio Vargas, o medo do golpe e a questão dos reajustes salariais em 1935: o sim aos militares e o não aos civis*. Dimensões, Espírito Santo, vol. 34, 2015, p. 436-456.

MUNHOZ, Sidnei José; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (Orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: Séculos XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011 (Apud SMITH,1991, P.71,92, 95).

MOREIRA, Bruno Holtz da Nova. *Transporte Aéreo: A inserção da Região Nordeste Brasileira nas artérias da Globalização*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

\_\_\_\_\_. “O combatente melhor alimentado da Europa”: a alimentação da Força Expedicionária Brasileira e a aliança Brasil-EUA durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1945), *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 116-141, jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *A herança Francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945)*. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, p. 147-176, 2015.

\_\_\_\_\_. *Extermine o Inimigo? Blindados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2015. v. 1. 218p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

PINTO, Sérgio Murilo Lima da Silva. *Exército e Política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1931-1937)*. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2016.

PINTO, Sérgio Murilo. *Góis Monteiro e a política do Exército*. In: *Revista Militares e Política*, nº 5, UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *A defesa militar do Porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *História Administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério do Exército*. (Volume da República). Rio de Janeiro: ENAP e Bibliex, 1994.

PRODÓSCIMO, César Bonfim Menine Camelo. *A Missão Militar Norte-Americana no Brasil: sua influência para a Doutrina de Artilharia de Costa e Antiaérea brasileira*. 2010. 122 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. *Questão de Palmas*. In: *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 135-137.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Militares, Poder e Sociedade: Tensões na História do Brasil Republicano*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. *O Posicionamento Militar Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial: a aproximação com a Alemanha e o Alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942)*, Revista da Escola Superior de Guerra, v. 27, n. 54, p. 46-62, jan./jun. 2012.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.

SEITENFUS, R. A. S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um autorretrato*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, 2008, p. 76-91.

\_\_\_\_\_. *Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de ideias nas décadas de 1930 e 40*. In: ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. 2006. 336 f. Doutorado (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRONCA, Ítalo. *O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986.

VIANNA, Marly. *Os Revolucionários de 1935*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, Ricardo Zortéa, *Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950)*, Revista de Economia Política, vol. 40, nº 4, pp. 788-806, outubro-dezembro/2020.

### Sites eletrônicos

TECNOLOGIA & DEFESA. BASTOS JR, Paulo Roberto, HIGUCHI, Hélio e JATAÍ, Iuri Gomes. *Os canhões antiaéreos Krupp, de 88 mm, do Exército Brasileiro*. Revista Tecnologia e Defesa. Edição nº 130, ano 2012. Disponível em: Acesso em 15 de outubro de 2021.

DEFESA. Ministério da. *Histórico da EsACosAAe*. Publicado: Segunda, 04 de Abril de 2016, 17h24 | Última atualização em Segunda, 13 de Abril de 2020, 15h33. Disponível em: Acesso em 31 de novembro de 2023.